

Daniel Späth

# FRENTE TRANSVERSAL EM TODA A PARTE!

Ou:

## A 'novíssima direita', a 'novíssima esquerda' e o fim da transcendência na crítica social

*“As divagações transversais dos misturadores e mediadores de teorias, que procedem como se o conflito não residisse na coisa em si, mas apenas na unilateralidade do pensamento dos protagonistas – até que os amistosos pensadores queer mostrem o meio-termo dourado, que, infelizmente, sempre leva apenas à desrealização pós-moderna da coisa em si – tais divagações não permanecem apenas no inofensivo universo do jogo pós-moderno, como mostra Daniel Späth, tomando por tema o movimento de frente transversal em crescimento desde o crash de 2007/8. Nesta primeira parte do seu artigo "Frente transversal em toda a parte! Ou: A 'novíssima direita', a 'novíssima esquerda' e o fim da transcendência na crítica social", ele apresenta o contexto condicional social real e histórico que faz avançar o neofascismo na Alemanha e na Europa, e submete a "novíssima direita" a uma crítica nos vários planos da "totalidade concreta". Depois de um desenvolvimento histórico-teórico da relação entre a universalidade negativa e a particularidade nacional, com especial destaque da ideologia alemã, é estabelecida a relação entre a socialização de crise pós-moderna e a formação do neofascismo alemão, em que assume uma particular importância a reflexão sobre uma viragem imanente pós-moderna. Em seguida, são apresentadas as três alas do neofascismo – "Alternativa para a Alemanha (AfD)", "Vigílias de Segunda-Feira" e "Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente (Pegida)" –, tanto na sua unidade como também nas suas diferenças. Finalmente, a "dialéctica das ideologias" predominante é submetida a uma análise detalhada, pois as controvérsias internas do neofascismo podem ser reduzidas ao jogar da própria ideologia contra outra, pelo que estas disputas dentro do fascismo serão abordadas em pormenor.” (Apresentação do texto na EXIT! nº 14)*

### Nota prévia

*O facto de a crítica da "Miséria do Iluminismo", referida à filosofia hegeliana, ser interrompida nos próximos dois números da EXIT! tem algo de desagradável, não só para os destinatários, mas também para o autor. É complicado interromper o fio da exposição em favor de um campo de discussão completamente diferente, mas é mesmo necessário: a elaboração teórica da crítica da dissociação-valor é obrigada, pela sua própria abordagem de base, a classificar e explicar os desenvolvimentos actuais, no contexto da teoria radical de crise. Claro que isso também se aplica ao surgimento do neofascismo, e ainda mais porque a crítica de esquerda deste fenómeno, tanto no plano da crítica da ideologia como no plano sócio-histórico, muitas vezes dá em nada. Por muito importante que seja a exposição crítica do neofascismo e do contexto condicional social que o produz, a crítica radical da razão burguesa não se torna obsoleta. Assim, a crítica da "Miséria do Iluminismo" continuará, após a crítica ao neofascismo. No que respeita a Hegel, além do plano original para os seus primeiros escritos, também as obras posteriores serão analisadas, para, finalmente, abordar a relação entre "teoria crítica" e filosofia do iluminismo.*

## **Parte I: A Emergência da "Novíssima Direita"**

**A crise da União Europeia e a viragem imanente da pós-modernidade \* Confusão em torno da frente transversal – Sobre a génese histórica da “ideologia alemã” como pressuposto da crítica da ideologia do neofascismo \* A época pós-moderna da crise fundamental, a disputa sobre a Europa e a nova hegemonia da Alemanha na administração da crise europeia \* A viragem imanente da pós-modernidade, a crise europeia e o surgimento da “novíssima direita” na Alemanha \* A classe média dividida na Alemanha \* A “novíssima direita” em contradição: As divisões no neofascismo alemão e a “dialéctica das ideologias” que deixou de ter limites \* ... ..**

### **A crise da União Europeia e a viragem imanente da pós-modernidade**

União Europeia – um projecto de prosperidade, justiça social e paz! Não há muito tempo que essa auto-imagem, desenvolvida ao longo de décadas, moldou gerações inteiras das classes médias da Europa Central. Para a consciência alegremente embriagada, cuja percepção toldada pensava ver um suave "milagre económico" no continente europeu, parecia confirmar-se a primazia ética da Europa: afinal, no velho continente, durante décadas, não só não houve realmente conflitos armados, mas também houve evidentes esforços dos governos para aliviar as classes médias, descarregando nas pessoas com carência social os processos de crise que surgiam no horizonte. Assim se foram preenchendo séries de livros didácticos e seminários universitários, se realizaram conferências políticas e foram lançadas campanhas nos média, que continuamente elogiavam, em ciclo periódico, a Europa pacífica, próspera e socialmente justa, como um projecto global de sucesso do futuro.

Havia a esperança de que o "Fim da História" (Fukuyama) marcasse o início de uma nova época europeia. Muito antes do colapso do capitalismo de Estado, especialmente com o olhar enviesado sobre o Atlântico ou em direcção à periferia, manteve-se a autoconsciência de uma Europa de diplomacia pacífica e equilíbrio social: afinal, o processo de unificação europeia seria, em comparação com o liberalismo anglo-saxónico, motivado pelo espírito de justiça social, enquanto a economia europeia se posicionava bem, contra a periferia do mercado mundial. O motor pós-histórico para um mundo justo, sobre isso nada poderia abalar a identidade europeia, estaria nas mãos do velho continente.

Mas os tempos mudaram consideravelmente. Com a chamada crise financeira de 2008, desencadeou-se um movimento de erosão, cuja dinâmica de crise gradualmente desmoronou todos os elementos da identidade europeia e os declarou obsoletos. Seja o ditado da prosperidade europeia, o da justiça social ou a autoconfiança de uma Europa pacífica: Tal como o desemprego em massa e a dívida pública exorbitante de toda a Europa, além do envolvimento europeu na "luta contra o terrorismo" do imperialismo de crise, finalmente também a guerra na Ucrânia zombou dos ideais do velho continente, cujo elogio redundante tem sido agora posto timidamente e com um sentimento de nostalgia.

Rebenta por todos os poros, desfazendo-se aos esticões, a máquina do mundo e a sua fixação gaguejante no fim em si fetichista: está em pleno andamento uma viragem da época de crise pós-moderna; pelo menos no mundo ocidental, e especialmente na zona euro. A compressão do horizonte temporal, forçada pelos surtos de desvalorização cada vez mais frequentes, liberta apenas mais inquietação paranóica, que prepara o terreno para uma nova politização do público europeu. Se o espaço público político e mediático, desde o "fim da história", se queixava em toda a parte da despolitização da Europa, desde a crise financeira surgiram novos movimentos sociais e partidos, que frequentemente se consolidaram como multidões maciças, em meses ou até semanas. A viragem imanente pós-moderna é também uma viragem da consciência fetichista e das suas formas de pensamento.

Se a imediatidade da consciência de crise, antes da manifestação da viragem imanente pós-moderna, ainda estava na indeterminação do evento, que na sua ocorrência parecia abrir muitas "oportunidades", a nova consciência de crise das classes médias europeias já não pode simplesmente dar-se ao luxo de uma tal relativização dos próprios pressupostos, agora directamente atingidos pela desvalorização. Se ela não tivesse nenhum objecto, seria indeterminada e, fosse qual fosse a base ontológica do evento accidental, poderia contentar-se com a sua desconstrução. Esta opção, no entanto, é suspensa para a consciência de crise da determinação imediata, agora a desvalorização coisifica-se para si num pressuposto objectificado: a execução da desvalorização objectivada força a imediatidade da determinação, no sentido de um novo conceito de verdade, porque a própria coisa foi exonerada da sua arbitrariedade e afirmada como uma determinada realidade: para a nova consciência de crise europeia, a verdade da própria desvalorização é o seu objecto mais íntimo. A sua forma ideológica de pensamento não é apenas a de uma certa imediatidade, mas essencialmente a de uma *verdade imediata*.

Nesta estrutura ideológica da verdade imediata, está o fundamento para a viragem imanente pós-moderna na Europa se anunciar como uma nova época de populismo. Para a imediatidade de entendimento do objecto, constituída no decurso da crise, a verdade é como que evidentemente óbvia – só seria preciso agarrá-la. A época que surge da verdade imediata é, ao mesmo tempo, a época das verdades simples, razão pela qual o espaço público e mediático é cada vez mais povoado por todos os tipos de charlatães, demagogos e vendilhões políticos, cuja audiência está a crescer quase semanalmente. No entanto, como a verdade imediata não é desenvolvida, mas definida, ela tem de se defender das suas mediações sociais e históricas. Assim, a concepção da verdade sem mediação furta-se a qualquer justificação teórica, de modo que a sua imediatidade estabelecida fornece a base para um *conceito autoritário e ontológico de verdade*, cujas características regressivas são inequívocas.

Não admira que a viragem imanente da época de crise também floresça na que é literalmente a pátria do extremismo de direita, na República Federal da Alemanha, incluindo a consolidação quase instantânea de uma "novíssima direita". Seja a "AfD" (Alternativa para a Alemanha), as "Montagsmahnwachen" ("Vigílias de Segunda-Feira", das chamadas "Vigílias para a Paz") ou os "Pegida" (Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente): a institucionalização destas novas organizações de direita ocorreu no espaço de um só ano. Não menos importante, aqui se mostra que a ilusão de uma Europa pacífica, social e próspera agora também se está a desintegrar no "motor económico" da UE, e está a ser cada vez mais substituída pela retórica agressiva do neofascismo, que simplesmente reflete o impasse do *status quo* europeu – e o carácter infundado dos valores há décadas rotulados como sendo da União Europeia.

### **Confusão em torno da frente transversal – Sobre a génese histórica da "ideologia alemã" como pressuposto da crítica da ideologia do neofascismo**

Esta ascensão de uma "novíssima direita" na Alemanha foi meteórica nos anos 2013/14. Seja a "AfD", as "Vigílias de Segunda-Feira" ou os "Pegida": as três correntes rapidamente se tornaram movimentos de massas, que em muitos lugares conseguiram mobilizar multidões inimagináveis, em eventos públicos e manifestações. Este aumento repentino da ideologia neofascista, até ao centro da classe média – uma tendência em toda a Europa, que se estende para além da Alemanha – não se explica apenas pela situação exacerbada de crise da dívida soberana europeia após 2008; também se deve à ausência de ideias de um público burguês, a cuja insuficiência teórica corresponde a impossibilidade prática de opor algo ao neofascismo alemão.

Logo um primeiro olhar às declarações burguesas sobre a "novíssima direita" depara-se com o facto de que interpretam continuamente o surgimento do neofascismo como *um fenómeno unitário*, que é metido no mesmo saco, alternadamente como "nacionalista", "antidemocrático" ou "anti-europeu". Paradigmático para isso pode ser o trabalho publicado pela Fundação Otto Brenner, com o título "Frente transversal – A carreira de uma rede

político-jornalística" (1). Sem entrar em mais detalhes sobre este estudo, escolhe-se um aspecto que pode ser considerado paradigmático, ao lidar com o neofascismo como um todo.

Como objecto de estudo no âmbito da "novíssima direita" figuram as "Vigílias de Segunda-Feira", sendo objecto de um esclarecimento mais detalhado Jurgen Elsässer e Ken Jebsen, como representantes pessoais (a serem discutidos com mais detalhe), e a editora Kopp-Verlag, como órgão institucional e jornalístico deste movimento. Como já sugere o título do estudo, as "Vigílias", tendo em consideração especial os seus dois protagonistas, foram referidas como "rede", que o estudo tenta definir de seguida: "O conceito de rede político-mediática supõe aqui contactos voluntários, fáceis mas estáveis, uma cooperação pontual recorrente de actores privados autónomos e independentes uns dos outros (...) O termo implica ainda: não há um centro que controle, nenhuma forma organizativa comum; no entanto, pode haver compromissos quanto a conteúdos e objectivos. Assume-se que há tanta confiança e interesses comuns entre os actores, que eles trabalham para mútuo benefício, sem nunca se prejudicaram, e que as relações dão origem a uma certa influência mútua na atitude e na acção". (2)

Este diagnóstico da frente transversal deveria repetir-se a partir daí, com toda a regularidade, invariavelmente caindo na mesma contradição que o estudo da Fundação Otto Brenner. Em todo o caso, o carácter de frente transversal assinalado ao neofascismo permaneceu desconsiderado quanto ao conteúdo, razão pela qual teve que ser questionado no decurso da própria apresentação; sem, no entanto, querer dar satisfações sobre esta flagrante contradição: "Além disso, cada actor define as suas tónicas, tanto no posicionamento do conteúdo como em termos da sua cooperação e no trabalho da aliança. Entre outras coisas, existem diferenças na avaliação da globalização e da importância dos Estados-nações". (3) Nas "Vigílias", essas "tónicas" diferentes chegaram até a criar uma divisão virulenta dentro do movimento, pela qual foi responsável precisamente a relação entre Jurgen Elsässer e Ken Jebsen. O que não deveria ser ignorado não precisa de ser justificado, para a consciência de crise burguesa, de modo que o estudo continua: "Isso não implica que os actores concordem em todas as questões. Em algumas, como religião, família e homogeneidade nacional, existem certamente diferenças graves, com as quais, por exemplo, Ken Jebsen – segundo a sua própria explicação – fundamenta a sua 'ruptura' com Jurgen Elsässer, após uma longa colaboração". (4) Divisão e frente transversal, isso não devia combinar assim tão bem, de modo que a ruptura posta entre aspas é descartada como superficial; a divisão não era realmente nenhuma e, portanto, o próprio postulado foi salvo.

No entanto, nesta impotência analítica em relação à "novíssima direita", a Fundação Otto Brenner fala pelo espaço público mediático como um todo. Mas a *categorização unilateral e uniforme do neofascismo*, que caracteriza todas as análises, é tudo menos um mero defeito ou negligência teórica. Pelo contrário, é uma peculiaridade, não menos típica do que traiçoeira: a incapacidade teórica de separar os diferentes níveis e os diferentes conteúdos no próprio objecto é apenas a expressão da falta de vontade para *se diferenciar do próprio objecto*. O que aqui sai por todos os poros, condicionado pelo desenvolvimento da crise social, é carne da própria carne, e é por isso que os esforços de demarcação do espaço público burguês permanecem puramente sugestivos, "em particular, se os resultados e os argumentos, defendidos partindo de uma atitude de iluminista, estão 'muito perto' de momentos do ressentimento, do nacional ou do potencialmente anti-semita". (5) Iluminismo contra iluminismo, nesta situação gostar-se-ia, por uma vez, de perder a visão de conjunto, de modo que a própria paralisia teórica só pudesse acabar em completa confusão: "Com que estamos lidando nesses casos: com a crítica iluminista, de esquerda, autoritária de esquerda, da nova direita, populista de direita, anti-semita ou de extrema-direita? Esquerda nacionalista e direita anticapitalista, amigos dos muçulmanos de direita e anti-sionistas de esquerda – a diversidade confunde". (6)

Deixemos o espaço público burguês, por enquanto, na sua confusão, e voltemos para o ponto nevrálgico de uma crítica teórica do neofascismo: a relação entre identidade e não identidade, entre frente transversal e ruptura, nas lutas da "AfD" e C<sup>a</sup>. Pois as óbvias guerras de trincheiras da "novíssima direita" decorrem *da natureza contraditória do próprio neofascismo*, com as discrepâncias internas a reflectirem a luta por uma administração

da crise apertada, após a crise financeira de 2008. Por muito abruptamente que o neofascismo se tenha estabelecido em 2013, ele não caiu do céu; as diferenças inerentes à "novíssima direita" podem ser criticamente representadas recorrendo à sua *real mediatidade social e histórica*, uma mediatidade pela qual, apenas, a relação entre identidade e não-identidade no neofascismo alemão pode ser justificada. Mostrar essa mediação histórica e social pressupõe, no entanto, uma distância teórica relativamente às relações de crise em erosão, que corre o risco de ser quase completamente absorvida pela inquietação paranóica da consciência de crise da pós-modernidade tardia. De facto, o confronto burguês com o neofascismo dispensou completamente a análise teórica do contexto social condicional que lhe subjaz, análise que há muito tempo foi enxaguada pela agitação, induzida pela crise, de uma consciência enlouquecida nos seus próprios pressupostos em desintegração.

Por razões óbvias, a mediação da "AfD" e C<sup>a</sup> com a dinâmica social, a ser mostrada a partir da distância teórica para com a determinação da forma social, só pode ser elucidada recorrendo à *história da formação e desenvolvimento da "ideologia alemã"*. Este recurso à crítica da ideologia, de um ponto de vista da crítica da dissociação-valor, afigura-se como um esforço complicado, porque não se pode deixá-lo ficar por uma análise puramente da história do pensamento, dado que a "crítica categorial" (Robert Kurz) baseia-se na dialéctica negativa entre a dinâmica objectivada da forma da dissociação-valor e as formações ideológicas daí resultantes. Uma vez que esta medição dialéctica, entre a constituição fetichista e a formação ideológica dos sujeitos, não dá uma rígida conexão estrutural, que, uma vez criada com o capitalismo, garanta o eterno retorno do sempre igual, mas se processa como uma contradição dinâmica e, portanto, sofre mudanças, uma reconstrução crítica da "ideologia alemã" tem de incluir na exposição esta dinâmica processual de constituição fetichista e consciência ideológica. Essa recuperação das mediações sociais e históricas do neofascismo é sem dúvida complexa, em todo o caso com muito mais pressupostos do que o diagnóstico abstracto transversal do espaço público mediático; no entanto, é indispensável, porque, caso contrário, nem o contexto objectivo nem sua dinâmica interna poderiam ser determinados como pressuposto da ideologia neofascista.

No que diz respeito à "ideologia alemã", o processo da sua ascensão histórica ocorreu na segunda metade do século XIX, selado pela fundação do império alemão em 1871. Como a "ideologia alemã", sendo da primeira nação da "modernização atrasada", no seu processo de formação nacional estava inseparavelmente entrelaçada numa relação negativa com as grandes potências europeias desse tempo, Inglaterra e França, a sua história remonta ao século XVIII. A criação dos Estados nacionais inglês e francês, no entanto, não pode, por sua vez, ser descrita, a menos que seja entendida como consequência da *história da constituição do capital, do século XV até meados do século XVIII*. Assim, a reconstrução da "ideologia alemã", em primeiro lugar, nos levará profundamente à fase de formação do capitalismo.

Pois a autodesignação burguesa da socialização capitalista como uma "economia política" radica na época da constituição, no início da modernidade, em que se reúne, nesta constelação conceptual, a *irreconciliação de princípio do universalismo negativo do mercado mundial (economia mundial)*, por um lado, e o *particularismo da "economia política" (economia estatal)*, por outro lado, uma contradição que deveria permear toda a formação do capitalismo, mas só deveria tornar-se realmente virulenta na sequência da crise fundamental. Do lado da crítica da dissociação-valor, essa antítese irreconciliável do universalismo e do particularismo negativos e do seu movimento processual tornar-se-ia o ponto de partida de uma teoria crítica da história, que a elaboração teórica deve ao trabalho da vida de Robert Kurz. Acima de tudo, na sua obra póstuma *Dinheiro sem Valor*, ele traça a história interna capitalista da socialização de fetiche moderna, além da relação entre a socialização de fetiche pré-moderna e a moderna. Robert Kurz considera como impulso para a constituição do capitalismo a "revolução militar" da economia das armas de fogo, nos séculos XIV e XV, cujos custos de fabrico e distribuição trouxeram uma necessidade até então desconhecida de capacidades e recursos, que quebrou a estrutura de reprodução pré-moderna feudal.

Nesse ponto de ruptura histórico, emergiu o Estado, tentando agarrar essa "revolução militar". Tendo surgido do estado de guerra europeu permanente no início do período moderno, o propósito da soberania do Estado

aumentou perante este pano de fundo de uma "guerra permanente". A *determinação política da forma* com isto estabelecida baseou-se logicamente no fim em si de manter o Estado por causa de si mesmo, isto é, a constituição bem sucedida do Estado, no estado de guerra universal da Europa do início da idade moderna. No século XVII, o teórico político Bogislaw Philipp von Chemnitz formulou este fim em si político da razão de Estado como "uma certa atenção política que deve ser dada a todos os assuntos públicos, a todos os conselhos e planos, e que tem de aspirar unicamente a preservar (...) o Estado." (7) Este fim em si mesmo abstracto da determinação da forma política, de manter a soberania do Estado por causa da soberania do Estado, estava, no entanto, ainda repleto das escórias da sua fase de constituição, na medida em que estava empiricamente ligado ao corpo do monarca, de cuja vontade arbitrária dependia a soberania estatal do absolutismo.

Para a fase de formação do capitalismo, vale então: No princípio era o Estado, de modo que o termo "economia política" é realmente enganador. Pois o modo de vida e de produção ainda era fundamentalmente feudal; naquele tempo não existia uma economia. No entanto, o Estado já começava a implementar algo como uma *proto-economia* no início da idade moderna: para financiar a "revolução militar", instalou uma circulação, cuja tributação poderia fornecer os recursos necessários para a produção de armas de fogo. A riqueza que se ia produzindo através desta circulação funcionou como dinheiro para essa determinação da forma proto-económica, porque a riqueza mercantilista só poderia ser gerada através das mediações da circulação (isto é, através da compra/venda e da pilhagem colonial). Graças a esta limitação da riqueza à circulação, a determinação da forma proto-económica também se mostrou empiricamente ligada à determinação da forma política. Para o mercantilismo, portanto, a riqueza funcionou não só como dinheiro, mas como dinheiro-ouro; este ainda não se tinha desenvolvido em "riqueza abstracta", mas foi confundido, em sua validade, com a materialidade natural, e é por isso que o mercantilismo é muitas vezes referido como "metalismo". Embora a circulação constituída pelo Estado absolutista ainda não constituísse uma economia, e continuasse empiricamente ligada ao metal ouro, mesmo assim o fim em si mesmo económico do capitalismo anunciou-se em sua forma bruta, já na época da constituição: na doutrina mercantilista da introdução do ouro por causa do ouro poderiam ser identificados os primeiros traços elementares da valorização como fim em si mesmo que desabrochava.

Se, com a "proto-economia política" moderna da estalidade absolutista do início da idade moderna, se revelava o quadro de referência particular do capital, os Estados europeus foram desde o início incluídos no universalismo negativo. O que Wallerstein vê como o moderno "sistema capitalista mundial", da Europa com as suas colónias periféricas, correspondeu de facto a uma circulação mundial, que distribuiu na Europa a riqueza da circulação, não conseguida através da produção. De facto, a acumulação absolutista de riqueza através da circulação exigiu a importação constante de ouro e prata, como representantes materiais do dinheiro, evocando um comércio mundial cujo colonialismo levou, não em último lugar, ao extermínio dos povos indígenas da América pelo sistema colonial europeu. Embora no princípio fosse o Estado, e não a economia, a circulação global colocou um mercado mundial proto-económico como uma campânula sobre o continente europeu, de modo que a particularidade do Estado absolutista e a universalidade negativa da circulação mundial representaram uma relação equiprimordial. Robert Kurz expressou esta constituição da circulação mundial como segue: "Assim, o mercado mundial abateu-se imediata e catastróficamente sobre as estruturas sociais agrárias e seus mercados limitados, para, em seguida, forçar, como consequência (em vez de causa) desse desenvolvimento, de certo modo a partir de acima, a formação das estruturas da economia nacional." (8)

Este processo de constituição do capitalismo durou quase quatrocentos anos, antes de iniciar, a partir da sua dinâmica interna, uma transformação que deveria criar os fundamentos categoriais da sociedade burguesa. A história do início da idade moderna passou para o estádio da *"história da imposição"*. A partir do seu próprio desenvolvimento histórico, a circulação constituída pelo Estado tornou-se independente no século XVIII, e repercutiu-se nas relações de reprodução ainda organizadas de modo predominantemente pré-moderno. A transformação da circulação estatal em economia nacional ganhou raízes na Primeira Revolução Industrial, que

agora penetrava na "acumulação primitiva" (Marx) e, na forma de empresas capitalistas, dirigia cada vez mais a produção para o mercado anónimo.

Isso alterou tanto a forma como o conteúdo da riqueza social. Se a riqueza da história da constituição, de acordo com a sua limitação à circulação, ainda era considerada como dinheiro, que dependia empiricamente do metal ouro, a produção capitalista imposta tornava-se agora o pressuposto do "processo de metabolismo com a natureza" (Marx). Não era mais o acto de troca, na circulação, mas a valorização do "trabalho abstracto", na produção, agora capitalista, que criava a "riqueza abstracta" (Marx) do capital. Assim como o conteúdo da produção agora foi submetido ao trabalho abstracto real objectivado, também a forma do fim em si económico se libertou das suas escórias empíricas: o fim em si da forma inicial da introdução do dinheiro-ouro por amor do dinheiro-ouro transformou-se no fim em si da abstracção real da "*valorização do valor*" (Marx), que desde então degradou o conteúdo material da produção e a satisfação das necessidades a fenómeno concomitante secundário do uso do "trabalho abstracto".

Ao mesmo tempo, a determinação da forma política experimentou uma mudança, com a implementação de uma economia nacional baseada na necessidade de valorização. Através da ascensão económica da classe burguesa no século XVIII e da sua exigência de reconhecimento como sujeito jurídico e político, ocorreu não simplesmente um reagrupamento no interior do "poder político", em que a classe burguesa agora tinha acabado de ultrapassar o domínio arbitrário do monarca. Esta modificação da determinação da forma política foi muito mais profunda, uma vez que o *surgimento do sujeito político e jurídico burguês* precedeu a *juridificação da razão de Estado*, que se tinha soltado do seu ponto referência empírico do monarca e se tinha desenvolvido totalmente como fim em si fetichista. O que na filosofia do século XVIII desde então é representado como "vontade pura", "vontade transcendental", etc., foi o lado subjectivo desta razão de Estado, agora tornada mais puramente formal, que, como fim em si objectivo da preservação do Estado, precede a vontade dos sujeitos jurídicos e políticos. Se a vontade subjectiva do monarca realmente ainda tinha um poder de disposição autónomo na estatalidade absolutista, a razão objectivada de Estado, em sua juridificação, tornou-se independente de qualquer formação de vontade subjectiva: A categoria da "*volonté générale*" em contraste com a "*volonté de tous*" (Rousseau) era apenas a duplicação fetichista da razão de Estado objectivada, como ela se apresentava na perspectiva dos sujeitos. Pode ver-se, não só na juridificação da soberania, mas sobretudo na juridificação do estado de excepção, que a reacoplagem da razão de Estado a si mesma, no Estado nacional constitucional do século XVIII, se tinha libertado das suas escórias do início da idade moderna: a "guerra permanente" de outrora entre os Estados tornou-se, no Estado constitucional nacional, um parágrafo material constitucional de um direito de guerra, de necessidade e de excepção, ancorado na soberania, e constituiu a partir de então a sua *ultima ratio*.

Uma vez que a forma da estatalidade se elevava a juridificação da razão de Estado como fim em si, também o conteúdo do Estado, o poder soberano, não poderia permanecer como era. Pertence ao mal-entendido fundamental dos seus próprios pressupostos sociais o facto de a teoria burguesa do Estado, *grosso modo*, ter desconsiderado inteiramente essa metamorfose da soberania. Enquanto o Estado absolutista ainda estava iniciando a esfera da circulação, que organizava sob o controlo da "polícia", agora, na valorização, a economia, por sua vez, autonomizava-se da política. O Estado não constituía mais uma circulação controlada, com base em formas de reprodução pré-modernas. Como Estado-nação, incluía o *stock* de capital social nacional, cuja produção já estava sujeita ao fim em si fetichista da valorização. Mas a validade da soberania também mudou fundamentalmente. Se o conceito de soberania de Bodin, apesar de todas as inconsistências, abrangia uma situação real, reflectindo a sua soberania, concebida como quase ilimitada, pelo menos como pretensão, o controlo incondicional da estatalidade absolutista sobre a proto-economia da circulação, essa supremacia do Estado foi prejudicada pela manutenção da valorização económica. A soberania e as suas políticas eram agora subordinadas à "financiabilidade", o que significa que *a soberania do Estado tornou-se dependente da substância do capital* e da sua valorização bem-sucedida. Uma vez que praticamente todas as teorias e

críticas do Estado deixavam ao acaso essa modificação categorial da soberania no século XVIII, o conceito de soberania de Bodin pôde continuar ininterruptamente, sem que as sérias consequências dessa mudança começassem sequer a ser tidas em consideração.

Como transição processual da "proto-economia política" da estatalidade absolutista para o Estado nacional constitucional da "economia política", a imposição da particularidade do Estado constitucional foi incorporada na metamorfose abrangente da universalidade negativa. Se a circulação mundial na história da constituição ainda permanecia como uma campânula sobre os Estados absolutistas, agora tinha-se imposto "uma nova e diferente forma, em certo sentido, 'a tendência para criar o mercado mundial' (Robert Kurz cita aqui Marx, DS). Esta dupla estrutura de mercado mundial, por um lado, e economia nacional / Estado-nação e sua correspondente relação de dissociação, por outro lado, apenas se desenvolveram completamente no século XIX. Se o mercado mundial continuava a ser o pressuposto do capital, agora ele surgia (ao contrário do que acontecia nos começos) apenas como esfera *secundária* da acumulação, enquanto o mercado interno, regulado como economia nacional, com suas microfunções, se tornava a esfera *primária*". (9) A circulação mundial transformou-se num mercado mundial que, no entanto, mediava como esfera secundária a constituição nacional dos Estados europeus no sentido da "valorização do valor".

No decurso desta "época da imposição" do capital, a França e a Inglaterra desenvolveram-se no continente europeu como as nações economicamente mais fortes, cujos conflitos pela hegemonia, do século XVII ao século XX, não só moldaram a história europeia, mas também se estenderam à Índia e às Caraíbas. Devido ao domínio inglês e francês no mercado mundial, a sua própria ideologia nacional emanou como modelo para a modernização iminente do mundo. As identidades nacionais inglesa e francesa configuraram-se, na sua legitimação, com base na ocupação de certo modo invertida da "economia política" percebida como nascente. No que diz respeito à formação do Estado-nação inglês, foi nele que ocorreu primeiro a mudança da circulação independente para a subsunção da produção à valorização. É por isso que o domínio do Estado, o mais tardar no início do século XVIII, teve de recuar ante a nova força de uma nobreza tornada capitalista. Desta disposição histórica emergiu a autoconfiança do nacionalismo inglês, baseado na *liberdade do sujeito económico privado*. O nacionalismo inglês, portanto, foi um *liberalismo* historicamente equivalente à transição do absolutismo estatal para a economia nacional. A nação francesa também assumiu essa metamorfose, mas com base numa legitimidade diferentemente ponderada. Aqui, na história da constituição, o Estado absolutista tinha sido construído com toda a plenitude do seu poder – não por acaso, foi um francês, Bodin, que definiu a soberania do Estado pela primeira vez, no final do século XVI – de modo que a transição para a economia foi legitimada pela determinação da forma política. O espírito nacional francês ganhou o seu *pathos* da *dimensão jurídico-política do sujeito-cidadão*. A transição da estatalidade absolutista para a "economia política" nacional dividiu-se, no nacionalismo inglês e no francês, na oposição externa de uma identidade nacional baseada na *liberdade do "bourgeois" económico*, por um lado, e na *responsabilidade política do "citoyen"*, por outro.

Tendo sido criados, através desta passagem pela "história da imposição", os fundamentos categoriais da socialização fetichista capitalista do mercado mundial e da "economia política", enquanto o objectivo de realização, mediado pelo mercado mundial, se aglomerava dentro da constituição nacional em sua figura realmente abstracta, o capital podia agora processar nessas bases como "movimento em si" (Marx). A partir do final do século XIX, esse processo, de acordo com sua lógica interna fetichista, produziu a sua própria tendência, que anunciava uma nova época da história capitalista. A transição da "história da imposição" para a "*história da modernização*" deveria durar até aos anos 80 do século XX, interrompida pela Grande Depressão de 1929-33 e pelas duas guerras mundiais.

A "época da modernização", que surgiu no último quarto do século XIX, foi condicionada por um mecanismo interno de tendência de crise secular. Naquela época, as empresas capitalistas depararam-se com a impossibilidade de continuar a financiar a formação de capital das suas unidades empresariais com meios próprios, com o que, no entanto, tiveram de pagar tributo à teleologia negativa do movimento de valorização

objectivado. O desenvolvimento das forças produtivas imposto pela concorrência universal apresentava-se, no plano da empresa individual, como crescimento relativo do "capital constante" em relação ao "capital variável" (Marx), porque um lucro suficiente somente podia ser alcançado pela constante revolução dos agentes técnico-científicos. Como resultado, no entanto, os custos prévios desses agentes tiveram de aumentar numa medida que já não podia ser financiada com os lucros próprios.

Deste modo, do meio ao final do século XIX, uma nova determinação da forma económica ganhou relevância, nomeadamente o capital financeiro. Se era justificado pelo nível de produtividade que o capital bancário, no início do século XIX, desempenhasse um papel menor, na medida em que o financiamento empresarial poderia ser realizado em grande parte com os lucros das empresas, ele teve de ganhar uma nova qualidade com o crescente desenvolvimento das forças produtivas: "O capital que rende juros, com o desenvolvimento progressivo da produtividade capitalista, atingiu assim uma supremacia crescente sobre o capital produtivo; e já não uma supremacia meramente externa, mas interna. Por outras palavras, quanto mais apertada a engrenagem do capital produtivo e de maior prazo são os créditos do capital fixo constante, tanto mais o capital bancário interfere no planeamento, na estratégia e na política comercial das empresas industriais (...). Essa supremacia gradual do capital bancário face às empresas constitui a forma embrionária do que Hilferding chamou depois o nível de desenvolvimento estruturalmente novo do "capital financeiro". (10) Esse crescente crédito à produção através do capital bancário correspondeu, no plano das empresas, a uma nova forma de unidade económica: a sociedade por acções. Ela correspondia à mesma tendência secular para a desvalorização: se as empresas individuais não conseguem mais financiar a sua produção, é necessária uma forma de empresa que reúna vários proprietários de capital, para poder continuar a suportar o aumento dos custos iniciais.

Que a formação do capital financeiro e do capital por acções foi um fenómeno de crise virulento pode ser demonstrado no meio fetichista dinheiro. O financiamento da produção mediado pelo crédito já expressava aqui uma "inflação secular" (Robert Kurz), porque a produção actual tinha de antecipar a mais-valia futura, para poder operar de modo rentável. Além desse aumento constante da oferta monetária, esta "inflação secular" pode ser percebida ainda mais incisivamente na "formação de capital fictício" dos mercados de acções. Pois aqui, o capital começou a gerar um movimento próprio, relativamente à sua produção real de mais-valia. Por um lado, o capital em acções tinha sido investido na produção, enquanto, por outro lado, apresentava um movimento próprio fictício, cujo aumento de rendimento surgia ao lado do processo de valorização real. Embora esse movimento de "capital fictício" fosse apenas um fenómeno menor naquela época, porque o "mecanismo de controlo do capital financeiro (...) não estava principalmente no movimento de preços do capital fictício dos títulos de rendimento, mas no comando da acumulação real e no movimento da renda distribuída a partir dela" (11), insinuou-se aqui outro mecanismo da "inflação secular" que, no entanto, só se efectivaria plenamente a partir dos anos 80 do século XX.

A transformação da determinação da forma económica em capital financeiro e accionista, que resultou na supremacia do capital bancário sobre o capital produtivo e na "inflação secular" que a acompanha, não poderia deixar a determinação da forma política intacta. No decorrer do século XIX ocorreu um novo surto de juridificação: a classe trabalhadora emergente buscou reconhecimento como sujeito jurídico e político, o que significou uma nova dimensão da juridificação da razão de Estado: o direito de voto universal e igual substituiu o direito de voto censitário, de modo que o acesso totalitário da determinação da forma estatal expandiu-se mais uma vez. No entanto, esse impulso de juridificação não modificou só a determinação da forma política, pelo contrário, a dinâmica crescente da crise criou uma nova qualidade da intervenção estatal, com o resultado de que o novo grau de socialização do capital financeiro resultou numa integração cada vez mais forte do capital financeiro e do "controlo" estatal. Esta "lei do aumento da actividade estatal" resultou numa acumulação cada vez mais centrada nacionalmente, sob a supremacia do capital financeiro e da política económica estatal, e foi essa fusão entre capital financeiro e Estado que possibilitou a política imperialista de "espaço alargado", própria

dos Estados nacional-imperialistas europeus. A época do "imperialismo policêntrico" (Robert Kurz) foi o efeito directo dessa transformação das "economias políticas".

Foi, não em último lugar, a ambição nacional-imperialista de espaço, causada pela desvalorização secular, que pela primeira vez fez escalar a contradição entre a universalidade negativa do mercado mundial e a particularidade do Estado-nação. A compensação da desvalorização com esforços de anexação nacional agudizou-se em primeira linha político-militarmente na Primeira e Segunda Guerras Mundiais: pois "no século XX, deveria explodir essa auto-contradição dupla entre o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e, pela própria lógica do capital, a produção limitada de mais-valia e, portanto, de poder de compra, por um lado, e entre os espaços funcionais limitados das economias nacionais, ou a estrutura de reprodução na lógica da dissociação sexual neles incorporada, e a tendência universalizante do mercado mundial, por outro lado. Na primeira metade do século, essa explosão foi política: os Estados-nações capitalistas entraram em confronto, por assim dizer, armados até aos dentes, para exorcizar a contradição, com espaços funcionais imperialmente expandidos sob controlo nacional alargado; e o mundo não foi suficientemente grande para isso". (12)

Voltemos ao curso da nossa exposição, que partiu da crítica da "ideologia alemã". Sabe-se que a fundação do império alemão e, com ele, do Estado alemão, ocorreu precisamente na época do imperialismo moderno. Isso resultou numa grande diferença entre a ideologia nacional alemã e a inglesa ou a francesa: enquanto o nacionalismo inglês, sob a forma de liberalismo, afirmou a liberdade económica do sujeito particular, e o francês, complementarmente, afirmou a responsabilidade cívica do sujeito jurídico e político, a "ideologia alemã" visou a afirmação abrangente da relação social contraditória entre "política" e economia". O facto de a formação nacional do império não ter sido completada antes de 1871 foi usado na "ideologia alemã" para projectar o carácter nacional alemão como uma nação cultural pré-moderna, quase orgânica, que não apenas precederia a contradição entre política e economia, mas também a superaria: A "ideologia alemã" foi, até certo ponto, *o protótipo da consciência de frente transversal*. (13) O que surgiu no século XVIII como a "nação cultural" de Herder, cuja ideologia nacional mais ou menos compensou a mesquinhez do Estado alemão e a ausência de uma base para o Estado-nação, consolidou-se no final do século XIX como *ideologia nacionalista da Alemanha*, cujo fundamento na negação das contradições sociais em favor do "corpo nacional" unificado formou um excedente bárbaro, que a separou de todas as outras ideologias nacionais, e deveria culminar numa singularidade específica do seu desenvolvimento.

Assim se constituiu, em 1871, a ilusão nacionalista da ideologia alemã, que não se baseava apenas na demarcação das nações adversárias francesa e inglesa, mas sobretudo na demarcação do "contrapovo" ou "antipovo" do judaísmo, uma especificidade alemã da constituição do Estado-nação que, por sua vez, tinha um precursor histórico. Já no iluminismo alemão, e aqui especialmente em Kant, a constituição da ideologia nacional alemã foi directamente entrelaçada com a projecção do contrapovo judaico (14). Este anti-semitismo deveria evidenciar-se decisivamente no século XIX e no século XX, como um componente fundamental da "ideologia alemã", devido ao desenvolvimento da crise, à agitação social e às lutas de classes emergentes. As especificidades nacionalistas desta "ideologia alemã" e do delírio anti-semita que dela se alimenta foram os pressupostos do singular crime contra a humanidade em Auschwitz, a ruptura bárbara com toda a história humana anterior. O facto de o gaseamento dos judeus em Auschwitz ter continuado contra qualquer racionalidade, numa situação em que as capacidades necessárias faziam realmente falta para a guerra, revela a irracionalidade fundamental deste delírio, em que a destruição do estranho e a autodestruição se tornaram indistinguíveis. Foi necessária a libertação de Auschwitz pelos aliados e o fim da Segunda Guerra Mundial para pôr fim a esta loucura alemã.

Por muito significativa que fosse a marca da Grande Depressão em 1933, e por muito devastador que fosse o impacto das guerras mundiais e do crime alemão contra a humanidade, no entanto, evidenciou-se após a Segunda Guerra Mundial que o capitalismo não tinha de modo nenhum esbarrado no seu "limite interno" (Marx). Apenas uma década após o fim da Segunda Guerra Mundial, todas as preocupações tinham

desaparecido; o "milagre económico" começou e parecia dar viabilidade ao capitalismo para sempre. De facto, após a Segunda Guerra Mundial, com as tecnologias de produção fordistas da Segunda Revolução Industrial (fordismo, taylorismo, mas também as indústria química e electrotécnica) alastrou um novo ciclo de acumulação, desenvolvido já no final do século XIX, mas que apenas em meados do século XX conseguiria abranger toda a produção da economia empresarial. Como se explica esse surto de valorização com o fordismo? A produção fordista neutralizou a desvalorização secular, porque a implementação abrangente das suas estruturas de produção criou espaço para um mecanismo de compensação, que pôde sobrecompensar a tendência de desvalorização. Embora o salto de produtividade alcançado pelo fordismo tenha tornado a força de trabalho produtora de mais-valia supérflua numa potência superior, perante os seus novos potenciais de racionalização, ainda assim, com o embaratecimento das mercadorias e a expansão de mercados, pôde finalmente ser mais que compensada a tendência de desvalorização, passando-se a uma nova época de acumulação.

A época pós-guerra da acumulação fordista sancionou uma nova constelação política, que deixou as antigas potências França e Inglaterra em segundo plano. Já na vitória contra a Alemanha nazi, surgiu uma nova constelação, na qual duas nações ganharam influência para lá do "imperialismo policêntrico"; o domínio dos EUA e da União Soviética, que se esboçara no final do século XIX, revelou-se irreversível com a Primeira Guerra Mundial. Basicamente, as duas potências mundiais do século XX, em sua ideologia nacional, juntam-se à maneira inglesa ou à francesa, sendo a auto-imagem liberal nos Estados Unidos caracterizada pela tradição inglesa, enquanto a Revolução Russa de Outubro assumiu a centralização estatal francesa, e aprofundou-a numa escala alargada de acumulação. O facto de ambos os Estados nacionais terem conseguido ascender a novas potências europeias e internacionais deveu-se às condições específicas da sua capacidade de acumulação. Por exemplo, o continente americano dispunha de uma enorme área para capitalização, completamente intocada pelos obstáculos feudais ou estatais de proveniência europeia, o que representava a condição ideal para a valorização. Para a Revolução Russa, por sua vez, o estabelecimento de seu Estado-nação coincidiu com o seu reconhecimento como sujeito estatal-nacional no mercado mundial, o que, no entanto, implicava um controlo centralizado sobre a produção, que facilitava a implementação dos agregados de produção fordistas. Como "revolução francesa do leste", o capitalismo do estado russo teve no início do século XX um crescimento gigantesco.

No entanto, a época fordista pós-guerra e a ascensão das duas novas potências mundiais, por sua vez, estabeleceram uma metamorfose da relação categorial entre o universalismo negativo e o particularismo nacional-estatal. Ao nível do mercado mundial, foi particularmente a exportação de capital fordista que gradualmente afrouxou a centralização nacional do capital e acentuou a qualidade internacional do mercado mundial. Se as exportações, na "história da imposição" e no início da "história da modernização", ainda se limitavam ao capital mercadoria, o salto no desenvolvimento fordista das forças produtivas possibilitou a exportação de capital para o exterior, o que tornou a constituição nacional menos importante economicamente: "A exportação de capital, de facto, apenas após a Segunda Guerra Mundial assumiu uma qualidade realmente nova, começando com o *boom* do pós-guerra desde a década de 1950. Economicamente, também foi a implementação mundial da Segunda Revolução Industrial, ocorrida nesta época (...), que, através de uma nova qualidade do desenvolvimento das forças produtivas, aumentou a pressão sobre os limites económicos nacionais de dentro para fora, ao mesmo tempo que produzia estruturas supranacionais e, no plano da relação de dissociação sexual, expandia rapidamente a actividade profissional das mulheres na esfera do "trabalho abstracto". (15)

O facto de os EUA e a Rússia substituírem as antigas potências europeias na época pós-guerra não equivaleu, portanto, a um simples reagrupamento dentro de um "imperialismo policêntrico". A nova validade do mercado mundial, ultrapassando o quadro de referência nacional, não deixou de fora o desenvolvimento político-militar: Na aparente "oposição de sistemas" de "pax americana" e "pax soviética", a constituição do Estado nacional

perdeu importância em relação ao mercado mundial internacional. Assim, a "Guerra Fria" com a outra superpotência da "modernização atrasada" desde o início que já não foi no estilo de liderar um controlo territorial com base na economia nacional sobre um "império mundial" particular, mas apenas foi por uma orientação de longo prazo, para uma escala imediatamente global." (16) Os EUA e a Rússia encarnaram, para os hemisférios ocidental e oriental, precisamente esta "função policial mundial", a saber, a manutenção do capitalismo privado ocidental ou do capitalismo de estado oriental, uma função que não mais pode ser entendida como uma política de anexação nacionalmente centrada e em larga escala. Em vez disso, a orientação estratégica foi focada directamente na nova qualidade internacional do mercado mundial, que diferenciou fundamentalmente o "imperialismo bipolar" do imperialismo da anexação nacional do início do século XX.

Especialmente a estrutura bipolar da Guerra Fria – em consonância com o decurso da guerra mundial – moldou o continente europeu, com a Alemanha a tornar-se o ponto central dessa chamada "oposição de sistemas". A *evolução da "ideologia alemã" caracterizou-se pela sua difusão, com a integração a Oeste ou a Leste* das duas repúblicas alemãs; a integração de facto das duas repúblicas alemãs na dimensão por si internacional do "imperialismo bipolar" atingiu a "ideologia alemã" no seu conteúdo essencial. A integração a oeste determinou a RFA e a integração a leste determinou a RDA, como oposição de identidade nacional liberal / anglo-saxónica, e centrada no Estado / soviética: em 1948, França, Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo juntaram-se numa aliança de auto-defesa colectiva ("Tratado de Bruxelas") para um ano depois concluírem, com os EUA, o Canadá, a Itália, a Noruega, a Dinamarca, Portugal e a Islândia, o "Tratado do Atlântico Norte", que deveria acelerar a integração da Europa Ocidental na "NATO". O "Pacto de Varsóvia", de 1955, reuniu os Estados orientais do capitalismo de Estado, de modo que a divisão do mundo entre as potências da "pax americana" e da "pax soviética" seguiu o seu curso.

As modificações da "ideologia alemã", no contexto da época fordista e do "imperialismo bipolar", foram assim mediadas pela contradição entre o capitalismo privado ocidental e o capitalismo de Estado oriental; um desenvolvimento histórico que, como veremos, ainda hoje ressoa no neofascismo alemão. Na República Federal da Alemanha, o "antifascismo" rimava desde o início com a "ligação ao Ocidente" (17), e é por isso que o conservadorismo de direita renano da época Adenauer se harmonizou magnificamente com a redemocratização ocidental, mesmo que exigisse um "chanceler de decisões solitárias". A "ameaça" do "baluarte comunista" certamente funcionou como charneira dessa aliança, razão pela qual o "antifascismo" da RFA rima não só com "aliança ocidental", mas também com anticomunismo (18). A equiparação do nacional-socialismo e do anti-semitismo com a crítica do capitalismo em si, sedimentada na memória colectiva da República Federal, foi a base para o facto de os intelectuais da Alemanha Ocidental poderem tornar-se bons alunos dos EUA, sem ter ocorrido qualquer "reprocessamento" do singular crime contra a humanidade de Auschwitz. *Através da integração ocidental, do liberalismo e do anticomunismo, foi preservada a "ideologia alemã" na República Federal do pós-guerra.*

Se a redemocratização anglo-saxónica / liberal foi magnanimamente compatível com o nacionalismo alemão pós-nazi, essa transformação da "ideologia alemã" no contexto da mudança da situação mundial também estava em andamento na "República Democrática Alemã". Embora a constituição nacional-imperial também tenha sido afrouxada no hemisfério do capitalismo de Estado da "pax soviética", devido à exportação de capital e à validade internacional do mercado mundial, aqui a ênfase ainda era mais forte na nação, embora quebrada pelo desenvolvimento histórico. Este enfoque nacional decorria da história da modernização da Rússia como uma "modernização atrasada". No início do século XX, a periferia europeia, e assim também a Rússia, ainda não possuíam uma soberania de Estado-nação coerente, razão pela qual a história da constituição e a história da imposição no seu caso tiveram de coincidir no tempo. A modernização da Rússia foi sinónimo do estabelecimento da soberania do Estado, para ser reconhecido como sujeito nacional independente no mercado mundial, o que também esclarece a orientação centrada no Estado-nação, no sentido de uma economia nacional planeada: o "comunismo num só país" de Estaline foi consequência dessa hipóstase nacional, que, no entanto,

cada vez mais seria desmentida pelo mercado mundial internacional e pela estratégia global imediata da "pax soviética".

A partir deste auto-entendimento, a RDA desencadeou o seu *auto-entendimento ideológico da modernização, e assim também do iluminismo*, que se formou a partir da tradição prussiana. Foi precisamente essa mistura do ímpeto de modernização prussiana e da formação nacional que caracterizou o auto-entendimento alemão da RDA, e se enriqueceu no decurso da "pax soviética", sob o domínio do capitalismo de estado russo, com uma componente socialista ou social específica. *Como ideologia nacional-social, ela entrou na consciência colectiva dos cidadãos e cidadãs da RDA, que assim se pretendia apresentar como a mais consequente redemocratização da "verdadeira nação alemã", tentando diferenciar-se da "traição da nação" (19) pela República Federal com o internacionalismo ocidental. Esta hipóstase nacional-social revelou conexões com a "ideologia alemã" precisamente em sua reivindicação nacional, de modo que também o "antifascismo" soviético na RDA permaneceu superficial, e sofreu uma transformação de "ideologia alemã" sob as condições alteradas da sociedade mundial.*

Uma plataforma para essas contradições da "ideologia alemã" no período pós-guerra foi encontrada no movimento de 1968 e aqui, em particular, em sua figura de proa, Rudi Dutschke. Assim, Dutschke representa um movimento em que "entusiasmo antifascista do movimento, motivações pró-ocidentais, um anti-americanismo quase sempre vago, crítica cultural e ideias nacionalistas socialistas no sentido de uma RDA a passo de ganso" (20) se unem numa amálgama confusa, situação em que este disparate ideológico do movimento de 1968 mostra que a época da classe operária já pertencia ao passado.

Sobre as modificações da "ideologia alemã", no cenário do novo contexto condicional da sociedade mundial, ainda são necessários alguns comentários, pois esse cenário atinge determinadamente a sua constituição concreta. Trata-se, acima de tudo, da relação da "ideologia alemã", no início do século XX e durante o nacional-socialismo, com a sua configuração no período pós-guerra, ligada à integração a Oeste e a Leste. Afinal, tanto as forças fascistas na Alemanha do pós-guerra, como também o reprocessamento aliado e alemão-democrático ou alemão-socialista, partilharam um mal-entendido ontológico: ambos partem de uma ideologia genuinamente nacionalista da Alemanha, embora alguns se queixassem de que este núcleo ontológico estaria a ser posto em risco, através da integração ocidental e oriental, enquanto os outros entendiam a integração no Leste e no Oeste como contrapeso contra a força gravitacional da "ideologia alemã". Comum a ambos era que eles pressupunham uma substância "real", mesmo a-histórica da "ideologia alemã", que depois precisava de ser defendida, ou então domesticada, através da ligação a Oeste ou a Leste – tendo sido igualmente menosprezado que a ideologia alemã seria mantida, precisamente na sua transformação através da ligação a Oeste ou a Leste.

A ligação a Oeste e a Leste não foi imposta apenas externamente. Correspondeu à real metamorfose social, até à validade internacional imediata do mercado mundial, e ao surgimento da oposição entre "pax americana" e "pax soviética". A aspiração nacionalista a um grande espaço de uma potência mundial alemã foi prejudicada com a mudança do modo de ser objectivado e da sua dimensão internacional, que dissolvia a constituição centrada nacionalmente, o que então teve de repercutir-se nas "formas objectivas do pensamento" (Marx). A ligação a Leste e a Oeste, neste sentido, não se limitou simplesmente a uma integração imperialista da Alemanha nos dois blocos da "Guerra Fria", mas resultou da inerente dinâmica da valorização, que deixara atrás de si a constelação histórica da acumulação nacionalmente centrada, da aspiração imperialista ao espaço alargado e do "imperialismo policêntrico", a favor da disposição internacional do mercado mundial e do "imperialismo bipolar". Se considerarmos o percurso subsequente da "ideologia alemã" numa data posterior, na sequência da ligação a Leste e a Oeste, deve notar-se que a partir de então ela não se baseava, nem em termos de *realpolitik* nem ideologicamente, em aspirações de anexação agressivas, em fantasias de poder mundial ou nas ideologias nacionalistas do século XX.

A este respeito, pertence ao desenvolvimento paradoxal da "ideologia alemã" no período pós-guerra que ela tenha gozado de alta popularidade, em sua carga nacionalista, especialmente nas nações da "modernização atrasada", e, desde meados do século XX, mas especialmente desde a década de 1980, se tenha expandido designadamente na área islâmica. Até certo ponto, como célula primordial da "modernização atrasada", o coletivismo nacionalista, em sua irracional obsessão de unidade, irradiou para os países periféricos, que cada vez mais adaptaram clichés da "ideologia alemã" para promoverem a sua unidade nacional, através da integração no mercado mundial como sujeitos nacionais reconhecidos: "Claro que esta não é apenas uma constelação alemã, embora tenha as suas raízes históricas na Alemanha. Em todo o mundo, e de modo mais flagrante nas regiões em colapso económico, a impossibilidade de sobrevivência capitalista, que é negada pela fraseologia democrática, traduz-se nas formas de uma concorrência de aniquilação nacional, "étnica" e pseudo-biológica. Como reverso da economia transnacional, o pensamento nas categorias do delírio nacionalista tem um *boom* em todas as partes do mundo". (21) A recepção de elementos do "delírio alemão" pelos países da "modernização atrasada" aponta para o agravamento do processo de crise a partir dos anos 80 do século XX, em que a capacidade de integração numa "modernização atrasada" deveria diminuir cada vez mais para os Estados periféricos e, precisamente por isso, asselvajar-se gradualmente.

### **A época pós-moderna da crise fundamental, a disputa sobre a Europa e a nova hegemonia da Alemanha na administração da crise europeia**

Se a oposição entre a variante de economia estatal e a de economia de mercado, entre "pax soviética" e "pax americana", na sequência da "Guerra Fria" – e alimentada pela implementação de formas de produção fordistas – parecia gravada na pedra por tempo indeterminado, tanto mais o colapso da União Soviética foi um balde de água fria para a inteligência funcional, tanto a Leste como a Oeste. Assim, no Ocidente, à estupefacção seguiu-se a gritaria triunfal de vitória da "economia de mercado e democracia", que finalmente tinha inaugurado o "fim da história" (Fukuyama), enquanto as elites funcionais do Leste se juntaram a esse processo, quase sem fricção, ou, quando muito, com nostalgia "realmente socialista" do capitalismo de Estado colapsado, assim ratificando, à sua maneira, o "fim da história". Um facto que confirmou, por sinal *ex post*, a identidade interna do capitalismo de propriedade privada ocidental com o capitalismo de Estado oriental.

Como se sabe, também foi precisamente nesta nova época de crise do capital que foi dado o sinal de partida para a teorização da crítica da dissociação-valor. Com o *Colapso da Modernização* (Robert Kurz), a teoria radical da crise posicionou-se pela primeira vez com a sua tese fundamental na crítica publicada da sociedade: o colapso do capitalismo de Estado não anunciava a marcha triunfal da "economia de mercado e democracia", mas sim o surgir de uma crise mais abrangente de todo o capital mundial. Com a Terceira Revolução Industrial da microeletrónica, que começou na década de 80 do século XX, a "valorização do valor" (Marx) atingiu um nível de produtividade que, *pela primeira vez na história do capital, tornou a substância de trabalho criadora de valor absolutamente supérflua*. Esse "limite interno" do capital não podia mais ser compensado, como na produção fordista, pelo embaratecimento das mercadorias e pela expansão dos mercados, já que o decréscimo, agora absoluto, da força de trabalho criadora de valor não poderia, logicamente, ser amortecido por uma expansão relativa da mais-valia. Assim, o meio fetichista do desenvolvimento das forças produtivas através da concorrência virou-se contra a finalidade fetichista, retirando da produção força de trabalho criadora de valor, numa medida tal que socavou a criação de valor global no plano transnacional. *O capitalismo entrou no estádio pós-moderno da sua crise fundamental, o que tornou a acumulação alargada impossível para todo o sempre e, através do processo objectivado de desvalorização do capital mundial, o levou às últimas consequências: a desvalorização global como aniquilação do mundo*.

A contradição interna do modo de produção capitalista, que amadureceu na Terceira Revolução Industrial da década de 1980, *também desconjuntou a relação fundamental entre o universalismo negativo do mercado*

*mundial e a constituição particular do Estado-nação.* Diferentemente da anterior história da acumulação do capital, *o capital*, evocado pelos avanços de produtividade da microeletrônica, *aglomerou-se num mercado mundial imediatamente transnacional, formando a partir de agora o pressuposto directo da constituição nacional.* Do ponto de vista da elaboração teórica da crítica da dissociação-valor, a globalização foi já a expressão da crise fundamental, que pode ser vista particularmente em dois desenvolvimentos do capital, agora mais globalizado, que não apenas eram completamente estranhos à história de acumulação do capital, mas eram mesmo francamente impossíveis de pensar nas suas condições,.

Por um lado, isso diz respeito à dimensão imediatamente transnacional dos mercados financeiros: se o capital financeiro do final do século XIX ainda se assemelhava à acumulação centrada no país da época nacional-imperialista, em que o mercado mundial desempenhava apenas um papel mediador e, portanto, secundário dentro do impulso expansionista imperialista, os mercados financeiros transnacionais afastavam-se agora desse espaço de referência nacional, contra o qual se tornavam autónomos, na forma transnacional: "Esta é precisamente a diferença entre o antigo capital financeiro, enraizado na economia real e, portanto, centrado na economia nacional, e o novo capital financeiro, desacoplado da substância e imediatamente globalizado. Como a acumulação real não é mais decisiva, devido à falta de volume, o potencial do capital fictício para o automovimento desacoplado torna-se o foco do interesse." (22)

Além disso, a qualidade transnacional do capital financeiro teve de inverter a relação entre a formação de capital fictício e a produção de mais-valia. Se a formação de capital fictício, no século XX, ainda assentava, afinal, na base produtiva da Primeira e da Segunda Revoluções Industriais, existindo a supremacia nacional sobre todo o capital financeiro, com a Terceira Revolução Industrial o capital monetário fugiu para os mercados financeiros, porque a produção real foi, ela própria, destruída pela contradição interna da desvalorização, não sendo já permitida a acumulação rentável sob o novo padrão de produtividade. Então, a "formação de capital fictício" nos mercados financeiros, que, como especulação sobre a diferença no aumento de preços dos títulos, não utiliza mais nenhum "trabalho abstracto", tornou-se o pressuposto da própria produção em decadência, de tal modo que a "*formação de capital fictício*" alimenta secundariamente a desvalorizada "economia real". Por conseguinte, estes lucros desmaterializados nos mercados financeiros transnacionais representam também a maior parte dos lucros globais, mesmo que as estatísticas burguesas só fragmentariamente possam expressar essa correlação.

Que a "forma contínua" da crise já nem isso é verdadeiramente, mas sim um paradoxal processo de dissolução interna, manifestou-se, por outro lado, também a nível da chamada "economia real" em si. Se a globalização foi comumente interpretada como uma extensão da exportação de capital fordista (se é que havia alguma consciência dessas diferenças históricas), essa exportação de capital mudou o seu mecanismo interno, razão pela qual não mais poderia ser descrita como tal: o que parecia ser a continuação da exportação de capital, era na verdade o resultado de a desvalorização global ter forçado a necessidade de as unidades económicas externalizarem, de certo modo através de processos de racionalização, a massa de valor em diminuição no conjunto da sociedade, à medida que cada vez mais segmentos económicos provavam ser improdutivos na concorrência universal. A aparentemente dominante "exportação de capital" acabou por ser um "investimento de racionalização" (Robert Kurz); não se tratava de expandir o investimento, mas do *outsourcing* de unidades empresariais improdutivas. Assim, além da inversão entre o capital financeiro e a chamada "economia real", a desvalorização global também se afirmou na própria base "produtiva", para a qual investimento e racionalização coincidiram cada vez mais. Em vez de uma luta pela realização da mais-valia social global na concorrência universal, as empresas foram doravante forçadas a encolher ao máximo rapidamente, mesmo se este contexto social global, do seu ponto de vista empresarial particular (precisamente quanto à taxa de lucro) se lhes apresentava errado.

A transição, forçada pela crise fundamental, de investimentos substanciais de expansão, no sentido da exportação de capitais fordista, para investimentos dessubstanciados de racionalização, que se reflectiu no

plano da economia empresarial, principalmente através da descolagem dos mercados financeiros e nos "investimentos de racionalização" transnacionalmente emaranhados, trouxe consigo, além disso, uma reestruturação das relações de comércio externo globais, que, por sua vez, dificilmente podem ser tomadas como uma "forma contínua da crise" no sentido tradicional. Pois a coerção objectivada à desvalorização, através de "formação de capital fictício" e de "investimentos de racionalização", formou uma *"economia global de deficit"* (Robert Kurz), que, da perspectiva os Estados nacionais em erosão, se apresentava como acumulação de excedentes de exportação, por um lado, e como política de importação promovida a crédito, por outro, sendo que tanto os excedentes de exportação como as importações surgiam apenas com base na "formação de capital fictício", não tendo realmente qualquer base produtiva.

Nas relações do mercado mundial deficitárias, esta "economia global de deficit" aprofundou-se em primeiro lugar no "circuito de deficit do Pacífico" (Robert Kurz). Enquanto o Japão, depois os tigres asiáticos e mais tarde a Europa (sobretudo a Alemanha), bem como a China e a Índia obtiveram excedentes de exportação constantes nos anos 80 do século XX, por outro lado foram os EUA que ascenderam a "consumidores mundiais" (Robert Kurz) destas mercadorias excedentes, de modo que os Estados Unidos sofreram um rápido processo de desindustrialização (o que, além do deficit comercial exorbitante, também explica a dívida pública sem precedentes dos Estados Unidos). O facto de os EUA ainda poderem funcionar como um "porto seguro" dos fluxos de dinheiro e sugarem capital monetário global, não prova a sua força económica, mas somente a sua superioridade militar, que se apresenta como a suposta última âncora da política monetária, no processo de erosão do capital global. O facto de, por um lado, os excedentes de exportação tornados possíveis secundariamente pelo "capital fictício" e ainda não efectuados inteiramente como "investimentos de racionalização" também afectarem, por outro lado, o "poder do consumidor" dos Estados Unidos, também condicionado pela "formação de capital fictício", revelou a fragilidade dos processos de distorção condicionados pela crise, que não tinham qualquer base na utilização de "trabalho abstracto". Seja em termos de capital monetário, ou da chamada "economia real": *a desvalorização global ocorreu a todos os níveis e só foi prolongada pela "formação de capital fictício", por "investimentos de racionalização", pela "economia global de deficit" e pelo alongamento das cadeias de crédito, sem que em lado nenhum se tenha sequer esboçado a possibilidade de uma acumulação sustentável.*

Se nos referimos à globalização como uma crise fundamental da universalidade negativa, na sua relação com a particularidade da economia política, a coisa também se inverteu em comparação com a história da acumulação. Da história da constituição do Estado absolutista, passando pela história da imposição do Estado constitucional nacional, até à história inicial da modernização da época nacional-imperial, o quadro de referência centrado na nação sempre precedeu a processualidade objectivada do capital e o seu emaranhamento recíproco de universalismo negativo e Estado-nação particular. Se a referência ao Estado-nação regrediu pela primeira vez na época fordista da "Guerra Fria", em favor da validade internacional do mercado mundial, ela foi irreversivelmente aniquilada no decorrer da globalização: na senda do mercado mundial transnacional, constituído por "formação de capital fictício" e "economia global de deficit", a determinação nacional do capital tornou-se gradualmente obsoleta, de modo que, desde então, não se pode mais falar de "capital nacional": "Não é uma questão de fluxos de bens entre economias nacionais separadas, mas de movimentos dentro da globalização económica. São (no caso do 'circuito de deficit do Pacífico', DS), além das empresas japonesas e europeias, acima de tudo as próprias empresas americanas, que usam a China como placa giratória para as cadeias de valor transnacionais, devido a estruturas de baixos salários, e a partir daí abastecem os mercados nos EUA e em outros lugares. Os investimentos correspondentes são, portanto, limitados às 'zonas de economia de exportação' e não têm nada a ver com o tradicional 'desenvolvimento' da economia nacional da China, da Índia, etc." (23) Isso aplicava-se não só aos "países em desenvolvimento", mas também aos centros ocidentais da crise fundamental.

A dependência dos Estados-nações da desvalorização global também teve de desintegrar o conteúdo realmente fetichista da sua soberania. Se o mercado mundial, até à década de 1980, proporcionou a condição de possibilidade de uma soberania em expansão, desde então ocorreu uma inversão completa dessa relação: "Isso resulta numa constelação completamente nova: o Estado, que, por sua própria natureza (seja qual for a ordem de grandeza e a composição), só pode ser sempre um Estado nacional, deixa de assentar numa economia nacional coerente, como sua instância agregadora, mas é imediatamente confrontado com uma economia transnacionalmente dispersa. O antigo plano inter-nacional do mercado mundial transformou-se no espaço funcional imediato da economia empresarial. Em comparação com a sua função anterior, o Estado parece estar economicamente esvaziado; tornou-se uma casca política flácida e em colapso sócio-económico". (24) No entanto, esta metamorfose da soberania do século XVIII também teve sérias consequências e, desde então, a soberania do Estado depende da alimentação endovenosa, através da acumulação bem-sucedida do capital nacional. Com a desvalorização global, a "desintegração das economias nacionais" (Robert Kurz) chegou aos centros ocidentais.

Era simplesmente lógico que a realização do "limite interno" do capital mundial, com a desintegração do conteúdo da soberania estatal, também tivesse de chegar à determinação da forma política. Já na crise económica mundial de 1933, o estado de excepção surgiu como uma reacção específica do Estado nacional à pressão para desvalorizar. Desde a década de 1980, as economias nacionais em desintegração entraram em "estado de excepção permanente" (Agamben), uma tendência que se repercute nos Estados ocidentais como preponderância do poder executivo sobre o legislativo e o judicial.

A discrepância radical que acompanhou a globalização, entre o universalismo negativo, por um lado, e a estatalidade nacional particular em desintegração, por outro, na socialização de crise pós-moderna, não só conduziu à irreconciliabilidade absoluta dessa contradição categorial, extremamente agudizada no plano económico, como também se fez notar igualmente na dimensão politico-militar. Se, com a globalização, a unidade negativa do mercado mundial se cristalizou como pressuposto imediato para a desvalorização, a determinação formal do imperialismo não poderia permanecer inalterada por essa processualidade histórica. Já durante a "Guerra Fria" se tinha registado a fusão dos Estados-nações americano e soviético com a função internacional de "pax americana" e "pax soviética", o que atesta uma constelação qualitativamente diferente da política de anexação imperialista nacional do início do século XX. Este processo de fusão de Estado nacional e política internacional de influência imperialista chegou ao fim após o colapso da União Soviética; a simultaneidade negativa de Estado nacional e influência transnacional directa coincidiram na última e única potência mundial, os EUA, cuja vantagem militar ao longo de décadas (e, dada a crise fundamental, para sempre) se tornou inultrapassável. A unidade negativa do mercado global, criada pela crise fundamental, correspondeu à transição do "imperialismo bipolar" para a unidade negativa do "*imperialismo monocêntrico*" (Robert Kurz) dos EUA, o que mudou drasticamente a constelação militar. O "carácter monocêntrico desta potência mundial (...) aponta para uma transformação do imperialismo, em que este já não corresponde ao seu conceito, mas está localizado num nível diferente de contradição". (25)

Assim, foram os EUA que tiveram que resolver a contradição da universalidade e da particularidade negativas, a nível político-militar. Pois, como última potência mundial na época da crise fundamental, eles tiveram, por um lado, de "administrar" as distorções da desvalorização planetária e os fantasmas da crise global daí resultantes, enquanto que, por outro lado, ainda estavam vinculados à decadente constituição do Estado-nação; uma contradição que deveria ser impossível de sustentar. Integrados na estrutura de crise do mercado mundial, os EUA tiveram que actuar primeiramente como um *imperialismo de crise*, que apenas tinha de *proteger o acesso à "economia global de deficit" e à "formação de capital fictício" nos mercados financeiros transnacionais*. O imperialismo de crise dos EUA e da NATO funcionou assim como "*imperialista global ideal*" (Robert Kurz), que teve de garantir a "transferência de capital" sem perturbações na desvalorização global. Por esta razão, para o "imperialista global ideal" dos EUA e da NATO, também não se tratava de

expansão nacional, anexação territorial ou apropriação de capital, mas apenas da *segurança da "economia global de deficit"*, pelo que ele também surgiu como *"imperialismo da segurança"*: "A violência, a brutalidade e o cinismo dessas intervenções (do imperialismo de crise, DS) não diminuiu de modo nenhum, mas o conteúdo distanciou-se qualitativamente do conceito original de um 'império' moderno." (26) A barbarização das intervenções do imperialismo de crise, nos Estados periféricos em desintegração, expressou-se, de resto, também no facto de, depois dos regimes de crise da "modernização atrasada" no final do século XX, também o "imperialismo da segurança" ocidental ter adoptado agora clichés da "ideologia alemã".

A função de um imperialismo de crise monocêntrico, que foi predeterminada pela crise mundial e surgiu em primeiro lugar como um "imperialismo de segurança" global para o exterior, também teve uma dimensão interna, em sua função de administração da crise. Aqui, a nova qualidade de crise do "imperialismo monocêntrico" foi ainda mais explícita: se já a sua garantia das mediações deficitárias do mercado mundial como "imperialismo de segurança" não podia ser compreendida com a grelha da expansão nacional-imperialista, isso foi ainda mais evidente com a sua administração da crise interna: O imperialismo de crise monocêntrico não só substituiu a anexação pela "segurança" da crise global do mundo, mas também se isolou dos produtos de crise da sua própria sociedade global, que estavam ganhando força nas regiões em colapso. Por esse motivo, o "imperialismo da segurança" era, ao mesmo tempo, um *"imperialismo da exclusão"* (Robert Kurz), que já não procurava expansão territorial, mas isolamento territorial. A "Fortaleza EUA" foi o produto desse desenvolvimento.

Uma função tão frágil do imperialismo de crise, que se baseava na constituição nacional em desintegração, e que tinha de agir tanto como força de segurança global quanto como "imperialismo de exclusão" nacional, acabou por ser impossível de sustentar. Consequentemente, a contraditoriedade do imperialismo de crise reproduziu-se também em todos os níveis da estratégia imperialista: Seja a estratégia da condução da guerra, nas "guerras de ordenamento mundial" (Robert Kurz), ou as directrizes de produção do "complexo militar-industrial", todo o aparelho militar dos Estados Unidos foi até hoje desenvolvido para a condução da guerra entre Estados nacionais, o que na época da "desintegração das economias nacionais" (Robert Kurz), no entanto, teria de se revelar completamente incompatível com a situação do mundo real.

Apesar da superioridade militar absoluta dos EUA, a "luta contra o terrorismo", aberta após 11 de setembro de 2001, só poderia dar em nada. A luta contra a Al-Qaeda, como um soberano aparentemente nacional, para o que o Afeganistão foi o primeiro a servir de alvo, acabou em desastre, porque, com estas premissas estratégicas e militares, nem a máquina de guerra mais forte do mundo conseguiria alcançar o inimigo. O fracasso das "guerras de ordenamento mundial" (no sentido dos critérios do imperialismo de crise) não se deveu a meros erros de avaliação, tácticos ou ideológicos, por parte do "exército dos EUA". A Al-Qaeda é o produto da desintegração das tendências de crise pós-modernas e representa o processo de dissolução da soberania nacional, o que significa que não pode mais ser entendida na linha de um agressor nacional. Como resultado, "a expansão do poder da Al-Qaeda não está no mesmo plano que a de um soberano estadual. Todas as características essenciais da soberania estão desaparecidas (...) Acima de tudo, Al-Qaeda já não representa nenhuma integridade territorial (...), mas um contexto desterritorializado (...) É precisamente o carácter 'interno' do atacante, nas dobras não-territoriais da globalização, que torna impossível uma 'defesa' como contra-ataque militar..." (27) Já não se trata de soberano e contra-soberano, mas das duas faces da sociedade mundial em erosão, que já não podem ser percebidas com os critérios do imperialismo nacional.

É uma ironia da história que a unidade da Europa se tenha realizado precisamente no momento em que a crise fundamental começou a tomar forma, a nível da sociedade mundial, com a criação de um mercado mundial unificado e de um imperialismo de crise monocêntrico. O colapso da União Soviética deu o sinal de partida para a época da crise pós-moderna, que, aliviada da velha oposição polar entre o capitalismo de propriedade privada ocidental e o capitalismo de Estado oriental, trouxe uma época de "nova opacidade", como constatou de modo fenomenologicamente limitado, no início dos anos 1980, o filósofo modelo democrático Habermas. Seja

o desacoplamento de regiões inteiras do mercado mundial, as crises económicas de continentes inteiros (crise da dívida soberana na Argentina e crise dos "tigres asiáticos" nos anos 90), ou o fim da chamada "nova economia", base da esperança na futura nova onda de acumulação capitalista – os processos de crise económica sobrepõem-se e são interdependentes, produzindo novas áreas de conflito em todos os cantos do mundo. Se a divisão da Europa foi superada abruptamente com o colapso da União Soviética, de modo que de repente foi aberta a porta da unificação europeia, a sua formação como "*União Europeia*" realizou-se, desde o início da sua existência, na época pós-moderna da crise fundamental.

Enquanto isso, no início da década de 1990, não era de modo nenhum claro qual o conceito em que se deveria basear a Europa unida; mesmo que os sinais do tempo apontassem numa determinada direcção. Na disputa sobre o futuro de uma Europa unificada, surgiram essencialmente duas posições, cuja origem remonta aos anos 80 do século XX e à época fordista. Uma posição surgiu na década de 1980, especialmente no hemisfério ocidental, onde o seu ímpeto básico foi imbuído de uma dupla demarcação: originalmente oposta ao colectivismo da União Soviética, mas também contra o aparelho fordista do trabalho e da burocracia, esta corrente, com palavras de ordem como "liberdade do indivíduo", "flexibilização" e "auto-realização", exigiu um novo "regime de trabalho criativo" que teria de ultrapassar o tipo de produção fordista, anquilosada e autoritária. (28)

O conceito de uma Europa unida, que tomou forma na década de 1990, atestou a necessidade de desvalorização global, na medida em que esta posição se esforçou para estabelecer uma *aberta administração da crise na Europa, tanto para o interior como para o exterior*. Uma aberta administração da crise na Europa para o interior só poderia significar "contrariar" a pressão da desvalorização global, desregulamentando todas as áreas da sociedade na Europa e nos Estados-nações. A instalação de um mercado interno europeu deveria realizar o princípio da "liberdade" desregulada para a concorrência universal, deslocando o processo de desvalorização das classes médias da Europa para outras regiões do mundo, por meio da flexibilização e desregulamentação desse mercado único. Portanto, não é surpreendente que a aberta administração do estado de necessidade tenha sido acompanhada por um *radicalismo de mercado que se apoiou no liberalismo anglo-saxónico* e lutou por transferir o princípio da concorrência universal para todas as esferas da vida humana. O desmantelamento do Estado social e a eliminação das regulamentações do direito do trabalho exigiam um sujeito compulsivamente individualizado que, por sua espontaneidade e independência, renunciasse a qualquer planeamento futuro e a qualquer contacto social merecedor desse nome, de modo que o apelo ao "trabalho criativo" fosse sempre aceite com flexibilidade. O sistema de aberta administração da crise para o interior, testado com o Thatcherismo no Reino Unido na década de 1980, foi considerado aqui como um modelo a transferir para o mercado interno europeu, a fim de proteger uma Europa "competitiva" dos processos de crise globais.

Esta *administração da crise neoliberal* para o interior correlacionou-se com uma aberta administração da crise da Europa para o exterior. Afinal, a livre circulação de capitais para o interior teve de ser assegurada pela livre circulação de capitais para o exterior, uma vez que a UE estava dependente da alimentação endovenosa dos mercados financeiros transnacionais e da "economia global de deficit". A segurança desta economia global, pelo menos desde o fim da União Soviética, no entanto, apenas poderia ser assegurada pelo "imperialismo da segurança e da exclusão" ocidental, o que sugeria uma aproximação do neoliberalismo ao imperialismo de crise ocidental.

A contraparte política da administração neoliberal da crise, no entanto, na sua tradição, voltou até à época fordista, embora tenha obviamente passado por uma mudança decisiva no decurso da desvalorização objectivada. A administração europeia da crise para o interior, segundo esta posição, não deveria ser organizada como desregulamentação e flexibilização; em vez disso, o seu objectivo seria proteger as classes médias dos processos de crise, mantendo ou expandindo o Estado social e, assim, amortecendo o declínio económico das classes médias com um mercado interno "forte", apoiado pelo Estado. A desvalorização global na Europa deveria, portanto, ser superada não com uma aberta administração da crise, mas com uma *administração da*

*crise legitimista*, que já não visava a execução da desvalorização, desmantelando as instituições do Estado social, mas visava lidar com elas (portanto, legitimamente). (29)

A referência teórica da administração da crise legitimista para o interior era a tradicional política de procura keynesiana do "*deficit spending*", que, com base em vários teoremas retocados, devia lidar com a crise. Havia um foco diferente aqui, relativamente à administração da crise neoliberal: se o foco desta, por causa do mercado único, era fortalecer a soberania europeia para beneficiar a soberania nacional, a política de regulação legitimista enfatizaria a soberania nacional, uma vez que a regulamentação e a intervenção pressupõem o quadro de referência do Estado-nação (embora existisse a ideia de uma "Europa regulamentada"). A fixação política foi, portanto, mais próxima da *variante francesa da responsabilidade cívica*, numa aproximação aos círculos social-democratas e sindicais.

A abordagem legitimista de manter a administração da crise para o interior nas instituições estaduais da ordem do pós-guerra também se estendeu à administração da crise para o exterior. Nesse sentido, foi o direito internacional que, como garante da regulamentação das relações de política externa, tinha de proibir os processos político-militares nas instituições tradicionais. Embora a aliança da NATO não tenha sido posta em causa pelo legitimismo, houve aqui, ainda assim, uma mudança relativamente à administração da crise neoliberal para o exterior: a integração na NATO deveria ser alargada, aproximando-se do eixo Paris-Berlim-Moscovo; uma abordagem mais "euro-asiática" do que transatlântica. Em vez de uma aberta administração da crise para o exterior, tratava-se, para o legitimismo, de vincular o "imperialismo da segurança" às bases existentes do direito internacional, a fim de estabelecer deste modo uma união alargada à Europa Oriental.

Embora esta disputa entre a administração da crise neoliberal e a legitimista na Europa tenha desencadeado violentos debates políticos em cada país, isso não escondeu o facto de ambas as correntes serem igualmente afectadas *pela ideologia de crise pós-moderna*. Lembre-se a já exposta dialéctica da constituição fetichista da forma objectivada da dissociação-valor na sua dinâmica própria, por um lado, e o seu emaranhamento dialéctico com as "formas de pensamento objectivas" (Marx) e o conteúdo ideológico delas resultante: a crise fundamental não ocorreu apenas no plano das categorias reais em desintegração; a constelação historicamente única de uma crise final do capital globalizado levou a uma transformação das ideologias, no interior das quais a consciência de crise perdeu mesmo o resto de conteúdo fetichista da realidade, que ainda era característico das formas de consciência burguesas nos séculos XIX e XX.

De facto, a consciência burguesa foi constituída, na história da acumulação do capital, em virtude da ocupação positiva das suas polaridades. Embora essa ocupação positiva tenha ignorado a socialização fetichista negativa de valor e dissociação, os conteúdos ideológicos das formas de pensamento objectivadas ganharam assim uma certa relação com as formas de existência incompreendidas. Por exemplo, se, após a Segunda Guerra Mundial, a consciência burguesa foi desdobrada entre a contradição relativamente estável de capitalismo privado ocidental e capitalismo de Estado oriental, que tinha pela frente ainda quase quarenta anos, com o colapso da União Soviética, caiu mais do que uma alternativa sistémica. A impossibilidade de continuar a ocupar positivamente as formas de existência em erosão deu à formação da ideologia um certo impulso próprio, que agora se alarga, flutuante, desviando-se da constituição fetichista em erosão. A manutenção do capitalismo, na época da sua crise fundamental, teve de aparecer no nível da consciência como uma resolução da conexão interna entre as ideologias e o seu quadro social de referência, razão pela qual o anti-semitismo, o racismo e o sexismo ganharam autonomia em relação ao seu sistema de referência social em implosão.

Pois, não só no que diz respeito aos conteúdos ideológicos, a consciência de crise pós-moderna colocou-se fora mesmo do último resto de conteúdo da realidade fetichista. Robert Kurz havia apontado, em sua palestra "Falsas Alternativas da Crítica", que tanto a consciência burguesa como mais tarde a consciência do marxismo do movimento operário, desde o século XVIII, consideravam a relação de dissociação-valor como a-histórica,

ao reproduzir o fetichismo social na ontologização do trabalho e da sexualização, sendo que qualquer ideologia de modernização nesta base cega foi, no entanto, capaz de refletir as mudanças históricas internas. Lembre-se, por exemplo, os dois volumes da Hilferding sobre o capital financeiro, em que o desenvolvimento de uma crescente importância do capital financeiro foi interpretado como um desenvolvimento positivo de um mais elevado grau de socialização, que facilitaria a nacionalização da produção pela classe trabalhadora. No final do século XIX, o imperialismo também foi entendido político-militarmente, segundo um conhecido dito de Lenine, como um novo "estádio supremo do capitalismo".

No entanto, as ideologias de crise do neoliberalismo e do legitimismo são bastante diferentes. *A ocupação positiva das categorias reais fetichistas torna-se impossível, precisamente pelo processo de erosão*, razão pela qual todas as ideologias de crise pós-modernas *tiveram de escapar das categorias reais que se desintegram*. Este desvio só poderia expressar-se como um regresso ao passado, ou seja, como um *anacronismo fundamental*. E, de facto, na sociedade de crise pós-moderna, instalou-se uma "tendência geral para a nostalgia" (Robert Kurz) em todos os recantos, tendência que pretendia interpretar os desenvolvimentos actuais apenas no quadro de épocas passadas.

Só poderia parecer surreal o facto de ser precisamente este anacronismo da resistência neoliberal e legitimista à realidade, após o colapso da União Soviética, que constantemente tagarelava sobre o "futuro" emergente da Europa. E mais ainda porque o "fim da história" já fora proclamado. Por exemplo, tanto a administração da crise neoliberal como a legitimista se agarravam à categoria inquestionável do Estado-nação, que, no entanto, se estava perdendo cada vez mais em termos de história real. Assim, a transferência da soberania nacional para uma soberania geral europeia, tal como previsto pelo neoliberalismo, continuou a pressupor cegamente o axioma do Estado-nação; e também a administração da crise da política externa, no sentido do imperialismo ocidental, partia do princípio de guerras entre Estados-nações, o que também sublinhava o anacronismo elementar a este respeito. O mesmo se aplica ao legitimismo. Na sua insistência na estatalidade nacional e no direito internacional, ele confiava expressamente na restauração de constelações passadas de uma época desaparecida. O facto de aqui já não haver nada de positivo para ocupar também se refletiu na dissidência meramente de grau entre as duas fracções: uma vez que a existência factual do capital mundial unificado e do imperialismo de crise monocêntrico era a base comum de ambas as ideologias, já não havia lugar para um posicionamento oposto, no sentido das antigas lutas de modernização. A dissidência efectivamente parcial testemunhou a redução do campo das opções políticas, há muito tempo ditada pelas coerções da desvalorização.

Apesar do anacronismo geral, a disputa sobre a unificação europeia não ocorreu no espaço vazio. Afinal, com o colapso da União Soviética, como mudança de época para uma crise fundamental pós-moderna, ficou claro que a soberania do Estado não era capaz de reverter a pressão global para a desvalorização. Embora a crise da dívida soberana tenha causado bastante agitação na Europa desde o final da década de 1960, a globalização continuou a pressão para o desmantelamento do Estado social e a desregulamentação nos centros ocidentais. O facto de *a aberta administração da crise da Europa, no sentido do neoliberalismo, ter prevalecido sobre o legitimismo, e ter conseguido a hegemonia europeia* teve a sua causa nas condições da própria crise fundamental. A compulsão objectivada para desvalorizar, através da desregulamentação e do desmantelamento do Estado social, tornou a ideologia da administração legitimista da crise simplesmente sem sentido; o alargamento do Estado social foi declarado obsoleto pela situação de crise real. A instalação de uma aberta administração de crise neoliberal na Europa, tanto interna como externamente, resultou da própria dinâmica de crise; onde eram necessárias linhas concretas de demarcação para gravar na pedra a marcha triunfal da *administração da crise neoliberal na Europa*. No decurso deste desenvolvimento neoliberal da crise, as classes médias ocidentais desenvolveram a sua própria *ideologia de desconstrução*, que expressou o espírito do tempo neoliberal, tanto em termos nacionais como em termos europeus: *se a desconstrução de todo o contexto de significado estava em harmonia com a crescente flexibilidade e precariedade das condições de trabalho,*

também na concepção europeísta se tratava de uma *desconstrução da soberania nacional* a favor de uma soberania pan-europeia, razão pela qual se falou dos "Estados Unidos da Europa".

No que diz respeito à administração da crise da Europa para o exterior, ela foi iniciada no final dos anos 1990. O factor decisivo foi a primeira guerra em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial, em 1998/99, liderada pela NATO, e especialmente pelos EUA, contra o Kosovo; incluindo a participação de vários países europeus, como Itália, Dinamarca, Espanha, Holanda e, pela primeira vez, a Alemanha. A "Europa pacífica" entrou numa época de guerra e invasão militar, deixando claro que estava disposta a integrar-se no "imperialismo da segurança e da exclusão" ocidental, como "Fortaleza Europa".

Foram apenas dois anos – até 11 de setembro de 2001 – até a função da polícia global do imperialismo de crise comprometer os Estados europeus na aliança com os "guerreiros da ordem mundial". A "luta contra o terrorismo", ao iniciar um morticínio maciço no mundo árabe, com as guerras contra o Afeganistão em 2001 e contra o Iraque em 2003, deixou claro que a aberta administração do estado de necessidade global do imperialismo de crise ocidental sob a égide dos EUA não tinha alternativa, dado que a sua natureza monocêntrica já não possibilitava qualquer "contra-sistema"; muito menos aos opinadores militares de sofá dos Estados da UE, que não tinham nada para opor à capacidade militar do imperialismo norte-americano. Mesmo todos juntos.

A aberta administração do estado de necessidade neoliberal, que consolidou a Europa como parte do "imperialismo global da exclusão e da segurança", mais uma vez se intensificou com o alargamento da NATO a leste. Embora a NATO tivesse prometido ao capitalismo de Estado em colapso não se expandir para leste, a UE lançou exactamente essa expansão em 2004, fazendo com que o conteúdo de "imperialismo da exclusão" do secundário imperialismo de crise europeu se mostrasse agressivo: ele devia encontrar a sua fronteira oriental na Ucrânia, que devia funcionar como posto avançado contra a Rússia, sob a forma de uma fortaleza. Assim, o eixo legitimista Paris-Berlim-Moscovo teve uma clara rejeição, não podendo já ser menosprezada a orientação para o aberto imperialismo de crise dos Estados Unidos. *Na sequência da guerra do Kosovo e da "luta contra o terrorismo", o alargamento a leste da UE selou a administração neoliberal do estado de necessidade da Europa, como parte integrante do "imperialismo da exclusão e da segurança" monocêntrico.*

O recurso à guerra do Kosovo, no entanto, não é apenas motivo de preocupação como estabelecimento de facto de uma aberta administração de crise da UE para o exterior. Ele também aponta para outro paradoxo do imperialismo de crise, que só pode ser entendido através da sua mediação com a constituição global do capital mundial. Ao atacar um Estado soberano como o Kosovo, a NATO *actuou contra a sua própria lei, a saber, contra o direito internacional*, o que foi explicitamente exigido na aberta administração do estado de necessidade para o exterior. A ruptura com o direito internacional foi, portanto, uma consequência da crise global, uma vez que a forma jurídica e a soberania subjacente assentam na valorização do "trabalho abstracto", de modo que, com a desintegração do modo capitalista de produção e de vida, também a desintegração do direito internacional era inevitável. O imperialismo de crise monocêntrico dos EUA e da UE era um *imperialismo de crise do estado de necessidade*, resultante da obsolescência do direito burguês em geral, que no plano nacional já havia passado para a situação de "estado de excepção permanente".

Não deve passar em claro que o impulso para a realização económica interna da administração da crise neoliberal da Europa tenha saído da República Federal reunificada, o que mais uma vez aponta para o excedente bárbaro da "ideologia alemã". Porque a "objectividade inconsciente" (30) (Claus Peter Ortlieb) não cai simplesmente do céu, ela exige a aplicação através da consciência e da acção dos sujeitos, o que neste caso foi conduzido pelo governo federal alemão. Afinal, a reunificação da Alemanha em 1990 tornou a República Federal o país mais populoso da Europa. Não por acaso, ocorreu antes do governo verde-rubro de 1998, uma disputa sobre a orientação do SPD, que foi travada entre a ala neoliberal de Schröder, por um lado, e os legitimistas de Lafontaine, por outro. Com a conquista do poder por Schröder e o recuo de Lafontaine para

ministro das finanças, o percurso alemão da desregulamentação ficou, finalmente, sem nada no caminho. A legislação Hartz IV, iniciada em 2003 pelo governo verde-rubro, desencadeou uma concorrência de *dumping* salarial a nível europeu, que a Alemanha levou a cabo gloriosamente com o maior sector de baixos salários da Europa, já que apenas poucas populações aceitaram o desmantelamento do Estado social e a flexibilização do direito do trabalho com tão pouca resistência como a população alemã. Se o mercado interno europeu já foi aplicado pela introdução do euro entre 1999 e 2002, a política de desregulamentação alemã deu por fim o pontapé de saída para a concorrência intra-europeia de *dumping* salarial: os cortes sociais, a flexibilização e a eliminação do direito do trabalho constituíram os alicerces da política nacional e europeia. A integração do "Acordo de Schengen" na legislação da UE já garantiu o mercado único europeu em 1999; que foi ampliado com a alteração ao "Tratado da União Europeia" ("Tratado de Maastricht"), finalmente fixada em 2007 com o "Tratado de Lisboa". A liberdade de mercadorias, serviços e pessoas no mercado interno europeu já não era apenas um credo, mas um pré-requisito institucional para a unificação europeia. *Assim, a administração da crise abertamente neoliberal para o interior foi finalmente aplicada no direito europeu.*

A administração da crise neoliberal da União Europeia, tanto interna como externamente, consolidou-se através da instalação legal dos tratados europeus e não só. Também se caracterizou por uma orientação genuinamente ideológica, pela qual a administração neoliberal da crise e a legitimação ideológica se condicionaram mutuamente. Na sequência da integração no "imperialismo da segurança e da exclusão" ocidental, bem como da participação nas "guerras de ordenamento mundial", a *administração da crise da Europa para o exterior* foi mediada pelo *racismo antimuçulmano*, também estimulado mediaticamente após o 11 de setembro. De facto, o Médio Oriente também se tornou a área preferida de intervenção para o imperialismo de crise ocidental. Mas também a concepção de um único mercado interno europeu foi de mãos dadas com uma ideologia original: a "livre circulação de pessoas", da flexibilidade intra-europeia do reservatório de força de trabalho disponível, foi acompanhada pela ideologia de uma "mistura" das diferentes "culturas", sendo esta "tolerância" limitada, é claro, primariamente à população europeia. O "multiculturalismo" renegou a sua auto-estilização "tolerante" e "humana", uma vez que objectivo que lhe é inerente de reunir diferentes "culturas" pressupõe a priori a entidade "cultura"; o que, no entanto, corresponde a uma posição racista. O facto de o *racismo multiculturalista* se ter tornado uma adequada ideologia de crise da pós-modernidade, em termos de administração da crise para o interior, correspondeu ao dito neoliberal de um mercado interno comum e da disponibilidade de força de trabalho não mais limitada a nível nacional.

O facto de ter sido precisamente o sinal de partida alemão, na corrida aos baixos salários e ao desmantelamento do Estado social, que selou a hegemonia neoliberal da Europa para o interior também deu à União Europeia, adicionalmente, uma conotação desagradável: era inevitável que o fetichismo do trabalho e da produtividade, em combinação com a concorrência de *dumping* salarial, fizesse ascender a República Federal, como país mais populoso, agora também a país economicamente mais forte da Europa, sendo que a orientação alemã para a exportação deveria aprofundar as divisões económicas da Europa. *Ao mesmo tempo*, a constituição de crise de uma administração do estado de necessidade, para o interior e para o exterior, *sancionou a liderança alemã na Europa*, e é por isso que, com a administração Merkel, se falou com razão de uma "Europa alemã".

Pela primeira vez no pós-guerra, a influência alemã estendeu-se da Alemanha agora reunificada a toda a Europa. Desde o governo verde-rubro, *no interior da administração europeia da crise surgiu cada vez mais a especificidade alemã*, que em sua política ultrapassou a compulsão de desvalorização objectivada: o estado de excepção já era sempre o irmão da "ideologia alemã", que converteu o "*estado de excepção permanente*", com a dissolução da separação de poderes, que desde a crise fundamental se estabeleceu também nos Estados democráticos do Ocidente, *no estado de excepção manifesto*. Já em 2003, *a República Federal foi o primeiro país a violar os tratados europeus*, neste caso contra os critérios de Maastricht, o que tornou maleável a pérfida dupla estratégia do governo verde-rubro: a política associal Hartz IV, dois anos antes, foi completada com uma dívida ilegal, a fim de assegurar a melhor posição de partida na competição do *dumping* salarial intra-europeu.

*O anseio pelo estado de exceção, inscrito na "ideologia alemã", moldou a administração europeia do estado de necessidade para o interior, para além da compulsão objectivada para desvalorizar, e assim inaugurou a época do estado de exceção europeu sob a égide alemã.*

### **A viragem imanente da pós-modernidade, a crise europeia e o surgimento da “novíssima direita” na Alemanha**

No final do processo de desintegração do capitalismo global, no entanto, o período de meia-vida das conjunturas sociais é consideravelmente reduzido. E a pós-modernidade neoliberal, na verdade, já acabou antes de ter realmente começado, o que se aplica ainda mais à União Europeia. Se o sonho de uma Europa pacífica, social e próspera já assumira facetas sombrias em toda a Europa ainda durante a manifesta administração de crise, com a guerra do Kosovo e os cortes no Estado social ele transformou-se, definitivamente, num pesadelo. A uma crise seguia-se outra em poucos meses: a crise financeira em 2008 cresceu, a partir de 2010, para uma verdadeira crise da dívida soberana europeia e, enquanto em 2014 ainda se debatia apaixonadamente a saída da Grécia do euro, inflamou-se na Ucrânia uma guerra em solo europeu. Tendo sido adiada com dificuldade uma nova escalada por intervenção diplomática, a consciência europeia de classe média foi confrontada com a vaga de milhões de pessoas em fuga, o que de repente lhe pôs à frente dos olhos a insustentabilidade do modo de produção e de vida capitalista global.

Visivelmente, a autolegitimação da UE, a escorrer só com a ênfase de paz e direitos humanos, foi penetrada por tons cada vez mais estridentes que, perante a crise, advertiam mesmo – quem diria – para o "colapso" da União Europeia. Mas nem o fim do sonho foi capaz de trazer a consciência burguesa à realidade, a coerção da constituição fetichista sobreviveu ao sono de reflexão, possível por um certo tempo graças ao espaço de manobra da administração neoliberal da crise – é por isso que o murmúrio da crise, em crescendo no discurso público, entende naturalmente tudo como possível, mas não seguramente o reconhecimento da crise fundamental do modo de produção e de vida capitalista global. O despertar será um despertar de terror.

O que irrompeu com a crise financeira de 2008, nos Estados ocidentais e sobretudo na Europa, foi uma verdadeira viragem no interior da época pós-moderna, que inaugurou o fim da pós-modernidade neoliberal. Se relacionarmos esta viragem com a processualidade histórica da crise fundamental, desde os anos 80 do século XX, ela deve ser determinada especificamente como *viragem imanente pós-moderna no interior dos centros ocidentais*. Para a teoria crítica da dissociação-valor, esta ruptura não é, de modo nenhum, um campo totalmente novo dentro da pós-modernidade. Pelo contrário, Roswitha Scholz já se tinha referido, em 2006, a uma tendência dentro da época neoliberal, que ela descreveu como "viragem para o decisionismo autoritário". No seu artigo "O Regresso do Jorge", a teórica evidenciou como, no decurso da arbitrariedade neoliberal, veio à luz uma nova necessidade de ordem, que, no entanto, tinha de permanecer tão abstracta no conteúdo como o culto neoliberal das diferenças: "Após uma época de 'diferenças' definidas superficial e abstractamente no pensamento de esquerda pós-moderno, que já não queria conhecer nenhuma verdade, em vez disso tornam-se visíveis as tendências acima esboçadas, que recorrem novamente a S. Paulo, a Lenine e a Carl-Schmitt, à teologia e à religião, portanto a um pensamento autoritário messiânico que promete ordem..." (31)

Se levarmos as nossas observações histórico-críticas a sério, então também vale para a viragem imanente pós-moderna o que se aplica a todas as épocas do desenvolvimento capitalista: Desde a história da imposição e do "movimento em si mesmo", a "valorização do valor" (Marx) impulsiona por si mesma uma dinâmica específica, que predispõe à continuação do desenvolvimento, de acordo com os critérios fetichistas da processualidade do patriarcado produtor de mercadorias. Neste contexto, *a viragem imanente pós-moderna iniciada em 2008 já estava correspondentemente dada, com a mudança de época da Terceira Revolução Industrial e do colapso da União Soviética, e apenas pode ser determinada criticamente como sua consequência interna*. Se tivermos presente a *nova qualidade da crise da pós-modernidade tardia*, decorrente

da dinâmica de crise pós-moderna, então é preciso constatar realmente uma viragem inerente ao processo de erosão do capital mundial: Pois, com a crise financeira em 2008, *romperam-se as mediações transnacionais negativas da "formação de capital fictício", do alongamento das cadeias de crédito e da "economia global de deficit"*, pelo que não só o comércio mundial entrou em colapso, mas também chegou ao fim o prolongamento financiado a crédito dos processos de crise.

Para os centros ocidentais, isso significou que, *com a fragmentação da economia de deficit mundial, a crise agora repercutiu-se directamente nos Estado nacionais, sendo a soberania do Estado directamente afectada pela desvalorização*. Se a pós-modernidade neoliberal ainda foi produto de uma extensão da pressão de desvalorização, através do contexto de mediação do deficit global, a crise financeira de 2008 suspendeu essa opção. A desvalorização mediada pelas transações globais *converteu-se na desvalorização imediata dos Estados ocidentais, que teve por consequência precisamente que a soberania nacional dos centros ocidentais foi capturada sem filtros pela desvalorização capitalista mundial*.

Neste ponto será talvez necessário evitar possíveis mal-entendidos. Este efeito de *feedback* da desvalorização imediata da soberania nacional, que se objectivou após 2008 como crise da dívida soberana europeia, não diminui, obviamente, a universalidade negativa do mercado mundial. *A concorrência universal do capital mundial ainda é o modo, a desvalorização global ainda é o propósito e também o nível transnacional de produtividade não foi reduzido nada: com o ponto culminante da crise, colapsa apenas o conteúdo da economia mundial, mas as suas categorias reais transnacionais negativas, ou determinações da forma, são preservadas através desta desintegração. A "desintegração dos Estados-nações" tornou-se uma desintegração directa da soberania do Estado-nação, desembocando a administração da crise pós-moderna inicial numa administração do estado de necessidade pós-moderna tardia*.

Pois a tendência para a "desintegração das economias nacionais" dos Estados ocidentais não foi só o produto da crise financeira de 2008. Já desde os anos 80 do século XX ela se tornou perceptível, no decurso da administração da crise neoliberal, de modo que – como já referimos – nem o endividamento do Estado foi reduzido através dos cortes no Estado social nem o processo de desintegração da soberania pôde ser sustido pelas mediações da "economia global de deficit": as orgias de liberalização neoliberal não eram ficção, mas já eram impulsionadas pela compulsão a manter em agenda a desvalorização do "capital humano", devido à crise fundamental do capital mundial, a fim de poder ganhar a localização do capital global. *Embora a passagem para terceiros da pressão de desvalorização, praticada pelos Estados ocidentais, por via da "economia global do deficit" para o exterior e da desregulamentação para o interior, lhes tenha permitido o prolongamento da desvalorização, ela estava, no entanto, condenada ao fracasso desde o início, e foi agora impossibilitada pelo colapso da economia mundial, cuja dessubstanciação do capital global se repercutiu agora, sem filtro e imediatamente, nas nações ocidentais*.

A viragem imanente pós-moderna modificou assim também a relação entre universalidade negativa e estatalidade nacional particular. O alongamento dos processos de crise pela universalidade negativa do mercado mundial e pela sua formação de lucros fictícios pertencia de agora em diante ao passado, sem que, é claro, tivessem desaparecido a concorrência universal e a compulsão a desenvolver as forças produtivas, como pressupostos (impossíveis) da desvalorização transnacional. Neste, e somente neste sentido, se pode depois falar de uma *renacionalização da desvalorização*, que não realiza um novo fortalecimento da soberania nacional, mas, pelo contrário, é a sua desintegração não filtrada. O que as outras regiões do mundo tiveram de sofrer desde a década de 1980, atinge agora plenamente a "União Europeia": a implosão das mediações transnacionais da "economia global de deficit" induz uma *renacionalização das "economias políticas", na forma de uma desvalorização directa da soberania nacional, que não mais pode ser atenuada pelas mediações transnacionais*; o que teria de atingir tanto mais sensivelmente a ideia europeia de fortalecer gradualmente a soberania europeia contra a soberania nacional. Desde então, *as "economias políticas" nacionais foram compelidas a executar a pressão de desvalorização, sem as mediações "da economia de deficit", directamente*

*em si mesmas*. A viragem imanente pós-moderna acelera o futuro da Europa, que já pode ser encontrado na situação africana de hoje: "O Zimbabwe é o país do futuro" (32) (Robert Kurz).

Não se pode esquecer que a renacionalização da desvalorização teria de modificar também a constelação político-militar. Tal como a desvalorização se repercutiu economicamente, sem filtros, nos centros ocidentais, também a função do imperialismo de crise, como polícia mundial, teve de começar a fraquejar. As maciças intervenções estatais nos EUA durante a crise financeira (embora não tão drásticas como na UE) elevaram às alturas os já dramáticos déficits fiscais, aproximando ainda mais do colapso a já desindustrializada economia dos EUA.

O colapso iminente da economia dos EUA trouxe consigo, ao mesmo tempo, a fraqueza absoluta do imperialismo de crise ocidental, que *gradualmente abandonou a sua função de imperialismo da segurança e foi regredindo para o seu carácter de exclusão*. Evidentemente, seguindo a dinâmica interna da desvalorização global, essa mudança deve ser pensada dialecticamente: o "imperialismo da segurança" ocidental continua a não poder renunciar às suas funções de "polícia mundial", uma vez que elas surgiram da constituição transnacional da economia mundial, cujo "livre acesso" tem de continuar a ser garantido; coisa que ele, objectivamente, cada vez menos consegue fazer. A mudança da administração Obama, da guerra de intervenção com tropas terrestres para a guerra de drones, não só se revela como uma correcção da estratégia das "guerras de ordenamento mundial", mas foi sobretudo um tributo prestado à desvalorização do "complexo militar-industrial" e aos horrendos custos da guerra para os EUA.

O início da guerra da Síria em 2011, portanto, não representou, como se proclamou aos quatro ventos, um regresso do "imperialismo policêntrico", em que os sujeitos nacionais-imperiais disputavam a expansão territorial e as fontes de matérias primas, formando novas potências hegemónicas. O abandono pelos EUA do "Médio Oriente", como área estratégica preferida, foi devido apenas à sua fraqueza económica absoluta, e não à força das outras partes da guerra. Como resultado, a Síria tornou-se o cenário de uma guerra por procuração, que sinalizou a fragmentação pós-estatal de uma guerra civil mundial, no seu estágio inicial. Acima de tudo, a intervenção da Rússia na guerra não deixou qualquer dúvida de que não se tratava de uma nova "potência mundial" exibindo os músculos; e é por isso que nem sequer tentou estabelecer-se na Síria (33). *A absoluta fraqueza económica e militar dos Estados Unidos como Estado-nação, que começou em 2008 com a renacionalização da desvalorização, permanecendo eles ao mesmo tempo a única e última potência mundial, rompeu, também no plano político-militar, a contradição do imperialismo de crise, entre a constituição nacional e a função de segurança policial mundial*. O imperialismo de crise monocêntrico foi condenado, na sequência desta viragem imanente pós-moderna, a conter sucessivamente a sua função imperialista de segurança, sem dela poder desistir, de modo que deixou um vazio atrás de outro. Quão pouco, além da Rússia, a UE também poderia agir como força de apoio na Síria tornou-se claro, o mais tardar, com a participação russa na guerra, que ocorreu apenas por causa da hesitação dos Estados europeus.

Com esta reflexão sobre a viragem imanente pós-moderna, no entanto, *chegamos agora a um ponto de referência abrangente e idêntico do neofascismo: A desconstrução neoliberal da soberania foi substituída pela restituição neofascista da soberania nacional*, obrigando a crise da dívida soberana à execução implacável da desvalorização pelo Estado nacional. Este desejo bizarro, de restituição da soberania neofascista em tempos de desintegração da soberania do Estado, não se limita ao conteúdo do Estado; seja a soberania no consumo, a soberania alimentar, a soberania no trato com os média, ou mesmo a própria soberania de género: o neofascismo foi permeado em todos os aspectos por um novo fetiche da soberania. Consequentemente, a revista "Compact-Magazin", de Jürgen Elsässer, tem o subtítulo "Magazine pela Soberania" e organizou um grande número de "Conferências sobre a Soberania".

Se a viragem imanente pós-moderna se sedimentou na diferença entre a desconstrução imediata da coisa e o seu estabelecimento soberano imediato, ou seja, na contradição entre a administração da crise neoliberal e a

administração da crise restituidora da soberania, não se pode concluir prematuramente que essa diferença constitua uma oposição absoluta. De facto, seria uma abstracção não dialéctica e um mau entendimento da natureza processual da socialização pós-moderna de crise, se a metamorfose da pós-modernidade neoliberal para a pós-modernidade restituidora da soberania fosse transformada numa oposição rígida. Porque essa é precisamente a metodologia do espaço público burguês que, em sua "crítica" postulada do neofascismo, esbarra apenas em elementos do seu próprio pensamento, e assim, na sua confusão fundamental, deixa-se levar mesmo mediaticamente pelos conteúdos do contra-espaço público neofascista. *Na realidade, existem áreas de sobreposição entre a hegemonia neoliberal na Europa e o neofascismo europeu, resultantes do processo de agravamento da administração da crise.*

Estas áreas de sobreposição, entre a administração da crise neoliberal e a administração do estado de necessidade neofascista, dão-nos a oportunidade de voltar ao diagnóstico da frente transversal, desenvolvido pela Fundação Otto Brenner. Em sua negação de crise e da dela emergente política de estado de excepção, o espaço público neoliberal teve de esconder as intersecções existentes com o neofascismo, razão pela qual a necessidade de demarcação, posta no conceito de frente transversal, se traduziu numa retórica orwelliana: "Os princípios liberais, como o pluralismo e os direitos das minorias, são pouco estimados. A democracia não é entendida aqui como o desenvolvimento da diversidade, a convivência pacífica e sem medo, mesmo com a diferença, com a dissidência, em turbulências e contradições". (34) De acordo com a lógica desta afirmação, a administração da crise neoliberal do "estado de excepção permanente", sob liderança alemã, teria agido com o cúmulo da pura democracia, sendo que a sua "política de resgate" da Grécia se distinguiu pela compreensão "mesmo com a diferença", com a ajuda de uma política de "diversidade" europeia, é claro, em que nunca um país teria podido ditar como lidar com a crise da dívida soberana grega.

O espaço público burguês pode virar e revirar a coisa como quiser: no final, na sua "crítica" do neofascismo, ele só se encontra consigo mesmo, embora sob uma forma agravada pela viragem imanente pós-moderna. Isto pode ser visto, designadamente, nos protagonistas das "Vigílias de Segunda-Feira", Ken Jebsen e Jurgen Elsässer, que foram examinados no estudo sobre a frente transversal. Ambos vieram originalmente do mesmo *mainstream* neoliberal, contra o qual de repente haviam de vir a terreiro. Jebsen, em particular, muitas vezes sugere que entende o portal de Internet "KenFM" como uma continuação do seu ofício, aprendido na televisão pública, o que se tornará um padrão recorrente: a socialização teórica dos/as protagonistas neofascistas nunca saiu fora da caixa do registo burguês e neoliberal. Quando políticos de alto nível e elevada consideração, como Willy Wimmer ou Egon Bahr, apareceram repentinamente em "KenFM" ou em "Compact", todo o dilema do espaço público neoliberal se tornou suficientemente claro. O facto de o neofascismo ter sido capaz de se vestir como uma "oposição ao sistema" era, claramente, uma má piada, face à sua imanência burguesa.

Se a inteligência funcional neoliberal teve de passar ao lado da sua própria ideologia da restituição da soberania nacional, perante as suas próprias intersecções com a "novíssima direita", por maioria de razão ela *não poderia perceber as diferenças dentro do neofascismo*, que se furtam a qualquer explicação analítica com a formulação abstracta da tese da frente transversal ("variedade confusa"); pelo que esta tese teve de permanecer um substrato sem conteúdo. *Os verdadeiros processos de frente transversal, especialmente entre o neofascismo e o próprio espaço público neoliberal, são assim postos de lado.*

Para não ser aqui mal interpretado: longe de mim pretender sugerir a clareza e a obviedade das condições da crise social e das ideologias que as acompanham. De facto, os processos acelerados de crise da viragem imanente pós-moderna criaram uma nova qualidade das distorções sociais que transformaram a "nova opacidade" num "novo caos". Nos processos de crise em agravamento recíproco, a todos os níveis da "totalidade concreta" (Roswitha Scholz), a inquietação paranóica do cidadão alemão médio agarrava-se à mais explosiva área de crise diariamente actualizada, em que a constituição ideológica se tornava como que fluida, e coligações se volatilizavam tão rapidamente como se tinham formado. Se o "novo caos" da viragem imanente pós-moderna se baseia realmente na barbárie das próprias relações, ele surgiu, no entanto, no contexto de um

desenvolvimento de crise histórica, cujos traços foram preservados no embrutecimento ideológico. Nem todos os gatos são pardos, na noite de pesadelo da desintegração da soberania nacional.

Sejam agora "esquerda nacionalista e direita anti-capitalista, amigos dos muçulmanos de direita e anti-sionistas de esquerda", e não esquecer os muitos dissidentes da inteligência funcional neoliberal, todos eles desenvolveram a sua ideologia neofascista perante um contexto condicional específico, cuja reflexão crítica permite definir conceptualmente a respectiva evolução. *Pois a ideologia da restituição da soberania nacional veio de vários pontos de referência históricos e sociais*, razão pela qual a natureza abrangente da restituição da soberania neofascista *não exclui de modo nenhum variantes conflitantes desta ideologia*. Esta tensão irreduzível entre identidade e não-identidade, entre frentes transversais e rupturas dentro das "novas direitas" é, portanto, também o ponto crucial da sua crítica, que a crítica social radical tem de procurar assumir como fundamento, se não quiser cair na confusão da consciência burguesa.

Voltemos então à génese e à constituição ideológica do neofascismo, em suas várias fracções. Logo um primeiro olhar não pode deixar de ver que o surgimento da "AfD" e C<sup>a</sup> equivaleu a um deslizamento de terras social: a consolidação dos três movimentos ocorreu em pouco mais de ano e meio, entre fevereiro de 2013 e outubro de 2014. Como primeiro movimento a surgir no espaço público, a formação do partido "AfD" (Alternativa para a Alemanha) reagiu à viragem imanente da pós-modernidade, especialmente à crise da dívida soberana europeia. A razão para a fundação do partido era a chamada "ajuda à Grécia" da União Europeia, lançada em 2010, perante a falência iminente do país, especialmente por insistência da República Federal Alemã, sendo o primeiro programa de ajuda de 2010 continuado com o "mecanismo de estabilidade" de 2012.

Que esses "pacotes de resgate" não eram uma trivialidade política pode ser visto pelo facto de as tranches para a Grécia não estarem previstas no tratado europeu. A famigerada "cláusula de não-resgate", nos tratados europeus da administração da crise neoliberal, impedia *expressis verbis* a responsabilidade dos Estados europeus em caso de falência de um Estado membro. Apenas uma cláusula de emergência permitiu impor legalmente os "créditos de ajuda" à Grécia, o que, no entanto, evidenciou que o "pacote de resgate", iniciado sob pressão alemã, instaurou o estado de excepção em toda a Europa. A esta violação do tratado europeu, dita "sem alternativa", que significava mais um passo para o fortalecimento da soberania europeia, respondeu na República Federal um grupo de gente com a fundação do partido da nova "Alternativa para a Alemanha", em fevereiro de 2013. O facto de a "AfD" ter podido referir-se repetidamente a esta violação do tratado, simboliza o entrelaçamento da política europeia de estado de excepção, sob liderança alemã, na direcção do estado de excepção manifesto, com o fortalecimento do neofascismo europeu e alemão.

No debate sobre a crise grega, a "AfD" tentou perfilar-se principalmente com três argumentos. No início da crise financeira, de acordo com a primeira tese, os próprios bancos teriam podido ir à falência. Em segundo lugar, a Grécia deveria ter saído do euro (o que, no entanto, não estava nos tratados) e, finalmente, seria necessário que a República Federal reintroduzisse o marco alemão. A reintrodução das moedas nacionais na Europa era a única característica da "AfD" que já insinuava a restituição da soberania nacional. Com isto a "AfD", na questão da política monetária, distanciava-se também dos únicos "críticos" da política de resgate no parlamento alemão, o Partido da Esquerda, com quem ainda tinha uma atitude comum na rejeição do "resgate bancário".

Embora "AfD" e "Partido da Esquerda" tenham ambos rejeitado o "pacote de resgate", os neofascistas argumentavam aqui bastante ao contrário do Partido da Esquerda. Eles não rejeitavam o "resgate bancário" como estes, por motivos de injustiça social, mas porque viam a intervenção estatal como contrária ao princípio do livre mercado. Portanto, os dissidentes do neoliberalismo que se reuniram na "AfD" argumentavam que os bancos agora teriam de suportar os seus custos "auto-infligidos", como corresponde a uma concorrência universal adequada, na qual o improdutivo deve perecer. Em contraste com o "Partido da Esquerda", a "AfD"

formulou a sua "crítica" ao "resgate bancário" do ponto de vista ordoliberal, pelo que a "AfD", em seu impulso fundacional, representou a *variante nacional-liberal da restituição da soberania neofascista*.

Isso indicava certa afinidade entre o liberalismo nacional da "AfD" e a administração da crise neoliberal. A "AfD" encarnou, por assim dizer em forma pura, a adesão à doutrina neoliberal sob as novas condições da viragem imanente pós-moderna, sendo que essa oposição interna era evidente mesmo nas biografias da sua liderança inicial. Seja Bernd Lucke, economista vindo do neoliberalismo e ex-membro da CDU, Hans-Olaf Henkel, ex-presidente do "Associação Industrial Alemã", ou o economista liberal e já sempre nacionalista Joachim Starbatty, as suas carreiras políticas estavam marcadas pela fragilidade de uma alternativa nacional ao neoliberalismo, que, no entanto, surgiu no seu próprio terreno. Um exemplo excelente disso foi Hans-Olaf Henkel, que usou todas as oportunidades, na década de 1990 e no início dos anos 2000, para exigir com força uma política de cortes sociais e desregulamentação, em nome da globalização, enquanto alguns anos depois, de repente, prescreve o protecionismo nacional.

Esta continuidade com a anterior administração da crise não foi apenas reduzida às elites funcionais da "AfD" e ao seu passado neoliberal. Em vez disso, estava enraizada no mecanismo básico da sua restituição da soberania nacional-liberal, que *se baseava numa identificação com o capital ocidental e com o seu imperialismo de crise*, o que já ecoava na atitude de base liberal da AfD. (35) Representa, assim, a ala do neofascismo que emergiu da ligação alemã ao Ocidente, cuja primeira pedra foi colocada na época Adenauer. Para a *aberta administração do estado de necessidade para o interior*, isso só poderia ter como consequência que a restituição da soberania nacional-liberal – aqui bastante parecida com a administração da crise neoliberal – proclamasse uma flexibilização e desregulamentação ainda mais activas. As "linhas políticas fundamentais" da "AfD", de maio de 2014, pelo menos, não deixavam ambiguidade nesse sentido: quando insiste no "desenvolvimento livre" dos cidadãos e numa "vida autodeterminada", e algumas linhas depois afirma ainda que se deve avançar para "promover mercados abertos e competitivos" em vez de "intervenção estatal" (36), anuncia-se a administração do estado de necessidade nacional-liberal da concorrência de crise desregulamentada. Esta impressão continua, quando se diz ainda que os "serviços públicos" poderiam ser "prestados por empresas privadas" (37). Esse radicalismo de mercado da administração do estado de necessidade para o interior chegou mesmo ao ponto de a "AfD", em sua política fiscal, se ter aproximado do modelo de Kirchhoff, que naquela época mesmo a CDU neoliberal considerava politicamente inviável.

A identificação da restituição da soberania nacional-liberal da "AfD" com a tradição liberal ocidental ficou clara também na administração da crise para o exterior. Por razões óbvias, a aberta administração do estado de necessidade baseava-se, para o exterior, numa identificação com os EUA, cuja história é de facto caracterizada pela constituição nacional do liberalismo. Consequentemente, para a "AfD" o "imperialismo da segurança e da exclusão" ocidental permaneceu o fundamento de uma Europa sustentável, o que mais uma vez se exprime nas suas "linhas políticas fundamentais": "Ser membro da NATO garante, em termos de política de segurança, a nossa liberdade, e dá-nos a oportunidade de proteger os nossos próprios interesses em termos de política externa. Nós respeitamos os acordos internacionais existentes, e cumprimos com as obrigações dos tratados acordados no quadro do ordenamento constitucional de defesa." (38) A aberta administração do estado de necessidade para o interior *foi completada com a aberta administração do estado de necessidade para o exterior das "guerras de ordenamento mundial" do imperialismo da segurança*. Aberta administração do estado de necessidade para o interior, através da desregulamentação e desmantelamento do Estado social, aberta administração do estado de necessidade para o exterior, através da identificação com o "imperialismo da segurança e exclusão" ocidental – a "AfD" estava assim totalmente em linha com a administração da crise neoliberal.

Politicamente, a diferença veio principalmente através da sua restituição da soberania nacional ao nível do dinheiro, pressionando para a abolição do euro e a instalação de moedas nacionais. A fantasia fascistóide de uma "Europa das pátrias soberanas" correspondeu à orientação ordoliberal da "AfD", para a qual o euro

enfraquece a concorrência nacional dos países europeus no mercado mundial universal, pelo que constitui um instrumento de distorção da concorrência, hostil ao mercado. E, de facto, foi também a "política de resgate" do euro, "hostil ao mercado", o motivo de escândalo para a fundação do partido e a sua concepção de uma administração do estado de necessidade para o interior na Europa, de acordo com a "luta pela existência" social-darwinista, entre os países europeus desregulamentados e renacionalizados.

Era inevitável que a restituição da soberania nacional liberal, na sua identificação pró-ocidental, e a daí resultante aberta administração do estado de necessidade, para o interior e para o exterior, fossem mediadas por uma formação ideológica específica. A identificação com o "imperialismo da segurança e da exclusão", na aberta administração do estado de necessidade para o exterior, juntou-se ao "choque de civilizações" do imperialismo de crise e agudizou-o passo a passo. Quando a "AfD", mais tarde, já depois da cisão, veio a descobrir no seu programa de partido que o islão não pertence à Alemanha, pelo menos quanto a isto não há que ver aqui nenhuma ruptura ideológica: a afirmação da administração do estado de necessidade para o exterior, do "imperialismo da segurança e da exclusão" ocidental, estava estrutural e manifestamente entrelaçada com um *racismo antimuçulmano*.

Se a fundação do partido "AfD", em fevereiro de 2013, teve um forte eco mediático, que oscilou entre a incerteza, a demarcação esforçada e a compreensão aberta (mesmo que apenas em certos pontos), a repercussão das "Vigílias de Segunda-Feira", cuja primeira manifestação ocorreu em Berlim em 17 de Março de 2014, foi mais contida. O estudo da Fundação Otto Brenner é aqui uma excepção. O ponto de partida destas manifestações, agora, não era a crise da dívida soberana europeia, mas, como já diz o slogan "Vigílias pela Paz," a guerra; a guerra na Ucrânia, que começou em fevereiro de 2014. O ponto alto foi uma manifestação em Berlim, no final de abril de 2014, em que participaram vários milhares de pessoas.

Seguindo as entrevistas e declarações feitas pelo organizador da primeira "Vigília de Segunda-Feira" em Berlim, Lars Mährholz, logo fica claro que aqui sopra um vento diferente do da "AfD". Isso foi evidente, em primeiro lugar, na posição das "Vigílias" para com o "imperialismo da segurança e da exclusão" ocidental: Enquanto "AfD", na pessoa Lucke, ainda falou de uma "anexação" da Crimeia pela Rússia, que seria preciso condenar, as "Vigílias pela Paz", inversamente, responsabilizaram os EUA pela guerra na Ucrânia. Para eles, a anexação começou com expansão da UE para o leste em 2003, sendo a anexação da Crimeia por Putin em resposta, classificada como legítima em termos de direito internacional. Assim, as "Vigílias" mostram-se descendentes da ideologia da administração da crise legitimista, que, por sua vez, ainda que cada vez mais marginalizada após o colapso da União Soviética, insistia numa política "pacífica" no sentido de "Eurásia". No entanto, as "Vigílias" levam este momento legitimista muito mais longe, insistindo fortemente na retirada da NATO, como deixou claro o seu terceiro protagonista para além de Jebesen e Elsässer, Andreas Popp. (39)

O impulso legitimista de uma Europa na ordem jurídica do período pós-guerra foi levado por diante nas "Vigílias" para uma *identificação anti-ocidental*, que, como restituição da soberania nacional, não poderia renunciar a uma identificação. A identificação anti-ocidental foi ao mesmo tempo *uma identificação com os Estados decadentes da "modernização atrasada"*, pelo que, acima de tudo, a Rússia, a China e o Irão deveriam desempenhar um papel decisivo aqui. Andreas Popp põe a questão deste modo, numa entrevista com Michael Vogt: "Então, eu gostaria de ver onde estão os nossos vizinhos? Os nossos vizinhos são os russos e os russos são pessoas maravilhosas (...) Também conheço os EUA, e sei o quanto são hospitaleiros os americanos (...) Então, isso significa que temos uma situação, aqui, em que temos de aprender por nós que estamos na Europa ou na Alemanha (...) que os nossos vizinhos mais próximos são os russos, temos de nos dar bem com eles. Nós temos de ver quais são os nossos vizinhos fora da nossa cultura (...) Temos de ver o que está acontecendo com o Irão, com o Irão, a China, etc., isto é, dizer que estamos em contacto com pessoas boas e positivas (...) Isso não inclui a administração dos EUA, mas inclui os americanos dos EUA..." (40)

A charneira desta identificação foi aqui uma referência enfática ao direito internacional, que, no entanto, foi significativamente mais além do que no legitimismo. A ruptura com o direito internacional por parte do "imperialismo de crise monocêntrico" foi usada como uma oportunidade para buscar a restituição das relações internacionais, em nome de um "contrasujeito" imperialista "pacífico". A administração do estado de necessidade europeu das "Vigílias" fez do eixo Berlim-Moscovo-Teerão (e ocasionalmente Pequim) o *sujeito da restituição do direito internacional nas relações externas entre Estados*, que foi introduzido como uma "alternativa moral" ao imperialismo ocidental.

Essa identificação com os regimes decadentes da "modernização atrasada", que se estende além do direito internacional, era agora tudo menos avançada, ou que um simples acompanhamento flanqueador, meramente exterior. Como ideologia de crise pós-moderna, o islamismo também exerce, como se sabe, um fascínio tremendo sobre os sujeitos de crise ocidentais. Numa palestra de Andreas Popp foi muito expressivo até que ponto vai afinal o entendimento de democracia das "Vigílias", onde se baseia realmente a identificação anti-ocidental. Em resposta a uma pergunta do público: "Por exemplo, o Afeganistão, essas estruturas tribais que eles têm. Isso é realmente a democracia?", Popp não deixou dúvidas na sua resposta: "Sim, isso é democracia. Claro. Logicamente, isso é a democracia, naturalmente." (41)

O facto de as "Vigílias" serem na verdade por uma *restituição da soberania nacionalista*, está à vista acima de tudo na administração do estado de necessidade para o interior. O "Plano B" apresentado pela "Wissensmanufaktur" [Fábrica do Conhecimento], especialmente por Andreas Popp e Rico Albrecht, que gostam de ver elogiado como o primeiro guia prático elaborado para a "mudança de sistema", não deixava nada a desejar em termos de clareza. Este "Plano B" consiste ao todo em três partes: Dado o "estado existente", vem depois o "estado alvo", devendo o "caminho para atingir o alvo" (42) completar as instruções.

O "estado existente" é classificado pela "Fábrica do Conhecimento" sob o termo "Danistacracia", da palavra latina para "usurário" ou "usura". Esta "Danistacracia" é apresentado como uma pirâmide, cujo "poder do sistema" está concentrado no cume: apenas o "poder" dos "danistacratas", que literalmente seguram os cordelinhos na mão. Abaixo dos "danistacratas" estão os "massmedia", que têm de implorar os seus recursos desse poder opaco. Abaixo dos média estão os "actores políticos", por sua vez dependentes dos média, estando o seu sucesso dependente da apresentação mediática. A parte inferior da pirâmide, finalmente, é composta pelos "súbditos", a que Popp e Albrecht se referem em suas palestras como "nós" ou "nós próprios". O problema central básico desta "danistacracia", finalmente, reside num "processo de redistribuição, do diligente para o rico", em que este mecanismo de redistribuição da "alta finança" danistacrática é garantido pela parcela de juros do dinheiro.

O "estado alvo" do "Plano B" resulta agora, exactamente, da *restituição da soberania nacionalista* da "danistacracia". Acima de tudo, a restituição nacionalista do dinheiro desempenha um papel importante aqui. O elemento central seria, portanto, "um banco central sem fins lucrativos respondendo perante o povo", que tem a "soberania monetária" (43). Este banco central é agora a alavanca decisiva do "Plano B", porque controla o "dinheiro que flui": à semelhança de Silvio Gesell, Popp e Albrecht vêm na vontade livre, por assim dizer, na vontade dos "danistacratas" possuidores do dinheiro, a possibilidade de reterem o dinheiro para armazená-lo e emprestá-lo de volta com um preço adicional (juro). Para o proprietário de mercadorias, ou seja, o "súbdito normal", esta opção seria anulada, porque a sua mercadoria é perecível e, portanto, não pode ser retida fora do mercado. Por causa disto, o "plano B" procura transferir exactamente essa perda de valor das mercadorias, e, assim, a vontade não livre do dono das mercadorias para a vontade livre do dono do dinheiro, para assim o obrigar a disponibilizar o seu capital monetário sem juros.

A restituição nacionalista visa, portanto, a naturalização do dinheiro, que, como instituição "de direito natural", tem de perder o seu valor, ou tornar-se transitório, tal como a mercadoria (igualmente naturalizada). O "dinheiro fluente" do "Plano B" baseia-se precisamente nesta restituição nacionalista do dinheiro, pela sua submissão à

"coerção natural": como o "banco central do povo" efectua ciclicamente no dinheiro essa perda de valor, com o que o dinheiro perde o estímulo para a sua acumulação, termina o "processo de redistribuição do diligente para o rico" instalado pelo juro. Além disso, o "dinheiro fluente" no "Plano B" é complementado por uma restituição nacionalista da imprensa ("imprensa livre"), do Estado social ("renda básica incondicional") e da terra ("direito social à terra"), de modo que equivale a "quatro componentes" que vêm a ser o "estado alvo". Nesses quatro componentes do "Plano B", a "Fábrica do Conhecimento", como auto-proclamado "lobby do povo", (44) incorporou a restituição da soberania nacionalista, o que era paradigmático para as "Vigílias".

Também a restituição da soberania nacionalista das "Vigílias", tal como a nacional-liberal, foi lado a lado com uma *formação ideológica primária*. Em termos da sua estrutura, ela já deriva do "Plano B", pois a naturalização do dinheiro baseou-se principalmente no sentimento contra o dinheiro aparentemente "abstracto". Numa palestra, Andreas Popp explicou este contraste da seguinte maneira: "Não devemos esquecer que as economias são sistemas de abastecimento, e que estamos completamente fora disso. Entretanto, fomos completamente deslumbrados com o valor de troca, com o valor de mercado". (45) Esta construção passiva do "fomos deslumbrados" não é um passo em falso retórico, mas chama a atenção para o fundamento de toda a abordagem na teoria da manipulação, questão que ainda será aprofundada. Num estilo inconfundível, Popp continua na referida palestra, sobre as consequências que devem realmente ser extraídas dessa "manipulação" para o "valor de mercado": "No passado, por exemplo, o valor de uso desempenhou um papel incrível. Uma pá tinha um alto valor de uso, então todos estavam interessados em ter uma pá. Hoje já ninguém quer ter uma pá, porque diz que tem dinheiro e pode comprar a pá. Porque, entretanto, estamos dizendo que agora temos valores de mercado puros. Não dividimos entre valor de uso e valor de troca. Esse é um grande problema." (46)

Moishe Postone, em seu ensaio eminentemente importante "Anti-semitismo e nacional-socialismo", descreve como um *anti-semitismo estrutural* emerge precisamente dessa divisão reificante da substância do valor, em um valor de uso aparentemente natural e um valor de troca aparentemente abstracto. É no próprio fetiche do capital, argumenta Postone, que reside a base para dividir as manifestações do valor na oposição de "valor de uso" e "valor de troca", que na reflexão regressa como uma dicotomia da aparentemente "mercadoria natural" e do aparentemente "dinheiro abstracto". Na essência, no entanto, o valor não é valor de uso nem valor de troca, mas a cristalização do "trabalho abstracto" (Marx), que abstrai objectivamente do seu conteúdo logo na produção, de modo que a mercadoria, socialmente (e só isso constitui a sua definição essencial), não funciona como objecto concreto, mas como representação do "trabalho abstracto", para a qual o conteúdo da produção é completamente irrelevante. É exactamente esse conteúdo realmente abstracto e historicamente determinado da produção social que foi naturalizado pelo Plano B, uma naturalização cujo reverso é o ódio ao aparentemente "dinheiro abstracto".

Escusado será dizer que as "Vigílias" descartam a acusação de anti-semitismo, explorando a diferença entre anti-semitismo estrutural e anti-semitismo aberto. No caso das "Vigílias", no entanto, essa diferenciação interna também é desnecessária. Para Andreas Popp, simplesmente não foi possível, na ansiedade da propaganda, manter o próprio ódio dos judeus ainda encoberto, de modo que ele se deixou levar pelas seguintes frases: "Esse é o princípio judeu, de resto. Eu ousou dizer isso porque esse é realmente um princípio interessante. O facto é que eles sempre tiveram dinheiro, e eu sempre me pergunto: como? Claramente, a questão não é o dinheiro, nunca em títulos de renda fixa, nunca em retorno total ou qualquer absurdo sem sentido, mas sempre investiram em activos. E dizem 1/3 em metais preciosos, 1/3 em imóveis, 1/3 em acções. Ponto. É isso mesmo. O mundo é tão simples". (47) Havia muito a dizer sobre essa citação, por exemplo, sobre a fantasia de apropriação de um chamado "princípio judaico", mas esse não é o ponto aqui. Um dos protagonistas das "Vigílias de Segunda-Feira" articula-se *decididamente como anti-semite*, perdido o controlo do bloqueio no fluxo da agitação, o que, no entanto, documenta suficientemente o grau de brutalização desenfreada dos "amigos da paz".

Finalmente, chegamos à terceira ala do neofascismo. Quando vários milhares de pessoas se reuniram em outubro de 2014, numa manifestação chamada "Pegida" ("Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente"), consolidou-se a terceira e última vaga de neofascismo. Em contraste com a "AfD" e as "Vigílias", baseadas em um evento de crise concreto – a "política de resgate" grega e a guerra na Ucrânia –, nenhum fenómeno desse tipo foi decisivo para os "Europeus Patriotas". Embora o organizador, Lutz Bachmann, tenha apontado que as batalhas de rua, em Hamburgo e Celle, entre salafistas e curdos, é que deram origem às manifestações, no entanto, tendo em conta os cortes de então, com o "resgate" do euro e a guerra da Ucrânia, essas batalhas não foram realmente um motivo, no sentido estrito da palavra. Entretanto, os "Pegida" também se espalharam por outras cidades alemãs, embora logo se tenha percebido que os "Europeus patriotas" conseguiram recrutar especialmente na Saxónia e na Alemanha Oriental, enquanto na Alemanha Ocidental o movimento era cada vez mais reduzido e acabou por se esvaziar.

O espaço público neoliberal tomou esta ausência de um verdadeiro motivo para as manifestações "Pegida" como ponto de partida, para dar uma expressão demonstrativa da sua surpresa pelo racismo crescente que se pode observar na Alemanha Oriental, onde quase não há migrantes. Obviamente, fica aqui num impasse o problema da constituição do neofascismo, ou seja, a questão da sua origem. O facto de o espaço público neoliberal ter tido de passar ao lado do estabelecimento da "novíssima direita" e de, no caso "Pegida", ter aduzido a ausência de refugiados que se vejam no Leste até mesmo como uma razão contra o racismo, reside de certo modo na coisa em si. Pois a marcha triunfal do "positivismo do discurso" (Robert Kurz) pós-moderno neoliberal estava relacionada com a eliminação do problema da constituição, ou seja, de todos esses conhecimentos críticos que permitiriam uma dialéctica negativa entre a constituição fetichista objectivada e o processamento ideológico pela forma por sua vez objectivada do sujeito. Naturalmente que não são os eventos históricos reais – nem sequer a crise dos refugiados no outono de 2015 – que desencadeiam a mobilização do neofascismo, mesmo que possam reforçar secundariamente a sua ressonância. Em vez disso, a "novíssima direita" *foi constituída pela viragem imanente pós-moderna e pelo seu acelerar da compulsão objectivada a desvalorizar*, que desde 2008 executou a desintegração da soberania nacional sem filtros. *A restituição da ideologia nacional é a forma apropriada de consciência desta constelação de crise pós-moderna tardia*, de modo que não pode ser justificada com causas meramente subjectivas ou eventos externos, e é por isso que o neofascismo já havia surgido, em todas as suas fracções, antes da crise dos refugiados.

E agora, relativamente ao posicionamento de conteúdo dos "Pegida", ele revela-se a partir do seu primeiro "Documento de posição", de dezembro de 2014. Como já o nome sugere, para os manifestantes do movimento "Pegida" (e das suas ramificações locais, além de Dresden) a questão era a *administração da crise para o exterior*, em que – em linha com a "AfD" – surgia sobretudo o islão, como uma ameaça à soberania europeia ou alemã. O documento de posição abordou em conformidade a questão da migração e do asilo, por exemplo, no ponto 9: "PEGIDA é POR uma política de tolerância zero em relação a requerentes de asilo e migrantes tornados delinquentes" (48) Para esclarecer o que se entende principalmente por "migrantes tornados delinquentes": "PEGIDA é CONTRA a permissão de sociedades paralelas / tribunais paralelos no nosso meio, tais como os tribunais da xaria, a polícia da xaria, ou juízes de paz, etc." (49)

Obviamente que nos "Pegida" e na "AfD" *predomina uma identificação pró-ocidental com o imperialismo de exclusão europeu*. O que, no entanto, sugere enquadrar os "Pegida" na corrente nacional-liberal da restituição da soberania, pois ambos concordam no *racismo antimuçulmano como ideologia primária*. Mas não é só isso. É verdade que "AfD" e "Pegida" convergiram nesses dois aspectos, embora num contexto histórico e social completamente diferente, pelo que a aparente identidade deixa de o ser.

Para poder distinguir analiticamente esta relação peculiar entre "Pegida" e "AfD", é indispensável aprofundar o processo ideológico de constituição dos "Europeus Patriotas". O momento europeu dos patriotas, já colocado na denominação, originou-se de um campo de referência que *deve ser entendido a partir da história da Europa Oriental e da Alemanha Oriental e, afinal, do vínculo oriental*. Esta consciência da Europa Oriental remonta à

não-simultaneidade histórica entre o centro ocidental e a periferia oriental da Europa, que continuou no século XX com a "Guerra Fria", numa amplitude de acumulação alargada e, finalmente, com o colapso da União Soviética, trouxe a época pós-moderna da crise global e do "imperialismo de crise monocêntrico". A fim de esclarecer melhor esta disposição ideológica, é, portanto, essencial examinar mais detalhadamente a sua génese histórica.

A "modernização atrasada" da União Soviética, na primeira metade do século XX, distinguiu-se dos centros ocidentais europeus principalmente pela sua centralização estatal (nacionalização da produção), que resultou da situação social concreta da União Soviética. Em contraste com a parte ocidental industrializada da Europa, a Rússia czarista ainda estava predominantemente em condições pré-industriais, de modo que precisava da constituição do Estado para, em primeiro lugar, poder pôr em andamento o "trabalho abstracto". Enquanto o desenvolvimento que viria a ser o da União Soviética, até ao segundo terço do século XIX, ainda era controverso, entre as teorias pró-ocidentais e eslavófilas da modernização, na "modernização atrasada" da viragem do século já era considerado essencial o contexto condicional internacional, transmitido pela concorrência imperialista e pelo mercado mundial secundário.

À *constituição estatal* para o interior, que começou com a implementação generalizada do "trabalho abstracto" e a tomada do poder pelos bolcheviques, seguiu-se a *constituição nacional para o exterior*, já que a União Soviética tinha de impor, pela primeira vez, o estatuto de sujeito nacional independente no mercado mundial e, de facto, como sujeito nacional independente e reconhecido no mercado mundial. Embora esta *constituição nacional-social dos países da Europa Oriental da "modernização atrasada"* tenha sido gradualmente incorporada à dimensão internacional da "Guerra Fria", pela produção fordista e pela expansão do mercado mundial na época do "imperialismo bipolar", no entanto foi apenas o momento nacional-social que a "União Soviética" jogou contra o "internacionalismo capitalista" do Ocidente. Acima de tudo, o "socialismo no seu próprio país" de Estaline, como princípio básico para o papel pioneiro da Rússia no processo de "modernização atrasada" oriental, espalhou-se para toda a União Soviética, pelo que a integração oriental da "RDA" ocorreu exactamente sob essas premissas.

As áreas de sobreposição dos "Pegida", como *restituição da soberania nacional-social*, com o seu adversário nacional-liberal da "AfD" são agora baseadas no mecanismo fundamental de identificação que está subjacente aos Estados orientais da "modernização atrasada". A teoria socialista do "materialismo histórico" adaptou, como se sabe, apesar da diferenciação do capitalismo liberal, componentes essenciais da sua ideologia. Acima de tudo, isso dizia respeito à ideologia da modernização do movimento operário, que se entendia como sucessor legítimo da "herança burguesa", tendo assim de arrastar consigo a teleologia da história como lastro ideológico. No caso dos "Pegida", essa *identificação com a ideologia da modernização da Europa Oriental remonta ao século XVII e à ascensão da Prússia-Brandenburgo*, cujo "socialismo oficial" se viu como ponta de lança do progresso alemão e, assim, representou certos aspectos da ideologia do iluminismo ocidental.

Estas intersecções ideológicas, entre a identificação ocidental-liberal e a nacional-social dos Estados da Europa Oriental, também corresponderam a uma aliança social real, que começou a emergir após o colapso da União Soviética. O antigo antagonismo entre a propriedade privada ocidental e o capitalismo do Estado oriental foi, doravante, transformado na consolidação do "imperialismo de crise monocêntrico" na Europa, em que a comum disposição da ideologia da modernização fez com que os Estados do grupo de Visegrado [Hungria, Polónia, República Checa e Eslováquia, N.T.] da antiga União Soviética desempenhassem um duplo papel na integração europeia no imperialismo de crise ocidental. Por um lado, eles provaram ser ajudantes particularmente zelosos do "imperialismo da segurança" ocidental: todos eles participaram na "coligação de voluntários" que levou a cabo, com base numa mentira, a guerra contra o Iraque, o que provavelmente deveria equivaler ao bilhete de entrada na UE. Por outro lado, eles também estavam na linha da frente do estabelecimento do imperialismo de exclusão: o esforço da "União Europeia" para estabelecer as fronteiras orientais do "imperialismo da exclusão"

Europeu entre a Ucrânia e a Rússia exacerbou mais uma vez drasticamente as tensões históricas entre os Estados de Visegrado e a Rússia, sob novas condições sociais mundiais.

A identificação com o "imperialismo da exclusão" europeu, no caso dos "Pegida", portanto, já não se aplicou com base numa identificação pró-ocidental e liberal, como no caso da "AfD", mas de acordo com a *identificação, na ideologia da modernização, com a restituição da soberania nacional-social na tradição Prússia-RDA*. O facto de os antigos "opositores dentro do sistema" funcionarem, uma década depois, num imperialismo de crise comum, e juntos na "luta contra o terrorismo", também mostra que dentro do "imperialismo monocêntrico" já não pode haver dois lados, bem como mostra a unidade interna do capitalismo privado ocidental com o capitalismo de Estado oriental. Paradoxalmente, a expansão agressiva da UE a leste, logo após o colapso da União Soviética, sancionou a unidade político-militar e económica do antigo "socialismo da modernização atrasada" com o centro ocidental.

A discrepância entre uma variante pró-ocidental e uma pró-oriental da restituição da soberania nacional tornou-se, portanto, particularmente clara no que diz respeito à administração do estado de necessidade para interior. As constituições capitalistas de Estado da Alemanha Oriental e dos Estados de Visegrado puderam basear-se numa história de modernização de quase cento e cinquenta anos, o que, é claro, não desapareceu de repente com o colapso da União Soviética, mesmo que uma parte não desprezível da população da antiga RDA executasse suavemente a viragem neoliberal.

Assim, os "Pegida" entraram em contradição com a aberta administração do estado de necessidade para o interior, exigida pela "AfD" por via da desregulamentação e flexibilização. Embora o "documento de posição" dos "Pegida" tenha revelado pouco sobre a dimensão social da administração do estado de necessidade para o interior, os participantes na manifestação tornaram-se mais claros. A questão social, aqui, foi imediatamente alinhada com a nacional, como documentam discursos filmados numa manifestação "Pegida". Um dos participantes na manifestação expressou-se assim: "Já se disse em Dresden que se quer reconstruir ou renovar catorze casas de asilo; ainda não ouvi anunciar que se criariam catorze novos jardins de infância ou catorze escolas, que também são urgentemente necessários." (50) E, um pouco mais tarde, um aposentado continuou com estas frases: "Bem, que vou eu fazer? Que eu sou contra os estrangeiros. Que muitos entram aqui. É por isso que estou aqui. E eles ganham muito dinheiro. Eu sou pensionista. Recebo uma pequena pensão e ainda estou a trabalhar, pois ainda me mexo razoavelmente bem. E eles? Como vivem eles? São todos tipos jovens, tudo gente nova, bem, e eles não querem é trabalhar.." (51) Assim se articula também a coloração ideológica dos "Europeus patriotas": *A restituição da soberania nacional-social dos "Pegida" foi ligada com a ideologia primária do racismo antimuçulmano.*

Assim se conclui a nossa primeira passagem pela formação da "novíssima direita" na Alemanha. Ela permite-nos diferenciar conceptualmente as suas diversas alas, o que deve ser resumido aqui em suas estruturas básicas. A "AfD" cristalizou-se ainda juntamente com a *identificação pro-liberal e pró-ocidental de uma restituição da soberania nacional-liberal*, sendo-lhe estruturalmente inerente o *racismo antimuçulmano* do imperialismo de exclusão ocidental. As *"Vigílias de Segunda-Feira"*, na sua *identificação anti-ocidental*, representam a *ala nacionalista da restituição da soberania nacional* e, assim, um *consenso de base anti-semita*. Por sua vez, o "movimento Pegida" surgiu, *identificado com a ideologia da modernização, da forma nacional-social da restituição da soberania*, como era peculiar às regiões em colapso da antiga União Soviética, e que acima de tudo articulou um *racismo antimuçulmano*.

É precisamente essa diferenciação conceptual do neofascismo alemão que o espaço público burguês falhou colectiva e individualmente. A viragem neoliberal passou por este deixando a sua marca, pelo que o culto da distinção mediática, ao longo da abordagem epistemológica, tem de afogar as contradições dentro do neofascismo alemão no culto das diferenças, que aparecem ante o vazio epistemológico da "desconstrução" e voltam a desaparecer, como se tivessem acabado de passar em *couchsurfing*. Mas a crise não pode ser negada;

nem tão pouco a sua continuação, através da viragem imanente da pós-modernidade, juntamente com os fantasmas de crise que traz no bojo, e que infelizmente não são virtuais. "Esquerda nacionalista e direita anti-capitalista, amigos dos muçulmanos de direita e anti-sionistas de esquerda", de onde vieram todos eles de repente?

O que se apresentou ainda como uma falta de capacidade de diferenciar, nas reacções do espaço público neoliberal às diferentes alas do neofascismo alemão, repete-se como falta de capacidade de abstracção, ao tentar entender a "novíssima direita" como uma formação unitária. Ao servir-se aqui não raramente da categoria do "nacionalista", aplicada por igual a todas as fracções, essa classificação de algum modo arrastou uma vaga lembrança do estatuto da "ideologia alemã" durante a barbárie nazi; em relação à determinação da forma histórica concreta do neofascismo, no entanto, teve que permanecer completamente a descoberto em termos de conteúdo. O anacronismo neoliberal perdeu, afinal, todos os desenvolvimentos históricos dos últimos trinta anos, incluindo os próprios. Dada a maneira como o espaço público neoliberal lançou o dito do "nacionalista", a restituição da soberania nacional-liberal da "AfD", por exemplo, conseguiu distanciar-se disso com razão, tanto quanto em geral os "contra-actos performativos" do espaço público neoliberal, em sua performance de encenação, demasiadas vezes deram em nada.

No nível mais abstracto da crítica da ideologia, a unidade interior da "novíssima direita", como já explicado, mostra a especificidade da determinação da forma da restituição da soberania nacional. Outros aspectos abrangentes do neofascismo podem ser esclarecidos se nos mudarmos do nível de abstracção da restituição geral da soberania nacional e nos voltarmos para a constituição especificamente nacional. O neofascismo, da "AfD" aos "Pegida", é, afinal, *uma ideologia específica da restituição da soberania alemã*. Assim, a forma alemã de restituição da soberania nacional-liberal é qualitativamente diferente da americana ou da francesa, mesmo que, à escala da barbárie universal, as linhas de diferenciação acabem correr o risco de convergir no ponto de fuga difuso da destruição do mundo. *Somente nesta demarcação do neofascismo alemão contra outros neofascismos, o termo "nacionalista" ganha um certo conteúdo de realidade, mas apenas se as diferenças internas da "novíssima direita" forem simultaneamente mantidas.*

Em termos concretos, esta característica específica da "ideologia alemã" pode ser ilustrada pela concepção de "comunitarismo" de Andreas Popp. Esta teoria, nascida nos EUA, baseia-se na incorporação de processos de mercado em instituições sociais e culturais, a fim de criar estabilidade colectiva, através do fortalecimento da comunidade, que não teria de depender do mercado global. Assim que Popp incorporou este "comunitarismo" na sua restituição da soberania (o que ele fez em várias palestras e entrevistas), este imediatamente ganhou conteúdo nacionalista, juntamente com delírio anti-semita – por alguma razão a direita europeia há muito tempo vira os olhos para a República Federal. O conceito de *restituição da soberania nacional* era, portanto, impreciso; o neofascismo alemão baseia-se na *restituição da soberania alemã*. O *excedente bárbaro da "ideologia alemã"* nela contido testemunha a natureza específica da história alemã e do presente alemão e, portanto, não pode ser subsumido sem mais sob a categoria geral de restituição da soberania nacional.

Mas mesmo esta especificação da restituição da soberania alemã permanece ainda muito vaga. A viragem imanente pós-moderna de uma renacionalização da desvalorização das "economias políticas" *não se baseou num aumento real da soberania nacional*. Com a globalização, o mercado mundial aglomerou-se como um pressuposto imediato da constituição nacional, um a priori que, obviamente, não se evaporou devido à renacionalização da desvalorização, pelo contrário, esta foi a expressão do seu processo avançado de desintegração. Se os centros ocidentais, até à década de 2000, ainda tiveram espaço de manobra económico, sobretudo através das mediações com o deficit do mercado mundial, em que puderam externalizar e diluir os processos de crise, a coerção de desvalorização global, após a crise financeira, atingiu agora também a sua soberania imediatamente, sem que a pressão pudesse continuar a ser atenuada pelo acesso à mais-valia futura. Se já a crise neoliberal tinha provado a incapacidade de os Estados ocidentais substituírem a substância de valor

economicamente em falta – a desregulamentação foi apenas a palavra-chave para isso – por maioria de razão eles tiveram de se desintegrar na renacionalização da desvalorização.

Por conseguinte, se a ideologia da restituição da soberania alemã ocorreu com base na deterioração acelerada da soberania alemã, sendo mesmo a sua expressão ideológica, a nossa terminologia recém-definida é novamente posta em dúvida. Uma vez que a restituição da soberania alemã foi acompanhada pela sua desintegração sem filtros, ela só poderia ser reconstituída num parcializar da soberania, o que já é uma flagrante contradição em si, que só poderia ser concebida na base em erosão da determinação da forma política. Nas "Vigílias" ouviu-se isso na pessoa de Andreas Popp: Nós vivemos "já há séculos em construções sobredimensionadas, nas chamadas aglomerações de povos, que chamamos simplesmente formações estatais. Por exemplo, na Alemanha, falamos do povo alemão. Não há um povo alemão. Existem povos alemães. Há o de Baden, o da Suábia, o de Schleswig e Holsteiner, o da Renânia do Norte, bem como o da Vestefália. Perdemos isso." (52)

Assim, finalmente, estamos em posição de designar conceptualmente, em termos de crítica da ideologia, a forma básica do neofascismo, que se sobrepõe a todas as suas várias fracções. Tendo em conta a mediação histórica real da renacionalização, que se constrói na base da desvalorização global, com a viragem imanente pós-moderna, agora também directamente na base da desvalorização nacional, *pode-se definir a ideologia neofascista como restituição da soberania alemã em desintegração*. Dada a sua natureza precária, *essa restituição da soberania alemã em desintegração teve que ir de par com a exclusão imediata de todos os "não alemães"*. As ideologias primárias aqui surgidas foram o anti-semitismo e o racismo antimuçulmano na "AfD" e C<sup>a</sup>.

A peculiaridade da restituição de uma soberania alemã em desintegração não poderia, por razões óbvias, renunciar à história alemã. A restituição da soberania alemã em desintegração também teve de limpar a ferida histórica do crime contra a humanidade de Auschwitz, como um autotélico extermínio em massa de pessoas judaicas. Aqui, o espectro de conotação de "dívida" económica e histórica aponta para o facto de a exoneração económica, desejada através da apropriação da crise, mas tornada impossível na situação de crise fundamental, não poder ser separada da exoneração histórica: *A restituição da soberania sub-alemã estava fundamentalmente entrelaçada com a banalização ou negação de Auschwitz*.

Ora esta restauração da suposta inocência histórica existiu obviamente durante toda o pós-guerra alemão, também e especialmente durante a "política de reprocessamento", que é tão exemplar. O facto de a veemência dessa negação da culpa alemã estar vinculada a certos ciclos económicos deixa claro, no entanto, que o próprio desenvolvimento social poderia reforçar ou deixar latente a necessidade de limpar a história alemã. Já a "política de reprocessamento neoliberal" não tinha nada a ver com uma crítica da "ideologia alemã", mas justificava a sua existência através dum *boom* mediático de reprocessamento, que até estilizava a Alemanha como "campeã mundial do reprocessamento histórico". Com essa legitimação, algo passiva ou latente da "ideologia alemã", a restituição neofascista da soberania em desintegração não poderia ser satisfeita. O facto de o neofascismo, na sua minimização de Auschwitz, ter assumido o mantra do "campeão mundial do reprocessamento", que foi cultivado pelo neoliberalismo, para daí derivar também uma "dianteira no iluminismo" da Alemanha em relação a outras nações, também aponta para que a "novíssima direita", saída da administração da crise neoliberal, não é propriamente o seu contrário.

Isso realmente tem o significado, que só pode ser chocante, de que a trivialização, e mesmo a negação de Auschwitz pôde ser proclamada publicamente com cada vez mais força durante a viragem imanente pós-moderna. O fórum apropriado para isso foi organizado pelas associações estaduais da Renânia do Norte-Vestfália do "1º Congresso do Conhecimento das Alternativas" da "AfD", em que participou o elenco proeminente dos neofascistas. Os intervenientes incluíram Andreas Popp, Jurgen Elsässer e o notório queixoso da UE, Karl Albrecht Schachtschneider. Além de Popp e Schachtschneider, apareceu neste congresso outro colaborador da "Fábrica do Conhecimento", Eberhard Hamer. O que Hamer disse no seu discurso é

profundamente abominável, e dá uma visão da essência bárbara da restituição da soberania neofascista: "Ainda me persegue outro pensamento. Os caóticos de 68 acusaram os seus pais: 'Por que deixaram isso acontecer? Por que deixaram Hitler acontecer?' Senhoras e senhores, os nossos pais não podiam evitar isso, tal como nós fizemos com o euro ou com a imigração e outras coisas. Isso significa: uma pessoa só pode ser culpada ou justificar-se lutando contra isso." (53)

Não há muito tempo, um interveniente se desqualificaria com essas palavras numa palestra pública, o que indica o grau de falta de escrúpulos que se estabeleceu na Alemanha em poucos anos. Primeiro, Hamer, com essas frases, confirmou exactamente essa conotação da categoria da "exoneração", que não pode ser determinada apenas economicamente, mas também no sentido da exoneração do crime contra a humanidade alemão. Além disso, o "esquema de justificação" de Hamer pode ser repudiado como rodando totalmente em falso: Afinal, a época do imperialismo nacional, no início do século XX, foi realmente marcada pela constituição nacional, sendo que o mercado mundial era apenas uma esfera de mediação entre as nações, enquanto o "euro" e a "imigração" são consequências do capital agora globalizado, que em seu movimento de desvalorização permanece imediatamente superior ao Estado-nação. Mas isso também significa que o espaço de manobra nacional, dentro do sistema fetichista objectivado, era muito maior na Alemanha nazi do que é hoje na transnacionalização. E mesmo no que diz respeito à crise, no tempo do nacional-socialismo ainda não estávamos no "limite interno" absoluto do capital, como o ciclo fordista posterior confirmou, enquanto hoje o "limite interno" implica um grau muito menor de independência "nacional". *A singularidade de Auschwitz baseia-se, entre outras coisas, precisamente nesse relativo espaço de manobra nacional do nacional-socialismo, em comparação com a constelação de crise global, espaço de manobra que foi usado pela Alemanha nazi de modo puramente destrutivo, irracional e assassino.*

Se recordarmos as declarações dos protagonistas neofascistas, há o desejo obcecado de poder finalmente agitar mais uma vez o estatuto do crime alemão contra a humanidade, como se fosse tangível – afinal o seu questionamento é o axioma para uma restituição da soberania alemã também moralmente "purificada". É assim que Karl Albrecht Schachtschneider simplesmente não pode deixar de tocar nesse tema tabu; embora, de acordo com sua própria afirmação, não tenha dúvidas de que "crimes terríveis" aconteceram na Alemanha. O facto de ele, independentemente disso, defender, no entanto, uma relativização de Auschwitz mostra o carácter irracional do revisionismo histórico neofascista: "Não se deve pôr em dúvida um determinado facto. Sabem qual? Eu acho que um país, onde a liberdade de expressão é interrompida com criminalizações drásticas, não é um país livre. Mas a Áustria faz o mesmo. Sim? Então, quero dizer, pode haver algo – Holocausto. Então eu não estava lá, só posso dizer que era muito jovem. Que não se pode falar sobre certas coisas, verdadeiras ou falsas. O grande Kant disse que a liberdade de expressão significa que é um direito que decorre da liberdade, que tudo pode ser dito (...) Isso é liberdade de expressão. Tem de se poder falar sobre tudo. Mas essa matéria de facto de crime de ódio interrompe isso (...) Então não vou questionar nada, esse não é o meu tema. Mas eu não falo sobre isso porque está proibido. Tal é a situação (...) Não se deve discutir isso, nem mesmo cientificamente. Este não é um país livre." (54)

Mas o ponto mais baixo das monstruosidades ainda não foi alcançado. Um contributo particularmente pouco apetitoso para a minimização de Auschwitz foi fornecido por Ken Jebsen, num texto intitulado "Racismo Sionista". Conduzido francamente para denunciar a política israelita como o regresso do crime contra a humanidade alemão de Auschwitz, ele fabulou sobre o "poder" do "lobby de Israel": "A culpa (deste poder aparente, DS) é a) a história alemã e b) a máquina de propaganda dos sionistas radicais, que fazem o seu trabalho de modo extremamente eficiente, 24 horas por dia. Uma arma de destruição maciça (!) mediática. Isso nos ajuda a manter a boca fechada há mais de quarenta anos, quando outras pessoas são massacradas por ordem do Estado de Israel: os árabes em sentido amplo, os palestinianos em particular". (55) Mas Jebsen não se conseguiu ficar pela equiparação anti-sionista do "extermínio em massa" alemão com o israelita; o ódio anti-sionista há muito que perdeu as inibições: "O hobby comum destes sionistas é a criação de um grande

império israelita. Especificamente: um Israel sem palestinianos. Este plano funciona permanentemente em fundo e só pode ser alcançado através da expulsão, do gueto, dos colonatos ilegais e da guerra permanente (...)  
Traduzido para o alemão antigo: Israel está apontando para a solução final (!) na Palestina. Genocídio clássico".  
(56)

Se o neofascismo alemão minimizava Auschwitz mesmo explicitamente, a tendência para a restituição da soberania manifesta-se cada vez mais também no neoliberalismo, cujo prazo histórico expirou definitivamente. Assim, no início de junho de 2016, o Parlamento alemão, em sua "Resolução sobre a Arménia", denunciou o genocídio turco contra os arménios, em que o conceito legítimo de genocídio foi deliberadamente escolhido em reminiscência dos crimes nazis. Embora esta resolução também tenha concedido um envolvimento do então império alemão no genocídio dos arménios, no entanto tentou, ao mesmo tempo, colocar a Alemanha em cena como "campeã mundial do reprocessamento".

Se esta resolução sobre a Arménia alimentou principalmente as tensões da política externa com a Turquia, sobre o chamado acordo de refugiados, não deve ocultar a necessidade, transmitida pela dinâmica objectivada de uma renacionalização da desvalorização, de exonerar a história alemã. O facto de o deputado da CDU, Norbert Röttgen, colocar esta resolução no contexto de um exemplar reprocessamento alemão da história (naturalmente para, ao mesmo tempo, rejeitar essa implicação) não pode ser reduzido a uma medida táctica ou de política externa; é mais um indício da trivialização activa de Auschwitz entre a inteligência funcional neoliberal: "E é por isso que é correcto que o mencionemos (Röttgen fala do genocídio turco); de resto, também os alemães, que reprocessaram laboriosamente o seu próprio passado, começaram atrasados, mas, de maneira laboriosa e dolorosa, fizeram-no. Não estamos dando um exemplo, não queremos ser um modelo a seguir nem qualquer outra coisa, mas acredito que se pode dizer que o reprocessamento deste tema na Turquia ainda não começou, mas é reprimido à maneira nacionalista". (57) A "política de reprocessamento" da Alemanha como modelo para o resto do mundo; nisto estiveram o neoliberalismo e o neofascismo plenamente de acordo.

Voltemos ao neofascismo alemão, cujo desejo de limpeza e "esforço de autarcia" não se restringe ao passado, mas também está voltado para o presente. Com o slogan "A Alemanha é um país ocupado", partes do neofascismo dirigiram-se contra o imperialismo dos EUA, cujo controlo da República Federal restringiria a sua soberania. Esta emoção anti-americana decifra-se como inverídica por várias razões. Por um lado, esta dicção preserva as categorias nacional-imperialistas de um país nacionalmente "ocupado", que, no entanto, passa ao lado da constelação real: sem dúvida, o "imperialismo de crise monocêntrico" exerce uma função de controlo, com a Alemanha e o Japão desempenhando um papel especial nessa estratégia; uma conexão que se tornou óbvia com o caso NSA. Mas isso é algo diferente de uma "ocupação", porque o mundo não ficou congelado no início do século XX: nem os EUA anexam territórios alemães nem exigem pagamento de tributo (pelo contrário, eles pagam a parte de leão da defesa europeia) e muito menos se apoderam de um "capital alemão" que, como qualquer núcleo de capital, desde há muito tempo se refugiou nos contextos de encadeamento transnacional.

Além da dicção anacrónica, as partes do neofascismo que insistiam na "Alemanha ocupada" regressaram mesmo a essa ideia de outro modo. Enquanto, na relação entre os EUA e a República Federal, o "imperialismo de crise monocêntrico", anacronicamente distorcido, ainda era citado como sinal de morte da soberania alemã, ocorreu como que uma inversão em relação ao "imperialismo da exclusão" europeu. Para ele, a NATO e os EUA são necessários, e é por isso que a "crítica" ao imperialismo de crise ocidental era na verdade uma não-crítica: seja Popp, que, na sua rejeição da NATO, preferia instalar um novo "sujeito contra-imperialista", ou aqueles que exigiam uma "NATO moderada", todos tinham em comum que não pretendiam abolir a função imperialista como tal, mas torná-la compatível com a necessidade de segurança da República Federal. A terminologia da "Alemanha ocupada" foi vestida com uma fantasia imperial alemã, que, no entanto, de acordo com a situação de crise histórica, já não recorria ao "grande espaço", mas sim à "independência" e à "segurança". O facto de o "BND" [Serviço de informações alemão, N.T.], por sua vez, ter espiado alvos

européus e dos EUA, como se tornou conhecido no inverno de 2015, encontrou um muro de silêncio no neofascismo, porque levou ao absurdo a sua ideologia de uma "Alemanha oprimida".

Mas o desejo de purificação do passado e do presente, decorrente da restituição de uma soberania alemã a desfazer-se, não foi a única consequência ideológica que a caracterizou como unidade. Dela também emanava um *modus* ideológico básico, que resultou na *mediação fundamentalmente na ideologia de crise do neofascismo alemão*, cujo movimento paradoxal consistia na restituição da soberania em tempos da sua desintegração. A identificação com a soberania caída em crise teve ao mesmo tempo de *arrastar consigo uma identificação com a crise*: para a forma afirmativa de consciência do sujeito de crise burguês, *teve de se iniciar equíprimordialmente, através da restituição da soberania em desintegração, a desvalorização do "capital nacional" (que na verdade é o recinto frouxo de cadeias empresariais transnacionais) ou do "corpo nacional colectivo"*.

Esta identificação com a compulsão objectivada à desvalorização procurou, assim, *restaurar a "capacidade de valorização" do "capital nacional", na situação de crise fundamental*, precisamente através da promoção activa da desvalorização nacional, o que, obviamente, teve de ser um projecto impossível, já que na desintegração global do capital mundial nunca mais dará entrada na história mundial nenhuma nova época de acumulação nem, portanto, nenhuma nova soberania nacional. Uma vez que a "capacidade de valorização" da nação alemã na crise fundamental global pertencerá para sempre ao passado, a restituição da soberania alemã em desintegração, na realidade, teve de implicar um acto de permanente "downsizing". A "competitividade" nessas condições seria idêntica à execução permanente da desvalorização colectiva. No entanto, esse grau de "competitividade" nas condições de desvalorização agravadas teve de reduzir os sujeitos à sua *condição de puras criaturas*, à "vida nua" (Agamben) da força de trabalho desvalorizada, para quem qualquer ocupação, além de preservar a sua existência orgânica, parecia puro luxo. A identificação com a desvalorização renacionalizada e com a desintegração da soberania alemã teve de levar a uma redução violenta à condição de criatura desnuda, *uma vez que o sujeito desvalorizado, em sua superfluidade, deve ser considerado uma mera "vida nua"*, e exactamente esse movimento ideológico *cristalizou-se como naturalização e racificação da soberania alemã em quebra*. No talk show "Posições", em "KenFm", o romancista Dirk Fleck colocou a questão assim: "Mas, mesmo que, colectivamente, vamos por água abaixo, o que eu suspeito, cada um de nós ainda tem a chance de se renaturalizar, na sua mente e no seu corpo". (58)

Na reconstrução crítica do "Plano B" já era evidente que esta *naturalização da subjectividade de crise em erosão* não constituía, porventura, um regressivo efeito concomitante. A conversa sobre "economia física" realizou precisamente esta "renaturalização", postulando uma naturalidade das mercadorias e do capital físico, completamente desconectada das formas do valor e da substância do valor, da qual o "poder" abstracto do sistema monetário seria excluído. Como já mencionado, esta grelha epistemológica básica era em si e por si estruturalmente e, no caso de Popp, manifestamente anti-semita. Em seu conteúdo básico, essa "renaturalização" tornou-se evidente também em outros segmentos do neofascismo.

A título de exemplo, ela encontra-se num movimento que tem uma certa popularidade, até em círculos académicos e de esquerda: o "Movimento Pós-crescimento". Por conseguinte, está longe de ser por acaso que o seu representante mais proeminente, Niko Paech, tenha sido entrevistado na "KenFm à conversa". A categoria central desse movimento, a saber, a protecção da "natureza", que seria destruída pelo "turbocapitalismo" produtor de juros, resulta em suas conotações substanciais precisamente desta renaturalização da soberania em quebra. A impossível restauração da soberania alemã no processo de desvalorização global teve de anunciar um estatuto de sujeito em que o ser humano produziria "naturalmente", isto é, *de acordo com a "segunda natureza" da constituição social*. Isso só poderia significar *produzir e viver de acordo com a desvalorização e a crise, como sujeito colectivo alemão decaído*. Surgiu no "movimento pós-crescimento" um sujeito de "trabalho gratuito", que queria "desempenhar" a sua desvalorização de modo a "pré-elaborar" a próxima crise, de certo modo como sujeito desvalorizado.

A miscelânea própria deste movimento, com fantasias de hortas urbanas, romantismo de subsistência e produção cooperativa, era a expressão precisamente desta "renaturalização" de um sujeito do "trabalho abstracto", a quem o salário fugiu e por isso, infelizmente, tem de praticar a renúncia, até ao ponto de um trabalho sem remuneração. A "compatibilidade da economia com a natureza", invocada com fervor ético, não tem aqui absolutamente nada a ver com uma consciência crítica sobre a destruição dos meios de subsistência planetários, mas inclui o programa de uma redução dos sujeitos de crise ao estado adequado à sua desvalorização total, ou seja, à produção de subsistência e ao nível da miséria. Todo o aspecto natural do "movimento pós-crescimento", portanto, se deve à identificação com a "segunda natureza" fetichista na crise, ou seja, à redução à vida desvalorizada, pois, na sequência da viragem imanente pós-moderna, a adaptação à compulsão de desvalorização acelerada pelo indivíduo banido para a forma de sujeito deixa apenas essa pura condição de criatura.

O mesmo *modus* naturalista caracterizou, para citar um último exemplo, a "ditadura da arte" de Jonathan Meese. Meese, às vezes chamado de artista mais importante na Alemanha, vê a sua "ditadura da arte" como um "metabolismo evolutivo". As pessoas teriam que se submeter a isso, servindo-se apenas do uso das suas condições naturais. A "ditadura da arte", como estado almejado de "ausência de ideologia", portanto, seria a redução naturalista do ser humano à preservação da sua existência orgânica, enquanto todas as outras imposições seriam simplesmente "gosto": "Devemos simplesmente obedecer às necessidades vitais da arte, ou seja: simplesmente serve, vive, brinca, trabalha, obedece, respira, bebe, come, digere, dorme, etc., etc. Tudo o resto é luxo, e é sublimado pelo termo democracia." (59) Meese, portanto, alinha na identificação renaturalizadora da "primeira natureza" (existência corporal) com a "segunda natureza" (existência social na crise fundamental).

Para Meese, a existência puramente orgânica representa o "futuro promissor", porque não pode ser influenciado pelos seres humanos. Qualquer actividade que vá além do serviço da "ditadura da arte" e da preservação da própria vida é por ele denunciada como um "gosto", que terá de ser sacrificado ao processo de redução às "necessidades da vida". Que tal "animalização do homem" não uma questão de descrição metafórica, mas uma ideologia que brota da identificação com a desvalorização, é o que se pode deduzir duma entrevista de Meese à *Spiegel online*: "Mas tudo o que se torna dogma e húbri é incapaz de futuro. É por isso que a democracia é agora uma empresa perigosa para a arte, porque prega um desenfreado individualismo de massas. Ela diz que cada um deve realizar-se a todo o custo. Se os pássaros fossem fazer isso, o bando de pássaros não iria sobreviver, pronto." (60) Isto não é apenas uma questão de uma aberração artística pouco frequente, Meese torna isso claro de diversas maneiras: O seu programa é o da "nova ordem social", como se pode ver na categoria de "Estado evolutivo". (61)

Mas se a renaturalização neofascista obrigou os indivíduos à "segunda natureza" e à sua compulsão de desvalorização dinâmica, a execução da acção "adequada à crise" apenas poderia consistir numa execução reflexa. A "renaturalização", como execução imediata da "segunda natureza", teria de agir como que instintivamente, estando como em sua casa no processo de desvalorização não mais adiável, adaptando cegamente o que o seu estado avançado lhe destinava. A entrega instintiva à execução da desvalorização renacionalizada foi o reflexo da "segunda natureza" na crise fundamental, a que até mesmo o menor incómodo de reflexão teórica teve de parecer um desprendimento disfuncional, que era absolutamente necessário extirpar, para bem da execução furiosa da crise. *A identificação incondicional com a renacionalização da desvalorização reproduziu-se como hostilidade originária à teoria.*

Jonathan Meese, que vê a sua "ditadura da arte" como produto do seu instinto, mais uma vez foi pioneiro neste aspecto. A genuína hostilidade à teoria associada a isso vestiu-se então com metáforas significativas. Quando Meese concordou, numa entrevista, com a descoberta de que o pensamento significava metabolismo (62) (ou seja, processo de metabolismo), ou mesmo "pensamento orgânico" (63), exactamente essa disposição anti-reflexiva fazia lembrar o neofascismo. A conclusão deste ódio à teoria lê-se, correspondentemente, numa

instrução ao sujeito de crise da pós-modernidade tardia, para a inconsciência total: "Eu nunca fui criativo. Ser criativo não é suficientemente radical. Não basta. Tens de ser instintivo. Tens de trabalhar com o instinto. Como os animais (...) Porque não precisas de pensar. Deves fazer instintivamente o que é necessário. Assim és um servo da arte. Se pensas demais (...), estás acabado, não tens chance na arte." (64)

O neofascismo alemão como um todo, portanto, realmente se consolidou, como a nossa passagem pela crítica da ideologia pôde mostrar, como um movimento unificado. Se a sua determinação da forma geral prevaleceu no mais alto nível de abstracção da crítica da ideologia, na restituição da soberania alemã em ruptura, dela surgiram modos de processamento ideológico adicionais, que se revelaram descendentes do sujeito de crise da pós-modernidade tardia. O "alívio da dívida" do passado e do presente alemães, a renaturalização da forma de sujeito em desintegração, ou a hostilidade originária à teoria – e à consciência – todas essas características apontam para a identidade do neofascismo, independentemente dos seus fraccionamentos internos.

Mas não é apenas no plano da crítica da ideologia que essa identidade do neofascismo pode ser ilustrada. Se levarmos em consideração não apenas o plano da crítica da ideologia, mas também o cultural-simbólico, o seu carácter geral pode ser mais esclarecido. Já nos deparámos com duas formas da sua formação cultural-simbólica: a imediatidade determinada e o estabelecimento imediato de um conceito autoritário de verdade, sendo que outras se juntam a essas características da formação cultural-simbólica. Assim, fazia parte da constelação de uma determinação imediata da configuração autoritária da verdade que ela estava empurrando para uma nova mudança de direcção, para a objectualidade fetichista, o que resultou numa hipostasiação da objectividade. *Objectivando-se* como desvalorização nacional no endividamento estatal, *a crise teve de se tornar o assunto favorito para a consciência neofascista*. A desvalorização objectivada quase forçou a determinação imediata, para finalmente agarrar a verdade da desvalorização, que estava abertamente na rua. *A própria coisa*, isto é, a desvalorização restituidora da soberania da soberania em desintegração *deixou de tolerar qualquer atraso*. Nas palavras da nova "estrela-artista" alemã Jonathan Meese: "Trata-se de liderança objectivada. Temos de servir uma coisa. E isso é o mais importante." (65)

Esta mudança de direcção para a objectividade (66) não só exigiu uma relação directa com uma verdade ontologicamente estabelecida, mas, com sua nova compreensão do objecto, também reviu a sua atitude em relação ao desenvolvimento histórico. A ideologia da restituição da soberania antecipa decididamente a pressão da desvalorização, que deve ser activamente mobilizada para recuperar a "autarcia nacional". Nas palavras de Meese: "Estar atento significa que eu (...) olhe atentamente para o futuro. Se eu estiver a olhar para o umbigo, ou me ajoelhar ideologicamente, então não estou prestando atenção. Então o futuro não pode olhar para mim". (67) Meese fala aqui por todo o neofascismo: a apropriação antecipada da *desvalorização iminente da soberania nacional foi realizada por um desejo agressivo de crise e desvalorização*, que pagou tributo ao facto de o prolongamento da crise já não ser sustentável, através da "economia global de deficit" e da "formação de capital fictício". No plano cultural-simbólico, esse desejo de desvalorização foi assim representado por uma peculiar *"abordagem do futuro"*. (68)

No entanto, a insistente exigência "Para o Futuro!" não conseguiu ultrapassar o anacronismo neoliberal. O que é apenas lógico: pois a apropriação antecipada da desvalorização, agora activamente precipitada, não poderia ter futuro, porque a desvalorização nunca mais se tornaria uma acumulação bem-sucedida, de modo que o desejo fetichista de desvalorização, naturalmente, se agarrasse às categorias reais tradicionais do capitalismo. O "Estado evolutivo" de Meese é apenas um exemplo disso. Era uma contradição, no entanto, que o impulso bizarro para o futuro às vezes fosse definido por constelações anacrónicas, mas uma contradição necessária da nova constelação de crise. Isso tornou-se impressionante a respeito da sua administração do estado de necessidade para o exterior: todas as fracções continuaram a invocar "potências e contra-potências imperiais", como se a constituição de um "imperialismo monocêntrico" não existisse. Ao emergir de uma afirmação do "imperialismo da exclusão" transatlântico, ou do eixo Berlim-Moscovo-Teerão, o neofascismo permaneceu fiel a uma visão policêntrica ou, pelo menos, bipolar do imperialismo: ora os EUA passavam por eliminar o "eixo

do mal", através do imperialismo da crise ocidental, ora, outras vezes, o "bloco euro-asiático" e seus parceiros árabes teriam de servir para representar o "contra-sujeito" do direito internacional, contra o imperialismo ocidental.

A incapacidade do neofascismo para o futuro tornou-se particularmente impressionante nas ideias da sua administração do estado de necessidade para o exterior, porque, com a apropriação antecipada da desvalorização, o seu potencial autodestrutivo também surgiu. Que a crise pudesse ser remediada precisamente pela sua execução deliberada, essa afirmação contraditória tinha de permanecer por executar no conteúdo em todas as variantes neofascistas, porque o "limite interno" do capital, agregado como sistema mundial, não permitirá agora nenhum futuro, nas formas fetichistas da sociedade mundial. A compulsão transnacional para aumentar a produtividade e o derretimento concomitante da substância do trabalho a nível mundial são irreversíveis; não há mais "*downsizing*" nem "crise de limpeza", mas apenas a compulsão impiedosa da desvalorização objectivada, que atinge sucessivamente todos os componentes do capital e também faz que a soberania estatal seja fragmentada.

Para a "AfD", a chave para a "solução da crise" da Europa estava, como referido, na reintrodução das moedas nacionais, com o que ela primeiro prometeu uma restituição da soberania alemã. Tomemos, por uma vez, esse pressuposto da administração do estado de necessidade nacional-liberal para o interior como dado, e retiremos daí as consequências económicas. Para a Alemanha, a introdução do marco alemão levaria a um aumento acentuado dos preços das exportações alemãs. Por conseguinte, o colapso resultante das exportações teria de ser absorvido pelo mercado doméstico alemão, que foi mantido vivo durante décadas apenas pela dívida pública e privada. Aqui se vê já o disparate da administração nacional-liberal do estado de necessidade para o interior da restituição da soberania: Afinal, ela queria reduzir ainda mais esse frágil mercado doméstico, com desregulamentação e cortes no Estado social mais acentuados, de modo que a queda das exportações alemãs chocaria com uma economia doméstica completamente deprimida, o que nos traria de volta à exportação como última tábua de salvação. Se considerarmos que o aumento do preço das exportações alemãs seria acompanhado por uma desvalorização das outras moedas europeias (em comparação com o antigo standard do euro), os países europeus ficariam triplamente incapacitados para consumir os excedentes de exportação alemães. Uma exportação mais cara da República Federal Alemã enfrentaria, portanto, o mercado interno alemão sufocado e as moedas fracas das nações europeias de importação – tudo no contexto da crise global. Tal posição dificilmente poderia ser transmitida até às últimas consequências, de modo que foram razões compreensíveis que impediram Lucke e C<sup>a</sup> de começarem sequer a abordar as consequências económicas concretas da sua administração do estado de necessidade para o interior.

O mesmo se aplica à administração do estado de necessidade para o interior das "Vigílias", cuja antecipação da desvalorização nacional resultou a mais flagrante. No que diz respeito ao "Plano B", vamos também assumir os seus axiomas, assumindo que seria implementado em todo o mundo, com base em muitas "economias físicas" regionais (ao que os representantes da "Fábrica do Conhecimento" atribuem grande importância). Em particular, deve-se enfatizar um "truque" de política financeira, que para o "Plano B" surge como a chave para o aparente "alívio da dívida" da Alemanha, permitindo um "alívio da dívida pública limpo e controlado": "Este método de alívio da dívida pública controlado com limpeza, que alivia a dívida das pessoas, mas não expropria ninguém, consiste em converter títulos da dívida pública, com a suspensão da obrigação de juros, em meios legais de pagamento. Por outras palavras, alguém que investiu as suas economias em títulos da dívida pública, em contraste com a falência nacional descontrolada, não fica hoje de mãos a abanar, mas recebe um crédito do mesmo valor, através dessa conversão. Ou, por outras palavras ainda: Dessa maneira é gerado dinheiro como equivalente aos títulos da dívida pública". (69)

Este "truque" de política financeira do economista nazi Gottfried Feder, de converter dívidas em créditos, prova mais uma vez o conteúdo nacionalista das "Vigílias". O que obrigou os seus representantes a uma necessidade aguda de justificação: "Este método de alívio da dívida pública remonta a Gottfried Feder (1883-1941), que já o

exigiu em 1919, em seu "Manifesto para Romper com a Servidão dos Juros". Infelizmente, Feder contribuiu então para a ascensão do partido nazi, razão pela qual muitos hoje associam erroneamente a ruptura com a servidão dos juros ao regime nazi instalado em 1933, o qual posteriormente também lutou contra a crítica dos juros de Feder, tal como fizeram e ainda hoje fazem as democracias de liderança capitalista." (70) O facto de a mesma reabilitação de Feder ter sido efectuada por Ken Jebsen, no seu *talk show* "Posições", tendo separado contrafactualmente a crítica dos juros, como teoria inocente, do anti-semitismo e do nacional-socialismo, confirma a sua forma nacionalista de restituição da soberania. (71) Naturalmente que Feder era anti-semita e nazi, basta ler o seu "Manifesto para Romper com a Servidão dos Juros".

A "solução da crise", através do "truque" de política financeira de Feder, não era senão o desejo da falência estatal, que a "Fábrica do Conhecimento" realmente usava como vocabulário positivo, porque tal colapso poderia ser executado pelo "Plano B" de modo limpo e controlado. Nada é mais errado, porque, com a conversão de dívidas em créditos, a quantidade de dinheiro aumentaria repentina e explosivamente (talvez para o dobro), o que naturalmente resultaria na desvalorização completa da respectiva moeda. Todas as estratégias de tranquilização do "Plano B", de que já existe uma inflação hoje e que esta inflação extra gerada pode ser controlada, não passam de ar quente; a desvalorização do meio fetichista dinheiro é tão irreversível quanto a desvalorização global. A mega-inflação iniciada com base no "Plano B" também seria o fim da "economia física".

Se a "AfD" e as "Vigílias" ainda formularam a "vontade fetichista de autodesvalorização" em termos de conteúdo, a peculiar "abordagem do futuro" de um agressivo anseio de desvalorização é muitíssimo mais contida no último movimento do neofascismo. No que diz respeito aos "Pegida", não houve elaborações teóricas nem explicações programáticas, e o próprio documento de posição não toma qualquer posição sobre a administração económica do estado de necessidade para o interior. No entanto, de acordo com a sua restituição da soberania nacional-social, era óbvio que os Estados pós-soviéticos em desintegração, e com eles a Alemanha Oriental, prefeririam a regulação (social) estatal da crise, o que os colocava não só contra a desregulamentação e flexibilização da "AfD", mas também contra a administração nacionalista do estado de necessidade para o interior, cuja crítica social se limitou ao meio dinheiro e à sua substituição nacionalista. A concentração dos "Pegida" no Estado distinguiu-se bastante desta fantasia nacionalista de um "mercado justo"; o seu entendimento social estava muito mais intimamente ligado à determinação da forma política e às suas intervenções.

No entanto, no ambiente dos "Pegida", formou-se uma corrente que chegaria muito perto da desvalorização directa da soberania nacional. Assim, provavelmente havia aspirações dentro de Saxónia para separar o Estado federal da república federal. (72) Mas isso significaria que a restituição da soberania alemã em quebra era o objectivo declarado desta corrente, situação com que já nos deparámos no caso do "vigilante" Popp, perante outro campo de referência teórico, na máxima da "regionalidade". Esta separação da Saxónia, sem a "compensação financeira do Estado federal" e com base na sua própria indústria enfraquecida, teria, sem dúvida, por consequência a queda ainda maior da região no mercado mundial, o que lança uma luz forte sobre o desejo irracional de crise e desvalorização, cuja "esperança no futuro" coincide, em última análise, com a vontade de autodestruição e destruição dos outros.

Finalmente, se recapitularmos os conhecimentos adquiridos na análise do nível cultural-simbólico, a identidade do neofascismo torna-se evidente. Seja a matriz de uma certa imediatidade, que também era a matriz da verdade imediata, seja a de uma nova mudança de direcção para a objectividade, ou a do desejo fetichista de futuro e desvalorização: Todas dão testemunho de que o neofascismo se estabeleceu como uma forma distinta de consciência, que vai além das suas lutas de fracções internas.

No decorrer da nossa reconstrução da formação cultural-simbólica cintilou o que já surgira durante a exposição da crítica da ideologia. Se a restituição da soberania de proveniência neofascista se estabeleceu sobre a frente

unida com a desconstrução da soberania neoliberal, pondo a renaturalização assim dada em oposição com a virtualização da pós-modernidade inicial, a sua unidade constrói-se no plano cultural-simbólico da mesma maneira: A imediatidade determinada constituía a oposição complementar à indeterminabilidade imediata, a colocação imediata da verdade, por sua vez, abria a contradição com a sua desconstrução imediata, assim como a viragem fetichista para a objectualidade factual ocupou o polo oposto ao anti-essencialismo discursivo. E também o bizarro desejo de futuro e desvalorização tentou distinguir-se do anacronismo neoliberal.

Mas não contradizemos nós, com esta constatação, a nossa própria visão da relação entre o neoliberalismo pós-moderno inicial e o neofascismo pós-moderno tardio? Se primeiro enfatizámos o neofascismo em sua continuidade com a administração da crise neoliberal, agora, de repente, assumimos a diferença entre os dois. De facto, essa contradição não é uma contradição da crítica e análise teóricas, pelo contrário, ela reside na processualidade da história da crise fundamental, baseada no contexto da viragem imanente pós-moderna. O ponto de uma visão crítica do neofascismo pós-moderno tardio em relação com o neoliberalismo da pós-modernidade inicial está, evidentemente, no facto de que aquele ganhou a sua unidade interna apenas em oposição a este, de cuja insustentabilidade como ideologia apropriada à altura da viragem imanente pós-moderna, no entanto, aquele pôde só então provir. *A administração do estado de necessidade neofascista é, portanto, a continuação da administração neoliberal da crise no estado da sua obsolescência social mundial, por assim dizer, um neoliberalismo à luz de novos sinais sociais mundiais e, portanto, a forma adequada de consciência do processo objectivado de desvalorização em seu estágio avançado de pós-modernidade tardia.*

### **A classe média dividida na Alemanha**

O curso de nossa exposição chegou de novo a um ponto em que a explicação teórica do neofascismo precisava de recorrer à dinâmica objectivada da viragem imanente pós-moderna. Pois, se a compulsão objectivada para desvalorizar, pelo menos para os centros ocidentais, com a crise da dívida financeira e soberana, atravessou um ponto de viragem imanente dentro da crise fundamental, essa tendência teve de ser sentida a todos os níveis da "totalidade concreta"; se assim não fosse, a categoria da viragem imanente pós-moderna perderia a sua validade. Ora, para a teoria crítica da dissociação-valor, a "totalidade concreta" inclui a dimensão ideológica e cultural-simbólica, além do princípio formal basilar de valor e dissociação e, de facto, a nossa análise pôde mostrar a formação historicamente concreta do neofascismo em ambos os níveis. Sabe-se que a reflexão teórica da "totalidade concreta" não se esgota nessas duas dimensões, requerendo uma crítica completa também a apresentação crítica dos níveis sociológico e psicossocial. Se deixarmos a configuração psicossocial da "novíssima direita" para o final, temos o seu fundamento sociológico, com o qual trataremos mais detalhadamente abaixo. A dimensão sociológica da restituição da soberania neofascista, tal como a ideológica e a cultural-simbólica, não pode ser tomada por si nem entendida a partir de si própria, porque também é resultado de um desenvolvimento histórico, cujas mediações não podem ser omitidas.

Olhando para trás, para a história da imposição e da modernização, será relativamente fácil ver que a sociedade burguesa foi constituída desde o século XVIII ao longo de diferentes estratificações sociais, que quase não perderam relevância até o século XX. Com a mudança, estabelecida pelo Estado absolutista, da circulação para o "movimento em si" fetichista da valorização, a burguesia cristalizou-se como a primeira *classe social* coerente, que se definiu como *detentora da propriedade privada dos meios de produção*. Através da dinâmica fetichista da coerção de valorização, o "sujeito automático" (Marx) pôs-se a dissolver completamente as escórias feudais existentes, a fim de subordinar toda a produção ao fim em si da "valorização do valor". Durante a Primeira Revolução Industrial, *a classe capitalista surgiu como representante da propriedade privada dos meios de produção*, que desde então definiu o objectivo de impor a socialização fetichista objectivada, e considerou os seus próprios interesses de classe como suportes do desenvolvimento histórico. Este *interesse de classe do maior lucro possível* foi então traduzido na exigência de liberdade, o que naturalmente significava a

liberdade do mercado, cujo fim em si mesmo forçado deveria ser poupado às intervenções e restrições do Estado absolutista. Para realizar o interesse de classe, os capitalistas buscaram o poder no Estado, razão pela qual posicionaram o *reconhecimento como sujeito abstracto jurídico e político* contra o monopólio político do Estado absolutista e do seu aparelho, sendo que o direito eleitoral censitário estabeleceu o processo de formação de vontade política na classe burguesa branca masculina, e iniciou o primeiro impulso de juridificação da razão de Estado.

À medida que a valorização no século XIX começou a processar nas suas próprias bases, e a fome industrial do "trabalho abstracto" começou a espalhar-se por toda a parte, surgiu uma nova categoria social com a *classe operária*. O apetite devorador pelo uso de "trabalho abstracto" no início da indústria produziu um pauperismo considerado impossível, que para as "mãos" trabalhadoras ultrapassou até mesmo o processo de pauperização do início da idade moderna. Estando os meios de produção nas mãos da classe capitalista, os trabalhadores tinham de levar ao mercado a sua força de trabalho para sobreviver, de modo que foram forçados às degradantes condições de produção da Primeira Revolução Industrial. Como proprietários da própria força de trabalho, *o interesse de classe dos operários consistia em um salário que assegurasse a existência*, razão pela qual a classe operária actuou como *representante da propriedade privada da própria força de trabalho*. Assim que a classe operária se organizou em suas instituições, ela se esforçou, como antes a sua oponente de classe, para impor o interesse de classe como poder político. *A exigência de reconhecimento da classe operária como sujeito político e jurídico com iguais direitos*, postulada pelos seus partidos e sindicatos, decorreu no mesmo padrão que a da burguesia, ainda que o conteúdo das exigências tenha mudado: *o interesse de classe por um salário o mais alto possível* postulou a abolição do direito eleitoral censitário e a introdução do direito eleitoral livre e igual, de modo que a tomada do Estado pela classe operária não deveria apenas realizar o seu interesse, mas, além disso, deveria levar à transição para o socialismo.

O facto de a crítica radical do capitalismo pelo movimento operário, ainda contraditória com Marx, ter levado, ao longo da sua história, a uma afirmação categorial de valor e dissociação foi o ponto de partida teórico, no longo caminho para a teoria crítica da dissociação-valor. E, na realidade, a diferença entre o auto-entendimento proletário de um "Salário justo para uma jornada de trabalho justa" e a divisa de Marx "Abaixo o trabalho assalariado" é uma diferença fundamental. Ao colocar o seu interesse de classe num salário o mais alto possível, o movimento operário teve de abstrair do contexto categorial da socialização de fetiche capitalista, o que acabou por levar a uma *redução sociológica do capitalismo à dominação pessoal, de classe e juridicamente fixada*. Para isso, no entanto, *a estrutura de classes, naturalmente surgida da dinâmica fetichista, teve de ser vista como um ponto de partida positivo para a revolução*, ao invés de *entender o interesse de classe como pré-formado pela socialização fetichista*. A crítica da forma da constituição fetichista coincidiu com a estratificação sociológica, de modo que a ideia de Marx para a transcendência do capitalismo foi calibrada para a especificidade da forma imanente. Essa imanência do velho movimento operário só poderia abordar a *redistribuição da riqueza social, ou, na terminologia dos contemporâneos, o redireccionamento das fontes de receita, enquanto a forma social da riqueza permanecia cegamente pressuposta*.

Agarrado à imanência sociológica, o movimento operário perdeu a noção da constituição formal fetichista, e, com ela, a do dinamismo inerente ao capitalismo. Tem um sabor amargo que a insuficiência teórica do marxismo se tenha tornado então notória precisamente no nível sociológico que havia sido descoberto como um campo de luta das classes. O famoso debate Bernstein-Kautsky sobre as "novas classes médias", no início do século XX, é bastante elucidativo sobre isso. Mesmo a terminologia sugere que essa "nova classe média" se destacava da velha classe média. É verdade que, no século XIX, existia uma "classe" pequeno-burguesa que "se distinguiu por possuir os seus próprios pequenos meios de produção (oficinas, lojas, etc.) nos quais tinha de empregar principalmente a sua própria força de trabalho e a da sua família, para vender os seus próprios produtos no mercado" (73), mas foi insignificante, tanto social como analiticamente, quanto ao antagonismo das classes. Esperando o marxismo tradicional que essa "velha classe média" se dissolvesse na crescente

concentração do capital, e fosse absorvida na classe trabalhadora, esse diagnóstico foi desmentido pela "nova classe média", no início do século XX.

Como observou Robert Kurz, o seu surgimento estava intimamente ligado aos novos requisitos económicos e políticos da história da modernização capitalista. Ao longo da metamorfose para a época nacional-imperialista, surgiu, "com a cientificização crescente da produção e a expansão correspondente das infra-estruturas (administração, engenharia, formação e educação, sistema de saúde, sistema de comunicação, publicidade mediática, instituições de pesquisa etc.) uma nova categoria social, que, segundo o velho esquema, não era 'nem peixe nem carne'. Não se tratava de capitalistas, porque não representava nenhum grande capital monetário; tampouco se tratava de pequeno-burgueses clássicos, porque não possuía os próprios meios de produção e em grande parte era formada por assalariados ou autónomos meramente formais; mas tampouco se tratava de proletários, porque eram empregados, não como 'produtores directos', mas como funcionários do desenvolvimento capitalista das forças produtivas, em todos os domínios da vida. Certamente houve, já no século XIX, professores e outros funcionários públicos, bem como aqueles funcionários da economia empresarial que Marx designara como 'oficiais e sargentos do capital'. Mas essas categorias sociais pesavam tão pouco numericamente que mal podiam ser chamadas propriamente de 'classes'. Foi só com os novos requisitos do capitalismo no século XX que as funções correspondentes se tornaram maciças, a ponto de constituírem uma nova classe média." (74)

*A transição gradual da socialização das classes para uma socialização de classe média nos centros ocidentais estabilizou-se na época fordista do período pós-guerra e intensificou-se ainda mais no período de crise pós-moderno. Mas o estatuto da nova classe média provou ser limitado no tempo: a natureza precária das novas classes médias tornou-se evidente com o fim de uma época, na pós-modernidade da Terceira Revolução Industrial e da globalização. Alastrou o "medo da classe média perante a queda" (75) (Barbara Ehrenreich).*

Além da racionalização da Terceira Revolução Industrial e do desemprego em massa estrutural, a base desse medo da classe média era uma dupla dependência das novas classes médias, como era o caso no decurso da globalização. Por um lado, isso afectou a produção industrial, que ainda não estava completamente racionalizada. O surgimento da "economia de deficit" global foi, ao mesmo tempo, a "ascensão" das grandes empresas multinacionais, cujas cadeias de produção e distribuição não eram mais nacionais do que a própria área de referência nacional, que mais representava um recinto frouxo de cadeias de capital transnacionais. Especialmente na República Federal da Alemanha, as pequenas e médias empresas transformaram-se em fornecedoras de empresas transnacionais, o que implicava a sua dependência directa da economia global. No decurso deste processo, a classe média do fordismo, ainda comparativamente nacional, foi inevitavelmente integrada na nova "economia global do deficit", com cujo espaço de manobra para estender a obrigatoriedade de desvalorizar também as classes médias tinham de manter-se e de cair.

Por outro lado, a renda das classes médias deslocou-se cada vez mais da produção industrial para a participação na "formação de capital fictício" dos mercados financeiros. A promessa de salvação da "New Economy" fazia parte de um redireccionamento geral da estrutura de renda anterior: Seja a pequena especulação como esperança ou as reformas e os cuidados de saúde, cada vez mais serviços sociais públicos e privados se orientavam para o *boom* especulativo, que acabou por aumentar mais uma vez a dependência da classe média das mediações do deficit global.

No entanto, a precariedade do estatuto das classes médias pós-modernas não se esgotou neste novo grau de dependência das mediações do deficit global, foi ainda cada vez mais exacerbada pela desvalorização gradual do "capital humano". A administração da crise neoliberal na Alemanha criou o maior sector de baixos salários da Europa, por meio da flexibilização e desregulamentação de todos os domínios da vida, com a promoção de "empresários em nome individual" e de falsos trabalhadores independentes a alimentarem a concorrência de baixos salários. Além disso, a administração da crise neoliberal reduziu todas as áreas cuja expansão constituía

a "nova classe média" do século XX, correndo esta o risco de perder, além da sua base industrial, também o seu pessoal cultural: seja no sector jurídico, cultural, educacional ou na função pública, a rápida expansão dessas funções durante a fase fordista, foi substituída por um processo de redução não menos rápido na época da crise fundamental.

Se compararmos as formas históricas do interesse, ao longo das épocas históricas, o interesse de classe da classe capitalista e trabalhadora, por um lado, e o interesse pós-moderno da classe média, por outro lado, são diferenciados pela constelação de crise global desde os anos 80 do século XX. A articulação contraditória dessa forma de interesse resultou no estabelecimento do interesse de classe média, levando-o ao mesmo tempo ao absurdo, já que o seu estabelecimento positivo fez ricochete no "limite interno" do capital mundial. A positivização do interesse de classe média da pós-modernidade inicial estava entrelaçada com a ignorância da crise, uma ignorância que só poderia ser mantida pela negação do próprio interesse. Não foi apenas no *milieu* artístico precário que se espalhou toda uma multidão de auto-realizadores e auto-realizadoras, os quais, em antecipação à obediência e à recompensa de Deus, mas com enorme "criatividade", foram penando no seu trabalho de baixo salário. *A manutenção do interesse da classe média manifestava-se na sua desconstrução*. Os conselheiros de vida para os sujeitos flexíveis coercivamente individualizados, então, elogiavam essa abnegação desconstrucionista em caricaturas horríveis, que, desafortunadamente, não eram irónicas: "Pois o salário também é mau, as condições de trabalho assustadoras e a relação de trabalho altamente insegura – é precisamente essa consciência de ser algo especial (...) que lhes permite sentir (aos estetas da vida de classe média, DS) o McJob precário como um inconveniente quando muito temporário". (76)

Quando, com a crise financeira em 2008, a viragem imanente pós-moderna deu entrada nos centros ocidentais, a compulsão não filtrada da desvalorização fez-se sentir nas classes médias. A desintegração das mediações do deficit global e o daí resultante processo de fragmentação do capital mundial apanharam em cheio a classe média. Se o rendimento das classes médias ocidentais se reduziu de um dia para o outro, através da crise financeira e do "guarda-chuva de resgate do euro", e, no caso da UE, foi redireccionado sob a forma de garantias aos Estados do Sul da Europa, com o colapso do comércio mundial agravou-se palpavelmente a gravidade do conflito entre as multinacionais e os fornecedores regionais. A disputa, em 2016, dos fornecedores no Grupo VW, que anunciou um contrato de desenvolvimento para as suas subsidiárias do Grupo Prevent, levou à cessação da entrega pelas subsidiárias, resultando numa luta dura com ampla repercussão mediática. De facto, a pressão do custo para as multinacionais aumentou ainda mais no decurso da viragem imanente pós-moderna, e a tentativa de transferir a desvalorização para os fornecedores agravará ainda mais os conflitos no futuro.

Mas com isto também o tempo da construção do interesse chegou ao fim. A classe média anteriormente conformista apelou à revolta, *o que significou que a desconstrução do interesse teve de ceder à restituição do interesse*. O novo "sujeito revolucionário" das classes médias, em seguida, também se articulou claramente sob a alçada do neofascismo. No caso de Roland Düringer, artista de cabaret austríaco e orgulhoso teórico da conspiração, a combinação típica de darwinismo social social-paternalista e moralismo abstracto misturou-se com a afirmação da sua própria disposição de classe média, característica da pequena burguesia do século XIX noutras condições sociais. No entanto, em contraste com isso, a pomposa disposição de classe média da pós-modernidade tardia e das suas condições agravadas de desvalorização tinha em cima o puro medo da crise fundamental, que não pode mais ser negada: "Somos a classe média. Estou a falar da classe média. Porque uma mãe solteira que vive na linha da pobreza, uma pessoa com deficiência, um viciado em drogas não podem agir, não podem fazer nada. Eles dependem de nós, da classe média, da nossa iniciativa e ajuda. Porque ninguém mais os ajudará. Eles simplesmente estão enferrujados. Nós, que ainda podemos agir, a classe média, agora temos a tarefa de considerar: o que podemos fazer agora ainda de bom? (...) Por um lado, temos a possibilidade de que exactamente nada acontecerá. Que tudo continua, na medida em que continua, que cada vez mais dinheiro é impresso e que as pessoas lentamente estão ficando cada vez mais empobrecidas e não percebem; que daqui a três anos a classe média já nem 1200 euros terá..." (77)

A restituição do interesse de classe média é igual à exclusão, seja da "mãe solteira" indesejável, duma "pessoa com deficiência" ou dum "viciado em drogas". Esse desejo de excluir as classes mais baixas e as pessoas com carência social decorre naturalmente da restituição da soberania de uma soberania alemã em ruptura, que teria de ser reduzida ao "corpo nacional orgânico", a fim de poder adquirir aparentemente uma nova autarcia. É evidente que as classes médias ocidentais já não podem consolidar uma nova política nacional; os movimentos nacionais desde o século XVIII conseguiram organizar-se com base na acumulação bem-sucedida e na coerência da soberania do Estado, mas isso é uma impossibilidade no contexto da desintegração imediata da soberania do Estado, por causa da renacionalização da desvalorização. A restituição do interesse de classe média resume-se ao estabelecimento da soberania em desintegração, isto é, a estruturas de bandos e de máfia que, como substitutos subestatais do monopólio do poder em dispersão, chamarão a si a administração do estado de necessidade. Durringer, como penetrante fetichista da subsistência, já deu o primeiro passo.

Se, até agora, a classe média da pós-modernidade inicial foi separada analiticamente da classe média da pós-modernidade tardia, naturalmente que isso não deve ser entendido como dois blocos, cada um representando uma ideologia diferente. Sem dúvida que há diferenças significativas, no pensamento e na atitude, se compararmos a classe média académico-liberal com a classe média mais conservadora de empresas familiares e trabalhadores dependentes; mas o que surgiu aqui como uma restituição repolitizada do interesse da classe média também inclui a classe média pós-moderna inicial, que estava sobretudo "desapontada" com a crise europeia. E não pode surpreender que a classe média renacionalizada na Alemanha também peça a palavra nos círculos da AfD, do neofascismo e da restituição da soberania. Mais: ela está mesmo institucionalmente localizada nesses círculos, como prova um discurso de Eberhard Hamer, professor e presidente do "Instituto das PME da Baixa-Saxónia", no "1º Congresso do Conhecimento das Alternativas". Pela boca de Hamer fala a classe média da pós-modernidade inicial, mas agora sob os auspícios da objectivação renacionalizadora da crise: "Algo está podre no reino da Dinamarca. E que está podre, é o que mostram as manifestações crescentes. É a primeira vez, no pós-guerra, que não apenas anarquistas ou outros Verdes vão para as ruas, mas é a classe média, é a burguesia que vai para as ruas. E isso é o que acontece sempre nas ruas, quando a burguesia está desapontada com o desenvolvimento, permanentemente desapontada". (78)

O termo "burguesia" não foi uma encenação de Hamer por calculismo tático. Em vez disso, é a auto-concepção do pequeno capital, dependente secundária ou terciariamente da globalização (fornecedores subcontratados, pequenas e médias empresas, etc.), que imagina o contexto de encadeamento transnacional como um "mundo fora da realidade", para reclamar para si a indústria primitiva e regionalmente limitada, como uma característica essencial da produção capitalista. Este impulso tornou-se tanto mais ideológico, na classe média alemã, quanto mais progredia a renacionalização da desvalorização, dinamizada pela dívida pública e pela fragmentação do capital mundial.

Como contraponto para a "realização" da soberania alemã, Hamer, por razões óbvias, foi buscar a organização neoliberal da UE. O seu modelo de equilibrar a soberania nacional e europeia seria até um instrumento "anti-cidadão". Em seu discurso, ele continuou: "E de facto (...) toda uma série de desenvolvimentos ocorreram sem o cidadão ou mesmo contra ele. Ao cidadão não foi perguntado se queremos assumir a responsabilidade por toda a Europa. Isso foi decidido em pequenos círculos – outros dizem por ordem do grande chefe – e as pessoas também não foram inquiridas se queriam outras coisas, como a imigração. As pessoas não são inquiridas em muitas coisas. Por outras palavras, estamos insatisfeitos com o que antes costumávamos pensar e nos fora prometido como autodeterminação, e aquilo em que isso se tornou entretanto". (79) A discrepância apresentada por Hamer entre "o que antes costumávamos pensar como autodeterminação" e aquilo em que "isso se tornou" prova apenas mais uma vez o carácter de "mainstream" da sua própria "oposição fundamental", que agora, no entanto, já tinha atrás de si o abanão da viragem imanente pós-moderna.

Essa reivindicação quase revolucionária da classe média, na disposição de crise da pós-modernidade tardia, não ficou de modo nenhum latente, a "classe" ou a "luta de classes" obtiveram expressamente da parte do

neofascismo novas honras. Se a "novíssima direita", por um lado, rejeitou a priori todos os princípios da "Crítica da Economia Política" de Marx, mas, por outro lado, conseguiu ter êxito nas suas tendências autoproclamadas "progressistas", precisamente com o conceito de "classe", não há aí nenhuma contradição. Ken Jebsen perguntou num artigo como poderiam ser combatidas a crise grega e a guerra de drones, conduzida a partir da base aérea de Ramstein, e ele próprio deu a resposta: "Como podemos sair do número? Essa é a pergunta que também nos colocamos (...) Precisamos fazê-lo novamente, para criar o que se chama consciência de classe. A maioria de nós não percebe que pertence à mesma classe, simplesmente não pertence aos 62 super-ricos que controlam o resto. Pertence aos 99 por cento a que não pertencem aos 62. E também não trabalha para os 62 que controlam todo o sistema com as suas 147 empresas." (80)

Claro que o "antagonismo de classe" aqui construído, de uma massa difusa de "99 por cento" contrastada aqui com os "62 super-ricos", não tem nada a ver com o conflito de classe entre capitalistas e trabalhadores. Na socialização pós-moderna de classe média, o insistir no interesse de classe mais não pode significar do que a restituição do interesse de classe média, guarnecido no caso de Jebsen com a exclusão estruturalmente anti-semita dos "99 por cento". A história do capitalismo também é irreversível em relação às estratificações sociais, a oposição sociologicamente redutora entre classe capitalista e classe trabalhadora faz parte de uma história passada. *Sempre que, na socialização pós-moderna de classe média, se insiste no conceito de classe, é invariavelmente de um ponto de vista de classe média, uma vez que a insistência na forma em ruptura do interesse teve de coincidir necessariamente com o conteúdo historicamente presente, que na socialização pós-moderna de classe média só podia ser o conteúdo da classe média em colapso.* Em última análise, este conteúdo visa o processamento anti-semita, racista e sexista da pressão de desvalorização da pós-modernidade tardia.

### **A “novíssima direita” em contradição: As divisões no neofascismo alemão e a “dialéctica das ideologias” que deixou de ter limites**

Esta restituição do interesse neofascista da classe média traz-nos de volta ao intrincado relacionamento entre identidade e não-identidade do neofascismo alemão. Pois mesmo onde a "novíssima direita" andou a espalhar aos quatro ventos a reivindicação de um movimento de classe média de toda a Alemanha, esse ímpeto quebrou-se com o colapso do capital mundial e o conexo colapso da soberania alemã. O facto de o neofascismo alemão apenas conseguir aparecer no plural de "AfD" e C<sup>a</sup>, não se explica por necessidades subjectivas de distinção nem por uma tendência exuberante à dissidência – muito pelo contrário, a "ideologia alemã" anunciou até hoje a "Frente Popular", como protótipo da consciência de frente transversal. As inerentes cisões e rupturas do neofascismo resultaram mais dos diferentes contextos condicionais históricos e sociais de "AfD", "Pegida" e "Vigílias", estando esta fragmentação interna da "novíssima direita" correlacionada com a fragmentação da soberania alemã, pelo que somente chegou à plena concretização no decurso da viragem imanente pós-moderna. O reverso dessa impossibilidade objectiva, de forçar uma política nacional integrada e coerente, foi constituído pelas características ideológicas bastante opostas das "novíssimas direitas", que às vezes provocaram grande excitação.

Vamos então retomar novamente o fio da crítica ideológica da "dialéctica das ideologias" da pós-modernidade inicial. Após a contradição ideológica, relativamente estável, entre economia de mercado ocidental e capitalismo de Estado oriental ter desembocado, com o colapso da União Soviética, na autonomização das ideologias, a desconstrução da soberania da pós-modernidade inicial cultivou ainda um trato mais "brincalhão" e "irónico" com os conteúdos ideológicos, que eram lançados no "discurso" performativamente deslocados e com um piscar de olhos. Foi precisamente essa ambiguidade encenada que já não conseguiu realizar a restituição da soberania alemã em desintegração. A "nova opacidade" da pós-modernidade inicial acabou por ser uma fase de transição para a época pós-moderna tardia de um "novo caos" e para a sua administração do

estado de necessidade cada vez mais agitada, de modo que a "dialéctica das ideologias" deixou de ter quaisquer limites. Esta "dialéctica das ideologias" em expansão dominou o neofascismo, desde o início do seu estabelecimento em 2013, razão pela qual a sua história também foi uma constante controvérsia ideológica. Tendo por fundo a diferenciação neofascista já desenvolvida, nas variantes nacional-liberal, nacionalista e nacional-social, pretendemos de seguida focar as divisões e fracturas concretas dentro das "novíssimas direitas".

Talvez a fractura menos transparente no neofascismo tenha sido a controvérsia dentro da "AfD", que teve o seu ponto alto com a saída da fracção Lucke em julho de 2015 e a fundação de um novo partido (com o nome provisório de "ALFA"). Em geral, as diferenças entre a contra-candidata Frauke Petry e a fracção Lucke foram atribuídas aos conflitos internos do partido, entre uma tendência nacional-conservadora e uma tendência liberal. Acima de tudo, a fracção em torno de Bernd Lucke fez essa avaliação, que, no entanto, continua a ser extremamente duvidosa.

Pois essa distinção corrente entre as duas alas, cujas divergências de conteúdo gradualmente se agudizaram, ignora que a "AfD", mesmo depois de Lucke, não perdeu a sua orientação nacional-liberal. O que a presidente da Comissão do Programa Federal da "AfD", Alice Weidel, reclamou a Sandra Maischberger, falou contra a teoria de um panorama anti-liberal na "AfD". À pergunta, por que se tinha ela juntado ao partido, respondeu: "Eu também observei a AfD (...) em 2013, e vi muito criticamente o primeiro pacote da Grécia, e esperei para ver como o FDP responderia (...) E, na verdade, foi daí que surgiu afinal a base fundadora da AfD, essa crítica do resgate do euro, que é contrária ao Tratado de Maastricht (...) Foi assim o partido de Lucke, de resto também somos assim ainda, porque a presidência federal também é agora muito mais liberal do que antes..." (81)

O mal-entendido que surgiu com base na ideia da renúncia da "AfD" às suas origens liberais decorreu do facto de a ala liberal da "AfD" ter parecido ao *mainstream* neoliberal dos média e da política de algum modo avançada, em relação à sua contraparte nacional-conservadora. Da viragem neoliberal, a partir dos anos 80 do século XX, não tinha restado muito nos crânios desconstrucionistas pós-modernos; no máximo, a crença íntima de que uma atitude liberal não pode ser assim tão errada. Em alguns casos, essa percepção equivocada chegou até ao ponto de pensar que a ala liberal seria rapidamente excluída da "AfD", pois estaria, por assim dizer, impermeabilizada contra o pensamento colectivista e nacionalista. O que ficou fora desta consideração foi que o neofascismo como um todo e a "AfD" em particular apenas vinham a ser a continuação do neoliberalismo sob condições de crise agravada. Embora a diferença entre a restituição da soberania nacional-liberal e a nacionalista dentro do partido não possa ser simplesmente nivelada, ela não é adequada para explicar a controvérsia prolongada.

De que dependeu então a divisão da "AfD"? Não é fácil discernir entre o confronto interno do partido e a demarcação sem sentido da fracção de Lucke contra os "segmentos nacionalistas" no partido. No entanto, há um indício, embora ele não tenha sido amplamente discutido nos média públicos. Assim, enquanto a controvérsia do partido piorava, um Ronald Geiger, membro do círculo de Lucke, elaborou uma "decisão dos membros" sobre a posterior orientação da "AfD", que foi julgada inadmissível pelo Tribunal Federal de Arbitragem em maio de 2015. Acima de tudo, a segunda tese desta decisão poderia corroborar a constelação contraditória central na "AfD", na medida em que a fracção Lucke se afastou de uma exigência até então fundamental: "2ª Tese: Compromisso com a democracia parlamentar: A AfD exige a conclusão da democracia parlamentar através de referendos populares baseados no modelo suíço. Mas a democracia directa deve limitar-se às decisões fundamentais. A democracia parlamentar continua a ser indispensável". (82) Se se compara a introdução de uma "democracia directa", agressivamente exigida meses antes nas declarações e intervenções em *talk shows* dos protagonistas da "AfD", com este entendimento muito parlamentar da democracia, a disputa sobre a orientação na "AfD" ganha gradualmente a concisão substantiva.

Se Lucke, Henkel, Starbatty e C<sup>a</sup> se tornaram vítimas das suas próprias políticas com a vitória da fracção Petry, foi apenas no sentido de que eles tornaram a ideologia da soberania nacional-liberal mais aceitável, sem realmente retirarem a exigência de "democracia directa". Como o nacional-liberalismo só conseguiu agir como restituição da soberania à luz dos tempos, anunciando, portanto, o momento colectivista, ele teve de se afastar do quadro da democracia parlamentar. *A desvalorização nacional, como expressão colectiva da restituição da soberania em desintegração, requer a emanação directa da vontade popular fetichista no processo legislativo.* Como vontade fetichista para a desvalorização da soberania em desintegração, a restituição da soberania reverteu assim para uma compulsão de unidade colectiva, que ultrapassou a parcialização de interesses na democracia parlamentar. Com a saída de Lucke da "AfD" e a vitória da ala Petra, foi estabelecido na "AfD" este colectivismo da democracia directa, necessário para a "desvalorização do povo". Assim, esta gabou-se, na convenção do programa do partido, no final de abril de 2016, não sem razão, por ter o selo de qualidade de primeiro programa de partido a ser votado directamente pelos membros, na história da República Federal Alemã.

A escalada em torno da questão da democracia directa trouxe à luz do dia uma linha divisória que extraiu seu poder explosivo do processo de viragem imanente pós-moderna. Mesmo durante a administração da crise neoliberal da Europa, tanto a nível alemão ou nacional, como a nível europeu, observou-se que a democracia parlamentar e a sua separação de poderes deslizavam gradualmente para o "estado de excepção permanente" (Agamben) de uma valorização permanente do executivo, sem com isso negarem o consenso parlamentar como tal. No entanto, com a repercussão da dinâmica de crise sobre a soberania nacional, que se manifesta na crise da dívida soberana da Europa, a obrigação de desvalorizar tem agora de ser executada directamente, sendo que o procedimento parlamentar nesta via só pode perturbar. Desde 2008, o "estado de excepção permanente" do Estado de direito socavado teve de ser transformado na administração do estado de necessidade do estado de excepção aberto, ou seja, numa constituição ditatorial. Para a desvalorização da soberania nacional, a ser activamente provocada pela restituição ditatorial da soberania, a "*vontade popular*" colectiva era indispensável para a *desvalorização directa*. Assim, a cisão da "AfD" decorreu na margem entre o espaço público neoliberal ("estado de excepção permanente" da democracia parlamentar) e a restituição da soberania nacional-liberal (estado de excepção ditatorial aberto), em que a variante claramente neofascista da democracia directa se impôs.

Seria, porém, um curto circuito, se alguém declarasse Lucke e a sua fracção como o "menor dos males" em vista dessa radicalização da "AfD". Mesmo Lucke era um ideólogo do pior e diferia da "margem direita" do partido, na melhor das hipóteses, na terminologia. Numa palestra, Lucke disse as seguintes frases: "A Associação Alemã de Cidades há alguns meses queixou-se sobre isso. Ela apontou os problemas que existem nos municípios do nosso país, porque começou uma imigração completamente desordenada, neste caso, em particular de pessoas da Bulgária e da Roménia, no contexto da livre circulação da UE. Especialmente na forma de Roma e Sinti, que também pertencem aos grupos desfavorecidos nos seus países de origem e esperam por um futuro melhor aqui (...) Temos de nos perguntar sobre a responsabilidade que nós, como sociedade, como Estado temos para com as pessoas que vêm até nós. E poderíamos começar aqui, exemplarmente, com os Roma e os Sinti que vêm até nós, mas, em última análise, aplica-se a todos os grupos de imigração." (83)

Estas declarações de Lucke testemunham uma ideologia genuína da "AfD", com que até aqui ainda não nos tínhamos encontrado, mas, no entanto, inevitavelmente anda de mãos dadas com o estabelecimento da restituição da soberania nacional-liberal. A luta social darwinista pela sobrevivência, que se destinava à "Europa das pátrias soberanas" – mas também à administração do estado de necessidade da Alemanha – é mediada por uma variante específica de racismo, própria do ordoliberalismo: o *racismo anticigano*. Na sua variante estrutural, este racismo anticigano visa principalmente pessoas com carência social, como "preguiçosos parasitas do Hartz IV" ou "ralé sem-abrigo", que, lamentavelmente, não conseguiram sobreviver na gloriosa competição. Se ligamos essa forma específica de racismo com a matriz ideológica básica da "AfD", o racismo

antimuçulmano para o interior e para o exterior coincide com um anticiganismo, estrutural e manifesto, para o interior. Assim, temos de ampliar a nossa definição crítica da ideologia da "AfD": *a matriz ideológica básica da restituição da soberania nacional-liberal consiste na sua identificação pró-ocidental, que se correlaciona com o racismo antimuçulmano para o exterior; e com o racismo antimuçulmano e o anticigano juntos na administração do estado de necessidade para o interior.*

Embora a causa do mal-estar para os confrontos na "AfD" ainda fosse a administração neoliberal da crise e a sua democracia parlamentar, que havia sido gradualmente eliminada pelo estado de excepção, os conflitos nas "Vigílias de Segunda-Feira" e nos "Pegida" surgiram em linhas de contradição puramente imanentes ao neofascismo. Como caso paradigmático, emergiram as controvérsias nas "Vigílias", que se incendiaram em dois de seus protagonistas, Ken Jebsen e Jurgen Elsässer. O fosso aberto durante o período de manifestações de "vigilantes" pode ter sido ainda mais surpreendente, já que Jebsen esteve envolvido muito tempo na revista "Compact" de Elsässer, escrevendo textos e moderando eventos da revista.

Como ocorreu esta divisão aparentemente abrupta entre Jebsen e Elsässer? Na ruptura entre Elsässer e Jebsen, tornaram-se visíveis as primeiras diferenças ideológicas entre as fracções neofascistas individuais, a coisa começou, afinal, com o surgimento dos "Pegida", em cujas ramificações também apareceu a discursar Jurgen Elsässer, até então das "Vigílias de Segunda-Feira". Dado que o posicionamento perante o islão estava na agenda das "Vigílias", resultou daí um acalorado debate em todo o movimento. O facto de o posicionamento perante o islão e, com ele, perante o "imperialismo da exclusão" ocidental europeu não ter tido relevância até agora entre Jebsen e Elsässer, era devido à sua "política de paz" comum, isto é, ao *consenso na ideologia da restituição nacionalista e no seu anti-semitismo articulado estrutural ou manifestamente*. Enquanto o foco principal de Elsässer e da revista "Compact" estava na "libertação" da soberania alemã dos "ocupantes" americanos, Jebsen e ele pareciam na mesma onda ideológica. O anti-israelismo e o anti-americanismo formaram a superestrutura ideológica sob a qual Jebsen e Elsässer puderam unir-se por algum tempo.

No entanto, este grampo da restituição da soberania nacionalista teve que saltar, no momento em que "Pegida" levantou o problema do "imperialismo da exclusão" europeu, que ganhou imensa importância política real no decorrer de 2015, com a crise dos refugiados. A acesa disputa entre Jebsen e Elsässer finalmente culminou numa declaração intitulada "Para um consenso humanista básico!", que foi assinado, entre outros, por Pedram Shahyar (que vamos encontrar com mais frequência) e Ken Jebsen. Neste texto, que levou à exclusão de Elsässer como palestrante das "Vigílias", pode ler-se, referindo-se directamente a ele: "Por alguns anos, Jurgen Elsässer incorre em sua publicação repetidas vezes em graves falhas contra pessoas e grupos de pessoas, que encontram espaço ao lado das suas análises geopolíticas." (84) Quais grupos concretos de pessoas ver-se-á algumas linhas depois. Sobre a revista "Compact", diz-se: "Na última edição da sua revista agora aparece também um autor que não se coíbe de dizer numa forma indescritível o que pensa de imigrantes, homossexuais e mulheres". (85)

O conflito entre a ala das "Vigílias", que representava a posição de Jebsen, e a que se identificava com Elsässer, revelou-se um exemplo padrão da "dialéctica das ideologias" desenfreada: aqui se confrontaram o anti-sionismo (Jebsen) com o racismo e anti-sionismo (Elsässer), sugerindo uma primeira discrepância na restituição da soberania nacionalista. Ken Jebsen teve que conceder, em seu portal de Internet "KenFm", que a aproximação de Elsässer aos "Pegida" arranhou uma contradição fundamental nas "Vigílias". Em vista do surgimento dos "Europeus patrióticos", sua audiência se dividiu em dois campos, cujos debates ofereciam combustível violento: "Na nossa rede social, as pessoas andam agora à pancada. Os restos estão realmente voando, então parecemos ter picado num ninho de vespas. Por outras palavras, há pessoas estão muito decepcionadas com a forma como nos posicionamos perante os Pegida. Outros estão felizes por nos posicionarmos assim." (86)

Através dos confrontos nas "Vigílias", ficámos conscientes de uma problemática fundamental da crítica da ideologia ao nível da "crítica categorial". A explosão da "dialéctica da ideologia", que começa com a viragem

imane pós-moderna, leva   sobreposi o e difusão das ideologias individuais, razão pela qual o cerne da "crítica categorial"  , obviamente, trazer ao seu conceito *a simultaneidade negativa do anti-semitismo, do racismo e do sexismo no processo da "dial tica das ideologias"*. A demonstra o dessa simultaneidade negativa não  , de modo algum, um credo formal, mas uma necessidade substantiva, caso contrário, a crítica da ideologia se inclina para essa dial tica negativa, o que inevitavelmente leva   explora o de uma ideologia contra outra. Mas isso levanta a questão dos critérios de tal crítica radical da ideologia.

Um critério muito central para a "crítica categorial" consiste na crítica da forma de sujeito como tal. Pois os tons diferentes de uma subjectividade de crise neofascista formam-se a partir de uma afirma o unilateral e de uma versão unilateral da soberania burguesa, que hipostasia um pólo do sujeito da desintegra o da pós-modernidade tardia (por exemplo, a restitui o da soberania nacionalista) contra outro (a restitui o da soberania nacional-social ou nacional-liberal). A crítica radical da ideologia exige, portanto, uma crítica teórica que possa *trazer ao seu conceito a abrangente determina o da forma da subjectividade burguesa, sem negar as diferenças concretas nas diversas formas de sujeito*. O ponto de partida de uma tal "crítica categorial" foi, para a crítica da dissocia o-valor, o trabalho de síntese fetichistamente constituído da razão burguesa, que apareceu em cena pela primeira vez com a filosofia iluminista, na qual confluíram todas as formas ideológicas de pensamento, cujos substratos se mantiveram até hoje, sob condi oes sociais globais modificadas. No mais alto nível de abstrac o, este trabalho de síntese da razão burguesa une o iluminismo e o contra-iluminismo, como rela o equiprimordial. Quanto às disposi oes ideológicas, *este trabalho de síntese põe c  fora conteúdos anti-semitas, racistas e sexistas a partir do seu processo de constitui o formal*, porque a sua universalidade proclamada   um puramente negativa e, portanto,   construída na base da exclusão de tudo o que não   masculino, branco e ocidental. Se uma crítica da ideologia não consegue atingir esta síntese abrangente da razão burguesa, ela tem de permanecer particular e, portanto, ficar presa da positividade. Assim, acabará inevitavelmente por se transformar na c nica opera o da "dial tica das ideologias".

Outro critério fundamental surge da posi o desta forma de sujeito e das ideologias resultantes da sua razão sintetizadora na objectividade em processo, cujo automovimento fetichista precede a forma de sujeito. A forma o de ideologia, como produto de "formas objectivas de pensamento", como tem sido repetidamente evidenciado no nosso esboço histórico, está necessariamente mediada com o contexto condicional social das "formas objectivas de existência" (Marx), que não dão nenhum contexto estrutural rígido que pudesse manter-se, mas estão elas próprias sujeitas a mudanças, e são profundamente modificadas no decorrer da história de desenvolvimento e crise do capital. Se esse *contexto condicional social real da forma o da ideologia* não   objecto de reflexão, a crítica da ideologia tem de permanecer embotada, tomando a forma de consciência por si mesma, privando-a da sua constitui o e, portanto, não podendo mais indicar qualquer critério para a sua ocorrência. Quanto ao neofascismo alemão, qualquer explica o se revelar  inadequada se não remontar a sua origem ao processo objectivado de crise da viragem imane pós-moderna, mas a comportamentos subjectivos ou quaisquer medos difusos da popula o. No entanto, esse deficit   compartilhado por todas as análises da ascensão do neofascismo, que, elas próprias, naturalmente, se incluem no neofascismo.

Conscientes dos critérios de uma crítica radical da ideologia, voltemos às discrepâncias dentro das "Vigílias". Quanto   tomada de posi o de Jebsen & C<sup>a</sup>, o pugilismo-sombra humanista,   claro, não poderia esconder o facto de que Jebsen não   nada mais "progressista" do que Els sser: Aqui, a peste e a cólera estão verdadeiramente bem uma para a outra. O facto de Jebsen ter tentado estilizar-se como "humanista" nesta controvérsia visava precisamente a "dial tica das ideologias", da qual eram esperadas certas gratifica oes para a própria posi o.

Do ponto de vista da crítica categorial,   claro, a ideologia anti-sionista desqualifica qualquer pretensão "progressista". O ódio moderno dos judeus não pode ser tomado como um momento entre outros, pelo contrário, incorpora a ideologia mais assassina da modernidade, que sempre acompanhou as ideias mais

regressivas e autoritárias. Não foi por acaso que a restituição de soberania nacionalista, consistentemente anti-ocidental, de modo particularmente flagrante tornou o anti-semitismo apresentável e, não por acaso, Jebsen era o anti-sionista mais agressivo de todos os protagonistas do neofascismo alemão. Até onde ele estava pronto para saltar, pode inferir-se de uma entrevista com um certo Peter König, no qual surgiu o seguinte diálogo: "Governança no sentido desses clubes", começa König referindo-se às elites do poder, "é realmente: Como vamos governar o mundo no futuro (...)? E eles se encontram regularmente e decidem sobre isso. E quem pertence a eles (...) é o BIS, o Bank for International Settlement, onde Rothschild desempenha um papel importante nisso. Então, eu diria: volta-se ao facto de que o controlo do dinheiro é bastante seguro com as pessoas de Wall Street, que são dirigidas por, eu suponho... eu diria... sionistas." Continua Jebsen: "Mas isso são apenas pessoas de poder. Isso não tem nada a ver com a sua religião, tem a ver com a ideologia (...) Mas se você diz isso, então vem: Aqui está um anti-semite." Peter König: "Isso é uma pena. Isso é uma pena. Não sou isso, de modo nenhum." (87) Jebsen não fica nada atrás deste anti-semitismo aberto de König, que vestiu o sionismo na fórmula da "ideologia da dominação mundial". (88)

Para poder apresentar-se em seu conteúdo bárbaro como "progressistas", as "Vigílias de Segunda-Feira" tentaram tirar partido da diferença entre anti-semitismo e anti-sionismo. Ao fazê-lo, eles conseguiram subscrever o entendimento geral que procura demarcar do anti-semitismo o anti-sionismo, como uma "crítica permitida" ao Estado de Israel. Essa tentativa transparente de divulgar o próprio ódio dos judeus ignorou completamente o desenvolvimento histórico do anti-semitismo e do anti-sionismo, a fim de manter a racionalização anti-judaica de um "mero anti-sionismo". Na verdade, desde o início do seu desenvolvimento, o anti-semitismo sempre foi misturado com a ideologia anti-sionista; as duas formas constituem os dois lados do ódio burguês aos judeus.

Em primeiro lugar, é importante mostrar como a génese do moderno ódio aos judeus se realiza no processo de formação ideológica. O seu ponto de partida reside no mencionado trabalho de síntese da razão burguesa. O juízo fundamental, por assim dizer, a priori da razão consiste na determinação da identidade de "cultura" e "natureza", ou seja, na relação identitária de "primeira natureza"/natureza e "segunda natureza"/cultura. No entanto, uma vez que este juízo de identidade básico é impossível de sustentar (dado que "primeira" e "segunda natureza" são radicalmente não-idênticas), corre o risco em seu processo de virar para a "primeira natureza" ou para a "segunda natureza", com o que ele próprio se anularia. Este perigo de se perder na "natureza" estúpida ou na "cultura" abstracta é projectado sobre os judeus no anti-semitismo, de tal modo que eles têm de incorporar o espírito meramente abstracto e sem fundo de uma cultura que se torna independente.

Esta externalização ideológica de um espírito "antinatural", abstractamente "levantado" é agora transmitida pela forma económica e política do sujeito. Já nos referimos ao ensaio de Postone intitulado "Anti-semitismo e nacional-socialismo", no qual ele reconstrói o modo como o anti-semitismo económico abomina um "lado" abstracto do capital, sob a forma de capital financeiro e juro, naturalizando o modo de produção e de vida capitalista. Assim, ele externaliza a abstracção real, constitutiva do modo de vida e produção capitalista, nas formas de manifestação do juro e do valor de troca, enquanto o "trabalho abstracto", por outro lado, passa por uma naturalização, sob a forma de capital produtivo e industrial. Esta distinção entre "judeu rapinante" e "capital criador alemão", que quer salvar um "bom capitalismo" contra um "mau capitalismo", foi um pré-requisito central para o crime contra a humanidade de Auschwitz. O facto de ter sido precisamente aos seres humanos judeus que este ódio foi dirigido deveu-se à tradição antijudaica da pré-modernidade cristã, de modo que o ódio aos judeus sofreu uma transformação com o surgimento do capital e foi decididamente modificado pela determinação da sua forma social. Escusado será dizer que os judeus nunca tiveram nada a ver com as práticas que lhes eram imputadas.

As "Vigílias" estão agora tentando rejeitar esse anti-semitismo, que, no entanto, servem estrutural e manifestamente, insistindo no anti-sionismo, o qual, não estando aparentemente comprometido com os crimes dos nazis, é apto para a propaganda. Afinal, ele teria nascido apenas na sequência da fundação do Estado de

Israel, de modo que seria apenas uma crítica do Estado de Israel e da sua política, mas não um ódio contra os judeus. No entanto, essa construção é insustentável. Assim como a "política" e a "economia" formam uma conexão interna, *o anti-semitismo e o anti-sionismo também nascem equíprimordialmente*, uma vez que se trata da expressão do ódio burguês aos judeus, mediada economicamente, por um lado, e politicamente, por outro. E, de facto, o anti-sionismo já existia como "anti-sionismo sem Israel" no século XVIII do idealismo alemão, em que era sobretudo Immanuel Kant que, em seus escritos sobre religião, temia o regresso de um Estado judaico imoral, porque formado de modo meramente abstracto. (89)

Por analogia com o anti-semitismo, o anti-sionismo apareceu já nesse tempo como um ódio ao lado aparentemente "abstracto" da relação de capital, mas apenas em relação à determinação da forma estatal. O que foi anunciado em Kant, deveria ter continuação ao longo de séculos: Com base na naturalização da soberania como um "corpo étnico", o anti-sionismo repeliu o direito abstracto e a legalidade como fachada artificial, que deveria ser substituída em sua legitimidade pela decisão concreta e pela "vontade popular enraizada". À naturalização da produção no anti-semitismo correspondeu no anti-sionismo a naturalização da soberania popular, que denunciou o código jurídico abstracto da constituição estatal como uma "invenção judaica".

A tentativa desajeitada das "Vigílias" de separar um anti-sionismo inocente de um anti-semitismo secretamente alimentado foi fácil de desautorizar, à luz do desenvolvimento histórico real. Se, com a história da imposição da "Economia Política" no século XVIII, se estabeleceu a equíprimordialidade de anti-semitismo e "anti-sionismo sem Israel", no final do século XIX, essa reciprocidade solidificou-se com os primeiros planos para a fundação do Estado de Israel. O anti-sionismo, que se espalhou rapidamente contra um possível Estado-nação israelita, também foi promovido com entusiasmo pelos nazis e, pelo menos, o anti-sionismo de Hitler em "Mein Kampf" decifrou o ódio insano da "crítica" aparentemente inocente ao Estado de Israel.

Se o anti-sionismo das "Vigílias" já garantia que não se lhes poderia atribuir um último resto de "progressismo", então a "dialéctica das ideologias" teria sido colocada em risco, se alguém assumisse que Jebsen e C<sup>a</sup> não teriam nada a ver com o racismo. Claro que não é esse o caso. O truque de malabarismo de Jebsen, de uma suposta "crítica do racismo" de Jurgen Elsässer e dos "Pegida", tentou agora tirar proveito da situação confusa da "dialéctica das ideologias" em expansão, no nível da formação da ideologia racista. Para estabelecer essa conexão, devemos agora examinar mais de perto a estrutura fundamental do racismo e da sua transformação histórica.

Como o ódio dos judeus, também o racismo moderno é formado pelo posicionamento da razão e do seu juízo de identidade, de que "primeira natureza"/natureza seria idêntica à "segunda natureza"/cultura. Ao fazê-lo, comporta-se complementarmente ao anti-semitismo e ao anti-sionismo. A compulsão do juízo de identidade não só enfrenta o perigo de se perder na "cultura sem fundo" e nas suas formas económicas e políticas abstractas, mas, ao mesmo tempo, também está a ponto de voltar à "natureza bruta" a qualquer momento. Se a "cultura abstracta", no ódio aos judeus, se tornou independente da "primeira natureza", o que caracteriza o racismo é o medo da dinâmica inerente à condicionalidade natural, que a partir daí determina o sujeito como uma determinante "compulsão natural". Esse medo de renunciar à sublimação pelas formas culturais da socialização burguesa, e de ter de recuar à "compulsão natural", não só foi projectado desde o século XVIII sobre os "negros", mas expandiu-se, no decurso da colonização interna e externa. Em contraste com o anti-semitismo e o anti-sionismo, existem muitos racismos, que variam de região para região.

No que se refere às modificações históricas desses racismos, é para nós importante o quadro histórico de referência da pós-modernidade e da unificação europeia. Já sabemos dos fundamentos racistas da UE: na sua estrutura dual de administração da crise, cruzaram-se o racismo antimuçulmano para o exterior com o racismo multiculturalista para o interior, o que corresponde à sua dupla função como parte do "imperialismo da segurança e da exclusão". Ambos os racismos deram nota da sua determinação da forma originariamente

pós-moderna. Esta especificidade histórica foi perdida por toda a crítica corrente do racismo antimuçulmano, que não pode ser localizado na tradição ininterrupta de racismos do século XVIII ao século XX.

Acima de tudo, um certo "materialismo de pipeline" (Robert Kurz) viu no racismo antimuçulmano apenas o eterno retorno do flanqueamento ideológico a aspirações expansionistas imperialistas, o que passava completamente ao lado dos factos. Como ideologia adequada ao "imperialismo da segurança e da exclusão" ocidental, ele não se enquadrava de modo nenhum no antigo racismo nacional-imperialista: assim como o "imperialismo global ideal" dos EUA e da NATO se transformou num "imperialismo da segurança e da exclusão", a sua fundamentação racista também passou por uma metamorfose. O racismo antimuçulmano de origem pós-moderna não veio do poder colonial nem da expansão territorial do imperialismo de crise ocidental, mas estava ligado à dimensão da segurança das "guerras de ordenamento mundial", que já não se realizavam com base numa escala alargada de acumulação e "colonização" (90), mas no contexto do "imperialismo da segurança e da exclusão" pós-moderno. O "eixo do mal" já não podia nem deveria ser subjugado, ocupado e tornado colonialmente dependente pelo imperialismo; o ódio do "imperialismo global ideal" dirigido contra o islão, pelo contrário, tomava como certo que nele residia o virulento factor de incerteza no "livre" acesso aos mercados financeiros transnacionais. O "choque de civilizações", como fenómeno de política externa da culturalização pós-moderna das relações sociais, alimentava-se, na sua brutalidade, apenas desse papel de "polícia mundial" do capital transnacional, e não de aspirações expansionistas imperiais, sem que a questão do abastecimento de matérias-primas se tornasse irrelevante. Nesse sentido, o racismo antimuçulmano fazia parte do "imperialismo de exclusão" ocidental, que o diferencia do imperialismo de expansão e anexação europeu e americano até meados do século XX.

Se o racismo antimuçulmano para o exterior está entrelaçado com a constituição da UE, como uma zona integrante do "imperialismo da segurança e da exclusão" ocidental, também o racismo multiculturalista e a administração neoliberal da crise da Europa para o interior se mostraram ligados com ele, como já vimos. A liberdade de circulação de capitais, serviços e pessoas, que prevaleceu com o estabelecimento do espaço Schengen, era habitualmente vestida com o vocabulário humanista de um internacionalismo europeu, que procurava tornar a Europa "mais colorida". A palavra-chave escolhida de multiculturalismo sancionou assim a tendência da globalização, que em primeiro lugar exigia a necessidade de uma união supranacional. Ao implementar Schengen e o euro, a União Europeia pretendia ganhar influência económica em relação aos EUA e à Ásia, a fim de poder manter-se na concorrência universal do capital mundial. Se o multiculturalismo era racista já pela sua estrutura fundamental, na medida em que emanava de entidades culturais e naturais que determinavam um ser humano em seus comportamentos sociais ou mentais, ele também se apresentava como um assunto extremamente duvidoso: pois o "internacionalismo" multicultural referia-se unicamente ao espaço Schengen e ao mercado único europeu, não a África, nem ao mundo islâmico ou à América Latina, o que expôs esse "internacionalismo" hipócrita como genuíno racismo europeu ocidental.

Com a viragem imanente pós-moderna da desvalorização directa da soberania nacional, desencadeada pelo colapso do mercado mundial, também o racismo europeu da administração da crise neoliberal sofreu uma mudança. Pelo menos no que diz respeito ao racismo interno da administração da crise. Se o racismo antimuçulmano para o exterior se estendeu à administração pós-moderna tardia do estado de necessidade da Europa e recebeu alimento adicional com o surgimento do "Estado islâmico" e dos atentados suicidas islâmicos na Europa, o racismo multicultural, perante isso, acabou por ficar desactualizado. Com a crise do euro e a revogação do Regulamento Dublin II, na sequência da chamada "crise dos refugiados", a fragmentação pós-moderna tardia das mediações económicas também afectou a União Europeia e fez vacilar o projecto do mercado único. Ao nível ideológico, essa fragmentação retornou como uma restituição da soberania nacional em desintegração, para a qual o racismo multicultural tinha de parecer francamente disfuncional. Como restituição da soberania subnacional, a consciência de crise pós-moderna tardia já não podia manter o racismo multicultural de uma "Europa internacional", pelo contrário, buscava a "purificação nacional" e a "racificação

autóctone" da soberania em desintegração. A reivindicação neofascista de uma "Europa das pátrias soberanas" foi suportada precisamente por esse *racismo etnopluralista* da administração do estado de necessidade para o interior, que buscava forçar a renaturalização e a racificação, em vez da "mistura de culturas".

O truque de malabarista de Jebsen, com o qual ele tentou apresentar-se como "progressista" na ruptura com Elsässer, consistia agora em jogar umas contra as outras as diferenças dentro do racismo pós-moderno. Virando-se, por um lado, contra a aproximação de Elsässer ao racismo antimuçulmano dos "Pegida", ele também mostrou, por outro lado, qual o racismo com que está fielmente comprometido. Numa entrevista dirigida aos chamados "Cidadãos do Reich", Jebsen respondeu: "Estas são também pessoas que querem ter o Estado-nação novamente, como costumava ser. Eu não quero isso, por exemplo. Mas isso não significa que eu tenha problemas com alguém que gosta da sua nação ou gosta da sua cor cultural. É aí que tem de se definir a Europa: o que significa a Europa? Não que sejamos todos uma enorme miscelânea, onde todos somos adulterados, mas a Europa é um continente com muitas cores. Onde se pode dizer: a Toscana é muito diferente do sul da França ou de Cottbus. E isso é uma coisa boa". (91) Esta mudança provocada pela crise, do racismo multicultural da administração neoliberal da crise para o racismo etnopluralista da administração neofascista do estado de necessidade, já não era agora porventura uma peculiaridade das "Vigílias". *Em vez disso, o racismo etnopluralista ascendeu a racismo básico de todas as administrações neofascistas para o interior.*

Ao fazer do etnopluralismo para o interior o racismo apropriado à restituição da soberania, é necessário um esclarecimento sobre a nossa classificação do neofascismo em termos de crítica da ideologia. Se nos referimos à "AfD" com estas novas ideias, a *restituição da soberania nacional-liberal*, na sua identificação pró-ocidental, é uma *ideologia primeiramente de racismo antimuçulmano*, que agora deve ser expandida para dentro, *além do anticiganismo, para um racismo etnopluralista*. Para as "Vigílias", o caso Jebsen dá uma nova imagem: *à sua restituição da soberania nacionalista, cuja identificação anti-ocidental se entrega primariamente ao anti-semitismo no respectivo anti-sionismo, é preciso, além disso, atestar um racismo etnopluralista secundário para o interior.*

Parece óbvio, à primeira vista, que, no contexto da restituição da soberania genuinamente nacionalista, graças a Ken Jebsen e Pedram Shahyar, tenham entrado duas pessoas de origem iraniana para a identificação anti-ocidental das "Vigílias". Afinal, esse facto enquadrava-se no "choque de civilizações", a partir do qual pode parecer lógico que o impulso anti-ocidental da restituição da soberania nacionalista tenha sido precisamente com pessoas de antecedentes muçulmanos. No entanto, essa classificação ideológica da identificação anti-ocidental da restituição da soberania nacionalista e das pessoas muçulmanas teve de falhar, assim que foi confrontada com a conversão de sujeitos ocidentais ao islamismo, já na pós-modernidade neoliberal repetidamente objecto de uma ampla exposição mediática.

No plano mental de um "choque de civilizações", esse fenómeno também teve de permanecer inexplicável. Pois o acto de conversão como tal põe em causa a concepção racista que determina as pessoas através da sua disposição natural ou cultural. Se as pessoas estavam realmente determinadas pelo seu contexto cultural, como pode ocorrer uma conversão a uma religião "culturalmente estranha" (para usar uma terminologia popular na "AfD")? A ideologia culturalista teve de deixar escapar o assunto por entre os dedos, porque a culturalização das relações sociais era, ela própria, uma ideologia pós-moderna que, desde os anos 80 do século XX, completou a sua marcha triunfal por todo o mundo e distorceu completamente a constituição fetichista da crise fundamental. Com isto não se pretende dizer que as peculiaridades e tradições culturais são completamente irrelevantes; elas entram nos respectivos conteúdos ideológicos, sem dúvida, simplesmente não são o elemento essencial. O fenómeno da conversão não é concebível nem praticável na perspectiva de um culturalismo racista.

Como, em resultado da viragem imanente pós-moderna, ao se concentrar politico-militarmente na guerra da Síria, mais e mais sujeitos ocidentais participam da luta do chamado "Estado islâmico", o público burguês começou a celebrar a sua total "incompreensão" desta questão, cada vez mais ofensivamente. Esforços foram

feitos para perceber, entre muitos outros, o percurso de um certo Musa Schmitz, que, sem nenhum fundo religioso ou muçulmano, assim se diz, como "verdadeiro alemão", se juntou ao salafismo, mas, em contraste com tantos outros, tomou o caminho de regresso ao porto de abrigo ocidental, agora como "muçulmano esclarecido". De *talk show* em *talk show*, ele pôde desenvolver a sua carreira mística, cuja peculiaridade irradiou para a discussão dos especialistas políticos presentes. Interrogado por Sandra Maischberger sobre o seu misterioso processo de individuação salafista, Musa Schmitz respondeu: "E penso que, subconscientemente, desempenhou certamente um papel o facto de ele (salafismo, DS) me ter indicado o certo e o errado. Porque, como adolescente, anseia-se por isso. Alguém me disse hoje que viu uma criança no restaurante, que estava tirando todos os guardanapos. E o pai disse: 'Bem, temos que conversar sobre isso mais uma vez'. Mas, na verdade, a criança quer ouvir: 'Não podes fazer isso!' E alguns dizem que essas ideologias extremas também podem ser uma espécie de substituto do pai. E isso em relação ao facto de que o adolescente precisa de alguém que lhe diga: 'Até aqui e não mais!' Eu não tinha isso." (92)

No meio da celebrada inocência há uma conexão que, no entanto, não pode ser apreciada com base numa matriz de percepção culturalista. As declarações de Musa Schmitz designam a condição de possibilidade desta conversão na socialização de crise ocidental. Mesmo que neste ponto queiramos evitar uma análise psicossocial da declaração, estas palavras sugerem francamente o "asselvajamento do patriarcado na pós-modernidade" (Roswitha Scholz). A falta de pai, como sintoma do androcentrismo ocidental, é uma consequência genuína da crise nos centros capitalistas e não pode, de modo nenhum, ser externalizada para o espaço islâmico. Mas se a determinação da forma como sujeito de crise dos centros ocidentais foi a causa da conversão de Schmitz ao islão, e logo ao salafismo, então esta conexão interna aponta para o facto de aqui ter de se tratar de uma mudança dentro da mesma determinação da forma. Esta determinação da forma comum estava na constituição como sujeito da crise fundamental da sociedade mundial, que, em sua preformação pelas formas em erosão de valor e dissociação, não está confinado a segmentos regionais. *A conversão não é, portanto, um processo cultural ou religioso, mas um movimento dentro da forma de sujeito na crise fundamental global.* O exemplo de Schmitz foi tão flagrante precisamente porque ele personificou esta viragem subjectivamente imanente para os salafistas na forma pura, uma vez que era completamente estranho a qualquer contacto com o islão até à sua conversão.

Embora o fenómeno da conversão resulte do mesmo contexto condicional que a subjectividade burguesa na crise fundamental global, existe obviamente uma diferença no terreno dessa forma de sujeito comum. Caso contrário, não seria possível falar de uma reversão ou de uma viragem dentro da forma de sujeito. No entanto, a discrepância entre os dois sujeitos de crise, dentro da sua abrangente determinação da forma, só pode ser levada a termo por meio do desenvolvimento histórico e social destas duas formas de sujeitos de crise. Pois a totalidade global da desvalorização fundamental cria, de facto, a condição geral de uma socialização de crise pós-moderna e, portanto, uma "simultaneidade negativa" (Robert Kurz) no processo de desvalorização global, sem que, no entanto, as dessincronizações desenvolvidas na história capitalista sejam por isso simplesmente niveladas. Para expor essa diferença, precisamos de uma retrospectiva concreta da ligação da história da modernização da periferia islâmica e do centro ocidental com a crise fundamental global.

No decurso da nossa apresentação, este processo de crise já foi exposto para os Estados ocidentais do "imperialismo da exclusão e da segurança": As mediações da globalização, através da "economia de deficit" e da especulação financeira, permitiram aos Estados do centro ocidental uma margem de manobra dentro da coerção de desvalorização transnacional, que também foi prolongada pelo alongamento das cadeias de crédito. Todas as esperanças de um "capitalismo dos serviços" ou de um "capitalismo impulsionado pelo crédito" se puderam manter, contra o desenvolvimento real da crise, enquanto a qualidade de endividamento das mediações económicas foi substituída pelo crescimento dos títulos fictícios.

Para o espaço islâmico, a crise pós-moderna apresentou-se de modo completamente diferente. Se na "modernização atrasada" do século XX, além da Europa Oriental e da Ásia, também a América Latina foi

absorvida no mercado mundial, a modernização do espaço islâmico como que fez ricochete no "limite interno" da desvalorização global no final do século XX. A diferença de um aparente "choque de civilizações" é, portanto, na verdade, a da não-simultaneidade na constelação de crise global entre o centro ocidental, com a sua história de acumulação secular, e uma tardia "modernização atrasada" no espaço islâmico. Em contraste com os centros ocidentais, o espaço islâmico nunca teve o espaço de manobra de uma pós-modernidade neoliberal; e, portanto, também nunca teve nenhuma viragem imanente pós-moderna, pela qual pudesse ter passado. A sua transformação na modernidade significou, equiprimordialmente, a desintegração imediata da soberania nacional, de modo que o islamismo constituiu, já na pós-modernidade inicial, a ideologia neofascista da restituição da soberania. A barbarização neofascista dos sujeitos de crise no islão não veio da sua "religião" ou "cultura", mas da paradoxal história da modernização dos países islâmicos, em que a modernização e a crise, a integração no mercado mundial e a desvalorização da soberania nacional desde o início se condicionaram mutuamente. Como ideologia pós-moderna inicial da restituição da soberania, o conteúdo neofascista do islamismo manifestou-se, acima de tudo, no desenfreado anti-sionismo e no asselvajamento brutal da violência androcêntrica.

A contradição, por toda a parte invectivada, entre o "ocidente cristão europeu" e o "islão" era, portanto, uma *contradição inerente à subjectividade de crise pós-moderna, resultante da posição em relação às mediações da crise fundamental baseadas no deficit*. A falta de produtividade do espaço islâmico desintegrou qualquer coerência nacional, enquanto que somente os estados petrolíferos puderam gerar riqueza temporária, com base na "economia do deficit global" e na "formação de capital fictício". No que diz respeito à formação da ideologia, esta diferença de posição dentro do capital mundial em desintegração estendeu-se à *diferença entre o sujeito de crise neoliberal da desconstrução da soberania, por um lado, que pôde surgir nos centros ocidentais pelo alongamento dos processos de crise, e o sujeito de crise neofascista da restituição da soberania, por outro lado, cuja constituição surgiu da imediata desintegração da soberania nacional, sob a forma do islamismo*. Se considerarmos a conversão de sujeitos neoliberais ocidentais ao islamismo neste contexto, ela *representou a apropriação antecipada do desejo neofascista de "regras claras", de "purificação" e de "liderança" por parte do sujeito de crise coercivamente individualizado no Ocidente*, que pretende compensar a sua própria superficialidade e dessocialização. Este neofascismo próprio do islamismo, como ideologia de crise avançada, está a expandir-se também na fascização dos centros ocidentais, com a viragem imanente pós-moderna, o que dá novamente uma prova de que se tratou aqui de dessincronizações no interior da forma de sujeito de crise e não de quaisquer entidades culturais.

Ora a carreira de Schmitz, de sujeito de crise neoliberal a salafista, antecipou a fascização pós-moderna tardia das sociedades ocidentais desde 2008 e não só. Ele também aponta para o problema fundamental da conversão, que também afectou a restituição da soberania nacionalista das "Vigílias". Se a sua formação da ideologia tem sido percebida como uma *identificação anti-ocidental*, isso é verdade apenas com um acrescento: *É uma identificação anti-ocidental dentro da própria razão ocidental*. O facto de a viragem autoritariamente decisionista ter começado já durante a pós-modernidade neoliberal faz Schmitz parecer qualquer coisa menos um fenómeno "incompreensível". Fermentos de fascização já estavam, afinal, no início da administração da crise da pós-modernidade inicial, em seus mecanismos básicos. Quer se trate das "guerras de ordenamento mundial", iniciadas com a violação decisionista do direito internacional, do estabelecimento de Guantanamo, como um espaço sem lei, ou das ditaduras ocidentais da administração da crise, na administração dos desempregados, tudo isso atesta o desenvolvimento interno dos centros ocidentais em direcção à administração do estado de necessidade neofascista, já durante o período pós-moderno inicial.

Deste modo, também pode ser dada uma explicação teórica para a ocorrência, que à primeira vista parece estranha, de, no neofascismo alemão, fracções pró-islâmicas para além das "Vigílias" terem criado uma base que era realmente pró-islamista. Será o caso de Andreas Rieger, hoje chamado Andreas Abu Bakr Rieger. Rieger foi consócio da revista "Compact" e ainda hoje trabalha como editor do "Jornal Islâmico". Rieger

demarcou-se do salafismo e das tendências radicais islamistas do islão, enquanto, por outro lado, tentou formular teoremas de "economia islâmica" que se localizavam perfeitamente no plano da restituição soberania nacionalista, incluindo a crítica dos juros e a ideia de um "mercado verdadeiramente livre", sem monopolização nem grandes conglomerados empresariais (93). Em Rieger ocorreu a apropriação, outrora antecipatória, do neofascismo islâmico por parte da subjectividade de crise ocidental, no decurso da viragem imanente pós-moderna, para a neofascização dos próprios centros ocidentais, de modo que a partir de então isso saltou verdadeiramente à vista.

Após esta digressão sobre a conversão e o carácter ocidental da ala genuinamente anti-ocidental da restituição da soberania nacional, voltemos aos debates internos das "Vigílias". Se Elsässer, diante do anti-sionismo sem vergonha de Ken Jebsen, ainda teve de exprimir um sentimento de íntima solidariedade, ele só poderia reagir com incompreensão à racista "crítica do racismo" feita à sua campanha anti-islão. Tão absurda a tentativa de Jebsen de apresentar-se como "anti-racista", quão grotesca acabou por ser a resposta de Elsässer. Se ele, meses antes, ainda encontrara em Jebsen um companheiro dedicado na luta contra a "ocupação da Alemanha" e a "falta de soberania" da República Federal perante o "colonialismo" americano, agora a rejeição dos "Pegida" tinha de lhe parecer uma traição à verdadeira restituição da soberania alemã: "Uma oposição fundamental na Alemanha, apesar de todas as suas diferenças ideológicas, deve tornar-se politicamente prática e não deve permanecer no radicalismo abstracto ("contra o sistema"). Politicamente prático significa hoje: deve apoiar tanto a oposição à guerra como o movimento pela soberania alemã (e isso inclui Pegida/Legida, bem como Pegada e qualquer outra coisa que venha). A última – a luta pela soberania nacional –, no entanto, é rejeitada por globalistas de esquerda, como Ken e C<sup>a</sup>, e, portanto, a ruptura dentro da "oposição fundamental" era inevitável. É possível que ainda se possa ir para a rua em pontos isolados comuns, por exemplo, contra o fascismo da NATO na Ucrânia, para mim isso não deve falhar." (94)

A solidariedade de Elsässer com os "Europeus Patriotas" foi completada com as suas aparições nos "Legida". O que o pôs em contradição com a fracção de Jebsen foi, portanto, *a restituição da soberania nacional-social, que, mesmo com a sua identificação com a ideologia da modernização, sugeria uma direcção diferente da legitimação anti-ocidental da restituição da soberania consequentemente nacionalista*. A restituição da soberania nacionalistamente anti-semita de Elsässer integrou, com a nacional-social, agora também a afirmação do imperialismo de crise ocidental, no contexto do "choque de civilizações", o que levou ao paradoxo de uma identificação com o Ocidente simultaneamente anti-ocidental e da ideologia do progresso prussiana. Na *formação da ideologia*, essa contradição surgiu para Elsässer como *uma necessidade, não "só" para forçar o anti-semitismo como ideologia primária, mas também para elevar o racismo antimuçulmano a esse nível*. Mas isso não é tudo. Através da sua intervenção no "1º Congresso do Conhecimento das Alternativas", organizado por associações da "AfD" dos Estados federados, ele insinuou que já estava pronto para integrar a restituição da soberania nacional liberal. Em Elsässer encarnou assim o *borderliner* de frente transversal neofascista *par excellence*.

A divisão das "Vigílias", tal como anunciada em 2014 com a controvérsia Jebsen-Elsässer, trouxe à luz do dia, de certo modo prematuramente, uma linha de confronto que deveria endurecer-se, na sequência da crise dos refugiados em 2015. O afluxo de milhões de refugiados à Europa, após a guerra da Síria, só poderia ser percebido pela administração do estado de necessidade neofascista como um teste ao "imperialismo da exclusão" europeu. O facto de as frentes internas das "Vigílias" já terem cristalizado em 2014, num momento em que os movimentos de refugiados ainda não tinham entrado na consciência pública, lembra-nos mais uma vez o problema da constituição do neofascismo. Em vista da "crise dos refugiados", confirma-se que o estabelecimento do neofascismo não pode ser justificado por uma reacção dos sujeitos de crise a eventos políticos reais, pois o conflito nas "Vigílias" perante o racismo antimuçulmano já se tinha cristalizado um ano antes da chegada dos fluxos de refugiados à Europa.

Se esses diferentes níveis de abstracção, na constituição do neofascismo e na sua reacção aos eventos históricos reais, forem mantidos separados, explica-se por que a "crise dos refugiados", no decorrer de 2015, teve de actuar como catalisador do racismo europeu e alemão. Na verdade, os fluxos de refugiados simbolizavam de duas maneiras o fim da administração da crise neoliberal da Europa, nas suas dimensões interna e externa. A incapacidade de os EUA manterem o papel de polícia mundial na Síria também expôs a fraqueza da Europa, que nem sequer conseguiu fazer de substituto da "polícia mundial". Se já as guerras contra o Afeganistão e o Iraque levaram a certos movimentos de refugiados, eles ainda eram limitados do ponto de vista do "imperialismo da exclusão" europeu, porque com a rápida "vitória" militar dos EUA nessas guerras, muitas pessoas poderiam recuperar as suas antigas habitações com prontidão. Em vez disso, o vazio resultante da fraqueza absoluta da potência mundial única, na e em torno da Síria, perpetuou uma guerra de posições permanente, que já dura há cinco anos. Este tipo de guerra de posições continuará a surgir mais no futuro, porque aqui a fraqueza absoluta dos Estados Unidos, por assim dizer, cria uma situação de impasse, em que não será possível uma invasão rápida, para já não falar do "desenvolvimento" subsequente, nem será criada uma nova potência mundial, que pudesse pacificar estas áreas em termos de imperialismo de segurança.

Se a Síria marcou os limites da administração da crise da Europa para o exterior, também a situação precária da administração da crise para o interior se tornou virtualmente virulenta, com a chegada à Europa das pessoas em fuga. Concebido como imperialismo de exclusão neoliberal, o mercado único europeu foi construído com base na segurança das fronteiras externas: O Regulamento Dublin II estipulava que o acolhimento de refugiados e a manutenção da "Fortaleza Europa" deveriam ser tratados pelos Estados fronteiriços. Pois a Convenção de Dublin estipula que esses Estados fronteiriços devem receber e registar os refugiados, mas também permitia que todos os outros Estados europeus devolvessem os refugiados aos Estados na fronteira externa da Europa, já que estavam legalmente obrigados a cuidar de todos os refugiados entrados. Como resultado deste tratado, todos os Estados da UE que não estavam nas fronteiras externas europeias estavam de facto isentos da obrigação de asilo. O espírito alemão desta construção é muito óbvio, ao pretender aliviar a República Federal da recepção dos refugiados e da manutenção das fronteiras externas.

Embora os limites da administração da crise da Europa, para o exterior e para o interior, que se tornam visíveis com os fluxos de refugiados, estejam condicionados pela dinâmica objectivada de desintegração da viragem imanente pós-moderna, a República Federal retomou neste contexto ainda um papel extremamente ambíguo. A abertura das fronteiras, decidida por Merkel e pelo chanceler federal austríaco Faymann, que foi imediatamente estilizada como uma "cultura de boas-vindas", baseou-se numa torção descarada de eventos reais. Não é só o facto de, sobretudo a política alemã, se ter distinguido por impor o asilo dos refugiados exclusivamente aos Estados fronteiriços europeus; quando a Hungria fechou a rota dos Balcãs, em março de 2016, surgiram repentinamente alegações de uma política desumana, da República Federal Alemã contra Viktor Orbán, quando a Hungria mais não fazia do que cumprir a lei europeia. Primeiro verter a "Fortaleza Europa" em lei e depois acusar os que defendiam essa lei, essa medida de duplo critério alinhou-se na política alemã de administração da crise da Europa.

Esta contradição quanto à temática dos refugiados, que se descarrega em toda a Europa, entre a administração da crise neoliberal e a administração do estado de necessidade pós-moderna tardia da Europa, move-se agora nas pistas daquela "dialéctica das ideologias", em que as ideologias são jogadas umas contra as outras. No que diz respeito à "cultura de boas-vindas" alemã e à propaganda neofascista contra os refugiados, o lado da "cultura de boas-vindas" era, naturalmente, tudo menos crítico do racismo; uma vez que a classe política protestou contra o racismo agressivo do neofascismo também do ponto de vista do racismo, especificamente do ponto de vista do racismo multiculturalista da administração da crise neoliberal. Assim este racismo neoliberal encheu a "cultura de boas-vindas" alemã de "humanidade", como instância de legitimação, ao mesmo tempo que do mesmo fôlego agravou o direito de asilo, numa extensão sem precedentes na história alemã do pós-guerra. A divisão da sociedade alemã, até bem dentro da classe média, quanto à orientação da política de

refugiados deve-se ao confronto do racismo multiculturalista de proveniência neoliberal com o racismo etnopluralista do neofascismo, representando estas duas ideologias, em última análise, as perspectivas incomensuráveis sobre a administração alemã do estado de necessidade na Europa: Ou os "Estados Unidos da Europa" ou então uma "Europa das pátrias soberanas".

Sem dúvida que, a partir de 2015, a "crise dos refugiados" teve uma grande influência no próprio neofascismo alemão, e não apenas no confronto com a "cultura de boas-vindas" neoliberal. Se a aproximação de uma parte das "Vigílias" aos "Pegida", iniciada por Jurgen Elsässer, já ocorrera um ano antes da discussão sobre os refugiados, essa tendência ganhou impulso com a chegada de muçulmanos à Europa. A mudança foi mais sensível na ala mais consequentemente anti-ocidental das "Vigílias", que se posicionou contra o racismo antimuçulmanos em nome do racismo etnopluralista. E, além de Jurgen Elsässer, os fluxos de refugiados também levaram o terceiro protagonista das "Vigílias", Andreas Popp, a aumentar o seu repertório ideológico.

No início de janeiro de 2015, Popp emitiu uma declaração intitulada "Corre-se o risco da islamização ou da americanização da Europa?" Do campo de referência da restituição da soberania nacionalista, esta questão tinha de ser puramente retórica, pois, para a ideologia anti-semita, o problema só pode existir numa "americanização", que em última instância equivale a uma "sionização". E, nesse contexto, disse para si mesmo muito ligeiro sobre os muçulmanos: "Essas pessoas não são nossos adversários, estão sujeitas às mesmas forças que nós (...). Podemos assumir que, em última instância, a maioria das pessoas gostariam de viver em paz, independentemente da religião a que pertencem." (95)

No caso de Popp, a restituição da soberania nacionalista concentrou-se primeiro na sua formação estruturalmente anti-semita de uma "americanização" do mundo, em vista da qual o islão é um elo desprezível no final da cadeia. Consequentemente, Popp, tal como Jebesen, distanciou-se dos "Europeus Patriotas". Referindo-se aos "Pegida", a mesma tomada de posição continuou: "Novas organizações como HoGeSa ou Pegida estão chegando à frente, elas servem bem o sistema, porque não argumentando objectivamente nos contextos que acabei de mencionar, mas em vez disso invocam os medos gerados anteriormente pelos média, que distraem das verdadeiras causas". (96) A "causa verdadeira", como testemunhou o "Plano B", seria o "dinheiro falso", que – libertado do juro – deveria ser trazido de volta às públicas mãos do "povo". Respondendo à própria pergunta retórica, Popp continuou: "Quão grande é o perigo de islamização da Europa em comparação com outras influências? Devíamos dar a volta ao mundo, com os olhos bem abertos, para perceber quantas lojas McDonald e Burger King surgiram na Europa nas últimas décadas. Como os filmes de Hollywood, as séries de TV e a música pop, formam o nosso desenvolvimento desde a infância e influenciam o nosso pensar e o nosso sentir hora a hora (...) Não são todas essas coisas características de uma americanização? Além do perigo assinalado de um islamismo crescente, não é possível reconhecer o enorme aumento do poder do dinheiro, do egoísmo e do materialismo? Por que não se discute amplamente a moeda-chave que é o dólar para, através desse tema, chegar às principais causas reais das muitas guerras do mundo?" (97)

Em agosto de 2015 – a crise dos refugiados já tinha chegado à Europa – isso de repente pareceu bastante diferente. Se antes Popp tinha evitado alimentar o racismo antimuçulmano, ele manobrava-o agora numa conversa com Michael Vogt: "Quero dizer, é claro, também percebemos que as pessoas estão a ficar com um medo natural que, obviamente, não é infundado. Porque, naturalmente, também vemos uma propagação maciça da violência clássica, da violência e do crime, o que não pode ser ignorado". (98) Popp, portanto, juntou-se ao racismo antimuçulmano, assim se afastando consequentemente da forma anti-ocidental da restituição da soberania nacionalista.

Esta cambalhota no conteúdo desencadeou uma "dialéctica das ideologias" particularmente horrível, cujo descaramento é notável. Alarmado pelos refugiados e pela sua "imigração incondicional", Popp mergulhou numa rabulice que só poderia estarrecer uma pessoa. Propagando no espaço público a velha equação anti-semita de "dinheiro" e "judaísmo", de repente diz: "Mas, voltando à política: sabemos que toda essa política de

migração, claro, já falhou, e devo ir aos nossos cidadãos judeus, por exemplo. E é extremamente importante no nosso país que também lidemos com esse tema. Quando vejo que o Centro Simon Wiesenthal previne a população judaica, na Suécia, por exemplo, quanto a ir para a rua ao sul de Malmö, à noite ou à tarde, porque é de esperar ataques permanentes, feitos por cidadãos estrangeiros, ataques anti-semitas, declarando afinal a política migratória um completo fracasso na Europa, é o que diz um instituto judaico, um centro, então isso deveria apenas – e eu gostaria de lembrar mais uma vez a nossa história – fazer-nos pensar sobre o que aí vem." (99)

O que também se podia observar em Jebesen em relação ao racismo repete-se agora em Popp com a ideologia anti-semita. Se aquele ainda tentara encenar-se hipocritamente como "anti-racista", jogando o seu etnopluralismo como "humanismo" contra o racismo antimuçulmano, com a crise europeia dos refugiados chegou a hora de Popp reformular sem rodeios o seu ódio aos judeus como sendo uma "crítica do anti-semitismo", para poder dedicar-se ao racismo antimuçulmano – e tudo isso invocando o Centro Simon Wiesenthal.

Não acrescenta propriamente clareza dentro das "Vigílias" o facto de Popp se ter afastado da restituição de soberania genuinamente nacionalista, seguindo um caminho diferente do de Jurgen Elsässer. Em todo o caso, não se vê em Popp um apoio ou defesa declarados dos "Pegida", ao contrário Elsässer. Em vez disso, o discurso de Popp no "1º Congresso do Conhecimento das Alternativas" documentou a sua afinidade com a "AfD". Se o *borderliner* Elsässer ainda absorveu as três correntes do neofascismo, *Popp deixou ficar isso, expandindo a sua restituição da soberania nacionalista até à aproximação da variante nacional-liberal, com o que ele serviu, além do anti-semitismo, também o racismo antimuçulmano como ideologia primária.*

Isso mostrou uma certa discrepância entre Popp e Elsässer, o que deve ser enfatizado na questão da administração do estado de necessidade para o interior. Como variante pós-comunista específica da restituição da soberania, a administração do estado de necessidade nacional-social de Elsässer transportava uma maior ênfase no momento do Estado social. Este foco foi abandonado por Popp, tanto na sua identificação recente com a variante nacional-liberal, como na sua mantida restituição da soberania nacionalista, uma vez que o controlo nacionalista de um dinheiro sem juros não transporta nenhuma reivindicação de Estado social, mas é bastante compatível com as premissas liberais da economia de mercado. Este namoro de Andreas Popp com a variante nacional-liberal da restituição da soberania, logicamente, com a aproximação ao racismo antimuçulmano, resultou em afinidade com o anticiganismo. Em suas palestras, Popp muitas vezes resmungava contra as camadas inferiores consumidoras de hambúrgueres, que, dada a sua delinquência social, nunca entenderiam os contextos políticos cruciais. Esse racismo social, como *anticiganismo estrutural*, era compatível com o anticiganismo aberto da "AfD", e mais uma vez confirmou a adopção da restituição da soberania nacional-liberal da parte de Popp.

Esta mudança para o racismo antimuçulmano, motivada pelos movimentos de refugiados, tinha agora de desagradar novamente a Ken Jebesen, que já tivera a mesma discussão com Jurgen Elsässer. Jebesen distanciou-se então de Popp. Segundo um relato sobre o seu relacionamento com a "Fábrica do Conhecimento", ele disse: "Há muitas coisas que acontecem na Fábrica do Conhecimento que dificilmente acho bem" – aqui ele referia obviamente o anti-semitismo nacionalista, juntamente com a crítica dos juros e o anti-americanismo – "mas também há outras coisas" - aqui ele provavelmente pensou na tendência inquestionável de Popp para o racismo antimuçulmano – "que não se demarcam do que eu acho, onde são usadas. Isso é apenas o meu sentimento instintivo. Na minha opinião, também são usadas por pessoas". (100) O teórico da conspiração só conhece conspirações, razão pela qual a sua mensagem era inequívoca: "É por isso que: a Fábrica do Conhecimento é bem-vinda, mas o conselho fiscal da Porsche não precisa necessariamente de se dar com os amigos da Fiat. Estas são marcas diferentes, também está bem. Uns representam isto, outros representam aquilo. Creio que não nos encaixamos realmente." (101)

Elsässer e Popp experimentaram mudanças bastante estranhas perante a "crise dos refugiados", a casa de doidos das "Vigílias" não seria disputada, se mesmo o último cabeçudo da liga nunca tivesse sido abalado. Que tenha sido precisamente o resultado da eleição presidencial americana, que agora faz o coração ocidental bater mais acelerado na restituição da soberania consequentemente nacionalista, não precisa de mais comentários. Pouco depois da manhã eleitoral, um eufórico Ken Jebsen apareceu na frente da câmara para celebrar o novo presidente, Donald Trump, que obviamente foi visto como um contrapeso para o relacionamento transatlântico. Em qualquer caso, o convencido anti-americano Jebsen tagarelou sobre a "viragem dos tempos", que foi desencadeada pelas eleições na respeitosa designada "democracia mais antiga", os EUA: "Então, se o *establishment* financeiramente bem guarnecido, apesar dos muitos milhares de milhões de dólares, não teve sucesso em impor-se contra o povo, o que até aqui sempre funcionara, então o sistema da pirâmide já não funciona..." (102) De repente, os EUA passam por ser a melhor democracia, que deve servir de modelo à Europa: "E se isso deve ser bem sucedido para os americanos, essa democracia dinâmica, então nós conseguimos também. É o toque para a libertação global, os americanos fizeram isso." (103)

Com a mudança de posição de Popp e a súbita mutação de Jebsen para fervoroso amigo da América, lidamos com divisões e diferenças em torno dos protagonistas das "Vigílias". Se as determinarmos em sua unidade e em suas diferenças imanentes, resulta a constelação seguinte: *Com a restituição da soberania nacionalista advém-lhes a todos a identificação anti-ocidental (da razão de crise ocidental), que se concretizou ideologicamente primeiro no anti-semitismo, o qual por sua vez era secundariamente mediado com um racismo etnopluralista para o interior.* Esta é a posição da ala de Jebsen (abstraindo da ênfase temporária da "democracia vibrante" dos Estados Unidos) e da fracção de convertidos em torno de Andreas Rieger. A corrente representada por Andreas Popp uniu esta *restituição da soberania nacionalista com a restituição da soberania nacional-liberal*, o que levou a uma *unidade contraditória de identificação anti-ocidental e pró-ocidental (dentro da razão ocidental comum) que, além do anti-semitismo, se enriqueceu para o interior com um anticiganismo e um racismo etnopluralista*, e permitiu pelo menos uma fusão com o *racismo antimuçulmano*. Jurgen Elsässer, por sua vez, em sua diferença de Jebsen, entrou em contacto com Popp e com a sua *adoção da restituição da soberania nacional-liberal*, onde, diferentemente deste, incorporou adicionalmente a restituição da soberania nacional-social, de modo que a frente transversal de todas as três alas do neofascismo converge na pessoa Jurgen Elsässer.

Finalmente, no que diz respeito à terceira e última ala do neofascismo alemão, o "movimento Pegida", seu processo fundador foi acompanhado de divisões, tal como o da "AfD" e o das "Vigílias". Essas diferenças ideológicas mantiveram-se desde o início num nível diferente da constituição ideológica, uma vez que, tanto na Alemanha Oriental quanto na Europa Oriental, desde o colapso da União Soviética que a desintegração imediata da soberania nacional ganhou uma validade não diminuída. Por este motivo, o movimento "Pegida" floresceu, enquanto na Alemanha Ocidental permaneceu sem sucesso. Se a crise financeira e da dívida soberana teve de aprofundar o desequilíbrio existente entre Alemanha Oriental e Ocidental, isso não pôde deixar intocada a substância ideológica, e por isso falamos os 24 por cento dos votos que a "AfD" conseguiu nas eleições de 2016 no Estado federal da Alta Saxónia. O facto de os representantes parlamentares nem sequer se terem apresentado às eleições regionais e locais em algumas áreas do leste da Alemanha, porque estas há muito tinham virado à direita, mostra o avanço da crise da antiga "RDA", no processo de erosão da soberania alemã.

Esta especificidade repercutiu-se agora na matriz ideológica básica do movimento "Pegida". Se concretizarmos a sua determinação da forma através dos conhecimentos das nossas exposições anteriores, ela deve ser entendida como uma *restituição da soberania nacional-social*, que, em sua *identificação com a ideologia da modernização prussiana, foi permeada principalmente por um racismo antimuçulmano, complementado por um racismo etnopluralista para o interior.* Esta matriz basilar não foi posta em questão pela primeira cisão dos "Pegida". Se as respectivas diferenças ainda surgiam na "AfD" e nas "Vigílias, nas formas contraditórias de restituição da soberania, o desacordo mais proeminente dos "Pegida" foi mais ou menos o espectáculo de um só

homem. Não é realmente claro se a expulsão provisória de Lutz Bachmann, o rosto dos "Pegida", da equipe de organização pode ter resultado de discrepâncias políticas; de qualquer modo, Bachmann desmascarou-se ao fotografar-se com um bigode à Hitler.

Como resultado, a legitimidade ideológica dos "Pegida" como movimento de cidadãos preocupados começou naturalmente a desmoronar-se bastante. Se o público neoliberal tomou a saída de Bachmann, por um lado, como uma demarcação sem convicção dos "europeus patriotas", que assim se teriam exposto como extremistas de direita, o grupo de organização expulsou Bachmann para poder continuar a reivindicar para si o veredicto de "cidadão preocupado". A este respeito, ambos estavam errados, porque "Pegida" não era um movimento de extrema direita nem um movimento de "cidadãos preocupados", mas apenas a expressão de uma neofascização da classe média preocupada, que tinha tido pleno êxito após a viragem imanente pós-moderna, especialmente na Alemanha Oriental. O facto de Bachmann ter sido autorizado a reassumir a liderança dos "Pegida", um mês após a sua demissão, no final de janeiro de 2015, sinalizou a perda do limiar de inibição da restituição da soberania nacional-social.

Em contraste, o segundo conflito no grupo de liderança dos "Pegida" assumiu decididamente a fatal "dialéctica das ideologias". A demissão da equipa organizacional de Kathrin Oertel, que, após a demissão temporária de Bachmann, assumira o papel de nova líder, trouxe à luz a disposição esquizofrénica do neofascismo, de modo particularmente impressionante. Deixando "Pegida" no final de janeiro de 2015, ela fundou a associação "Democracia directa para a Europa". Mas mesmo este *intermezzo* foi de curta duração. Depois de deixar a sua recém-formada associação, ela juntou-se às manifestações do grupo "Democratas Comprometidos contra a Americanização da Europa" (EndGame).

Oertel insistiu em comentar a sua odisséia numa mensagem de vídeo, em abril de 2015. Aí justificou a sua demissão dos "Pegida" e dirigiu ao movimento as seguintes frases: "Os Pegida devem entender simplesmente que se sentam no cavalo errado e, na verdade, apenas fazem exactamente o que os principais média espalham desde o 11 de setembro de 2001, e só ainda culpando o muçulmano e a sua religião e, além disso, culpam o crescente número de imigrantes ou requerentes de asilo pelos problemas na Alemanha e na Europa. Essa não é a causa, isso é apenas andar à volta dos sintomas. E também gostaria de aproveitar esta oportunidade para pedir desculpa a todos os migrantes, e especialmente aos muçulmanos, que vivem pacificamente no nosso país, integram-no e respeitam as nossas leis e a nossa cultura, e que são a maioria deles, mas isso é aqui simplesmente esquecido por muita gente." (104)

Bem, estes eram tons completamente novos. A patente da "diversidade confusa" já não pertencia apenas ao neoliberalismo, a inquietação paranóica florescia especialmente no neofascismo. Claro, o público neoliberal não queria perder essas declarações "críticas" de uma antiga "Pegida", já que essa mudança de atitude da anterior dirigente poderia ter o potencial de influenciar pedagogicamente os "europeus patriotas". Oertel conseguiu anunciar a Maybrit Illner o motivo da sua estranha mudança: "O problema fundamental, que eu gostaria de mencionar aqui, é que existe claramente muita propaganda na Alemanha. É isso que Pegida chegou a ser (...) Às vezes, é tão confuso que as pessoas nem sabem como distinguir entre o bem e o mal". (105) Retiradas da diversidade do "novo caos", estas frases tinham de falar ao público neoliberal, por assim dizer, a partir da alma.

Se Maybrit Illner esperava no seu programa uma Kathrin Oertel "democraticamente purificada", que falasse à consciência do movimento "Pegida", foi apanhada desprevenida. Sob que bandeira Oertel se alistou, após a sua odisséia, é o que se pode concluir de outra declaração durante o *talk show*. Oertel não pretendia "criticar" os "Pegida", o seu plano era outro: "A propaganda da NATO é muito perigosa, porque a propaganda da NATO simplesmente mergulha as pessoas na guerra. E daí surgem muitas, muitas disputas, por exemplo, a questão do islamismo e dos maus muçulmanos. Isto é claramente devido à propaganda da NATO". (106) Tais expressões fazem lembrar fortemente as "Vigílias"; a que parecia uma "democrata purificada" revelou-se uma passadora de

fronteiras entre as frentes neofascistas. E, realmente, Oertel foi ainda mais explícita na sua mensagem privada de vídeo do que com Illner: "E eu também pensei que era realmente ótimo o que Lars Mährholz havia publicado na sua página do Facebook. E, de facto, tinha uma frase dentro que eu gostei muito, ele tinha escrito lá: A paz é igual a conhecimento é igual perdão é igual tolerância é igual a amor (...) E espero que haja muita gente a pensar assim..." (107)

Em contraste com os conflitos nas "Vigílias", Oertel não assumiu nenhuma extensão da restituição nacional-social da soberania alemã em ruptura. Pelo contrário, realizou uma mudança dentro das várias determinações da forma. Formulado nas categorias da crítica da ideologia, ela mudou *da identificação com a ideologia da modernização da restituição da soberania nacional-social para a identificação nacionalista*, o que correspondeu a uma *transição do racismo antimuçulmano para o anti-sionismo como forma primária de consciência, enquanto o racismo etnopluralista para o interior continuava a existir*.

Enquanto o caminho errado de Oertel atraía alguma atenção nos média públicos e no neofascismo, outra intervenção acabou por ser menos orientada para o público, mas mais decididamente para a frente transversal. A ocasião para isso foi um discurso de Geert Wilders nos "Pegida", em abril de 2015, que se referiu a um evento da revista "Compact", que fora anunciado com o slogan "Pegida – e depois?". Juntamente com Elsässer, falou no evento Götz Kubitschek, conhecido como "intelectual" no espectro de extrema-direita e co-fundador do "Denkfabrik Institut für Staatspolitik" [Instituto Fábrica do pensamento para a Política Estadual], bem como editor da revista "Sezession".

Se Elsässer entendia a restituição da soberania consequentemente anti-ocidental de Jebesen ainda como uma traição ao "movimento pela soberania alemã", dada a falta do racismo antimuçulmano, agora, perante as declarações dos "Pegida" sobre o Ocidente e, acima de tudo, sobre Israel, já não se punha a deitar as mãos à cabeça. O convite a Geert Wilders para falar numa manifestação dos "Pegida", em meados de abril de 2015, pareceu-lhe uma nova "traição" da soberania alemã: "A segunda questão, onde eu tive um conselho, é claro, diz respeito ao controverso caso Wilders... E eu também não quero dizer que estava totalmente contra o convite de Wilders, porque, é claro, é verdade o que ele tinha dito anteriormente: Wilders teve pela primeira vez um movimento, era preciso escrever e gritar, ele adquiriu um novo potencial de atenção mediática e também reforçou ordeiramente o abanão às pessoas de Dresden. O problema que vejo, no entanto, é que Wilders simplesmente não é um representante do interesse nacional, Wilders já é o homem de Israel. E ele também foi isso em Dresden – ele era relativamente hábil – ele apenas disse isso no final do discurso. No início, ele falou para nós, para os alemães, por assim dizer; no final do discurso, ele diz: Sim, Israel, 'firme como uma rocha', 'farol da liberdade' e toda essa prosa que já não se consegue ouvir (...) Com essas posições, não se podem fazer movimentos nacionais alemães". (108)

Götz Kubitschek só poderia concordar com isso na sua intervenção, que apontou certas tendências anti-israelitas nos "Pegida". Como Oertel, Elsässer tentou trazer a restituição da soberania nacionalista para dentro dos "Pegida", mas desde que na base da sua ideologia nacional-social e agora guarnecida com a exigência de um ponto de vista distintamente anti-Israel. *A ala Elsässer-Kubitschek nos "Pegida" reuniu assim a restituição da soberania nacional-social, na sua identificação com a ideologia da modernização, com a identificação anti-ocidental da determinação da forma nacionalista, pelo que o racismo antimuçulmano primário foi alargado ao anti-semitismo, enquanto para o interior o delírio da pureza permaneceu forrado de etnopluralismo*.

O nosso exame das divisões neofascistas fica assim concluído com os "Pegida". A dissolução pós-moderna tardia de todos os limites da "dialéctica da ideologia" deixou no neofascismo alemão uma formação cheia de rupturas, em que a agitação induzida pela crise o leva a mudanças de posição em ritmo semanal, bem como a alianças sempre novas de frente transversal. Esta mistura opaca torna-se ainda mais complexa se os diferentes

contextos condicionais históricos das correntes individuais forem levados em consideração. Concluamos, revendo a constituição ideológica básica das várias alas, em seu menor denominador comum.

A "AfD" caracterizou-se como uma forma nacional-liberal de restituição da soberania alemã em ruptura, através da identificação com o capital ocidental e ligada assim à história da ligação ocidental da antiga República Federal. Tanto interna como externamente, ela representou assim uma aberta administração do estado de necessidade: para o interior, ou seja, em relação à Europa e à Alemanha, uma administração do estado de necessidade *ordoliberal e social-darwinista*, que teria por consequência a desregulamentação agravada, e com ela a concorrência desenfreada entre as nações, numa associação solta de uma "Europa de pátrias soberanas". Externamente, essa identificação ocidental foi de mãos dadas com a afirmação do imperialismo de crise ocidental, apesar de todas as notórias aproximações à Rússia. Ideologicamente, além do *racismo antimuçulmano primário, para o exterior e para o interior*, a restituição da soberania nacional-liberal também sintetizou um *racismo anticigano e etnopluralista* da administração do estado de necessidade para o interior.

As "Vigílias", como forma nacionalista da restituição da soberania em ruptura da Alemanha, basearam-se na identificação anti-ocidental da razão ocidental. Para o interior, o *movens* foi aqui especialmente a crítica dos juros, que faz dos juros a doença da economia, pelo que o dinheiro teria de ser colocado de novo sob controlo do povo, como "dinheiro que se esvai" ou "dinheiro fluente". Externamente, a restituição da soberania nacionalista, na sua insistência no direito internacional, representava uma rejeição frequentemente superficial da NATO. Em vez disso, o eixo Berlim-Moscovo-Teerão foi escolhido para restabelecer as relações internacionais, contra a violação americana do direito internacional. Ideologicamente, esta forma resultou em *anti-semitismo e anti-sionismo primários*, entrelaçados com um *racismo etnopluralista para o interior*.

A restituição da soberania nacional-social dos "Pegida", finalmente, foi marcada pela *identificação com a ideologia da modernização da glorificação do progresso prussiano-soviética*, que, em seu tendencial impulso social, pode ser entendida a partir da história de capitalismo de Estado da RDA. Pelo que os "Pegida" se ligam à integração alemã a leste. Se a forma nacional-social se concentrou externamente numa aberta administração do estado de necessidade do imperialismo de crise ocidental, a administração da crise para o interior continuou ligada à garantia social da intervenção estatal. A nível ideológico, juntou-se ao *racismo antimuçulmano primário* um *racismo etnopluralista* para o interior.

Como se a "dialéctica das ideologias", que deixou de ter limites, não estivesse já suficientemente complicada, a dimensão crítica da ideologia ainda não está suficientemente esclarecida com a nossa especificação conceptual das várias alas do neofascismo alemão. À tríade burguesa de anti-semitismo, racismo e sexismo falta ainda a misoginia da "novíssima direita". Se é verdade que existe o seu princípio formal geral da dissociação, o sexismo neofascista requer uma apresentação separada, uma vez que não pode ser derivado do nível do valor, ao qual a nossa exposição se limitou até aqui. Agora é necessário recuperar esse atraso.

## Notas

(1) [https://www.otto-brenner-shop.de/uploads/tx\\_mplightshop/AP18\\_Storz\\_2015\\_10\\_19.pdf](https://www.otto-brenner-shop.de/uploads/tx_mplightshop/AP18_Storz_2015_10_19.pdf).

(2) *Ibidem*, p. 8s.

(3) *Ibidem*, p. 18.

(4) *Ibidem*, p. 27s.

(5) *Ibidem*, p. 31.

(6) *Ibidem* p. 30s.

(7) Citado em: Michel Foucault, *Sicherheit, Territorium, Bevölkerung. Geschichte der Gouvernementalität*, Frankfurt am Main, 2006, p. 372.

- (8) Robert Kurz, *Das Weltkapital*, Berlin, 2005, p. 52.
- (9) *Ibidem*, p. 53s.
- (10) *Ibidem*, p. 254.
- (11) *Ibidem*, p. 265, itálico no original.
- (12) *Ibidem*, p. 58.
- (13) O princípio da frente transversal desenvolveu-se na Alemanha, não por acaso, no tempo da República de Weimar. Naquela época, esteve previsto o início de um governo de frente transversal, presidido por Kurt von Schleicher, com a ajuda da "Confederação dos Sindicatos Alemães" e de teóricos económicos do NSDAP (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou partido nazi).
- (14) Ver, Daniel Späth, *Das Elend der Aufklärung: Antisemitismus, Antizionismus, Rassismus und Antiziganismus bei Immanuel Kant*, in: Exit 10, Berlin, 2012.
- (15) Kurz, *Das Weltkapital*, p. 79.
- (16) Robert Kurz, *Weltordnungskrieg*, Bad Honnef, 2003, p. 30s.
- (17) Robert Kurz, *Die Antideutsche Ideologie*, Munster, 2003, p. 116.
- (18) *Ibidem*, p. 117.
- (19) *Ibidem*, p. 116.
- (20) *Ibidem*, p. 122.
- (21) Robert Kurz, *Schwarzbuch Kapitalismus*, Frankfurt am Main, 1999, p. 894s.
- (22) Kurz, *Das Weltkapital*, p. 266.
- (23) Robert Kurz, *Der Tod des Kapitalismus*, Hamburg, 2013, p. 42.
- (24) Kurz, *Das Weltkapital*, p. 103.
- (25) Kurz, *Weltordnungskrieg*, p. 26.
- (26) *Ibidem*, p. 27.
- (27) *Ibidem*, p. 286.
- (28) Ver, Ulrich Bröckling, *Das unternehmerische Selbst*, Frankfurt am Main 2007, und Luc Boltansky und Ève Ciapello, *Der neue Geist des Kapitalismus*, Konstanz, 2006.
- (29) Ver a intervenção de Robert Kurz, *Falsche Alternativen der Kritik*, in: <http://audioarchiv.blogspot.de/2009/06/18/falsche-alternativen/>.
- (30) Claus Peter Ortlieb, *Bewusstlose Objektivität*, 1998, auf: <http://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=20>.
- (31) Roswitha Scholz, *Die Ruckkehr des Jorge*, in: Exit!, Bad Honnef, 2006, p. 172.
- (32) Robert Kurz, *Das Ende einer endlosen Geschichte*, in Robert Kurz: *Der Tod des Kapitalismus*, Hamburg, 2013, p. 90.
- (33) O engajamento da Rússia não é a arrogância de uma nova potência mundial, mas a tentativa de manter uma situação surgida devido à falta de vontade de intervir nos EUA. A Rússia apenas continuará a participar na guerra da Síria relutantemente e, se o fizer, a um custo imenso. A longo prazo, não será capaz de assumir a função de uma potência pacificadora nesta área.
- (34) Otto-Brenner-Studie, p. 28.
- (35) Certamente que há também uma corrente nacional-conservadora na "AfD". No entanto, de seguida, a ênfase será posta na sua ala nacional-liberal.
- (36) [https://www.alternativefuer.de/wp-content/uploads/sites/7/2016/01/AfD\\_Leitlinien\\_2015\\_DE.pdf](https://www.alternativefuer.de/wp-content/uploads/sites/7/2016/01/AfD_Leitlinien_2015_DE.pdf), p. 9/10.
- (37) *Ibidem*, p. 9.
- (38) *Ibidem*, p. 8.
- (39) Assim disse Andreas Popp numa entrevista: "Abolir a NATO, essa completa idiotice, etc., naturalmente". (<https://www.youtube.com/watch?v=Ezc96tRCWfI>; aos 48,46 minutos).
- (40) *Ibidem*, aos 58,22 minutos.
- (41) <https://www.youtube.com/watch?v=EbIB10FT08M>, aos 34,07 min.

- (42) <http://www.wissensmanufaktur.net/media/pdf/plan-b.pdf>, p. 3.
- (43) *Ibidem*, p. 8.
- (44) *Ibidem*, p. 18.
- (45) <https://www.youtube.com/watch?v=bpLGkKDM8Ag>, aos 05,48 min.
- (46) *Ibidem*, aos 6,01. min.
- (47) [https://www.youtube.com/watch?v=RZ\\_YDj8OIWE](https://www.youtube.com/watch?v=RZ_YDj8OIWE), a partir de 1,21,47 h.
- (48) <http://www.i-finger.de/Pegida-positionspapier.pdf>
- (49) *Ibidem*
- (50) <https://www.youtube.com/watch?v=B10KPaLPL7g>, aos 05,04 min.
- (51) *Ibidem*, aos 08,34 min.
- (52) <https://www.youtube.com/watch?v=v9hZe4qMtz0>, aos 07,17 min.
- (53) <https://www.youtube.com/watch?v=5FR8kjC9Ywg>, aos 03,11 min.
- (54) <https://www.youtube.com/watch?v=Deo7SdpRvUY>.
- (55) <https://www.youtube.com/watch?v=FpCS6KwZ63E>, aos 02,14 min.
- (56) *Ibidem*, aos 15,08 min.
- (57) <https://www.youtube.com/watch?v=EdP41SNBXSk>, aos 43,05 min.
- (58) <https://www.youtube.com/watch?v=zYJBoSNe57w>, aos 01,31,03 min.
- (59) <https://www.youtube.com/watch?v=E2NBKfRvwkc>, 59,09 min.
- (60) <http://www.spiegel.de/spiegel/gespraech-mit-jonathan-meese-ueber-den-hitlergruss-und-seinen-prozess-a-912044.html>
- (61) *Ibidem*.
- (62) <https://www.youtube.com/watch?v=zzTz2rj2gNc>, ung. Aos 6,25 min.
- (63) *Ibidem*, aos 15,33 min.
- (64) <https://www.youtube.com/watch?v=R0Q-clVi3II>, aos 18,54 min.
- (65) <https://www.youtube.com/watch?v=R42S77Y3RnY>, 23,58 min.
- (66) Esta "nova objectividade" será exposta por Roswitha Scholz no seu próximo texto sobre o "Novo Realismo".
- (67) <https://www.youtube.com/watch?v=E2NBKfRvwkc>, aos 13,09 min.
- (68) Aliás, essa "abordagem do futuro" do neofascismo diferencia-o do populismo, que procura restaurar um estado passado e, portanto, apresenta semelhanças com o anacronismo neoliberal.
- (69) Plano B, p. 17.
- (70) *Ibidem*
- (71) Ver <https://www.youtube.com/watch?v=ftKjE9yKz4o>.
- (72) <http://www.mdr.de/sachsen/dresden/Pegida-will-festerling-ausschliessen-100.html>.
- (73) Robert Kurz, *Das letzte Stadium der Mittelklasse*, in: Kurz, Scholz, Ulrich, *Der Alptraum der Freiheit*, Ulm, 2005, p. 50.
- (74) *Ibidem*, p. 50s.
- (75) *Ibidem*, p. 49.
- (76) Goebel/Clermont, *Die Tugend der Orientierungslosigkeit*, Berlin, 1998, p. 131.
- (77) <https://www.youtube.com/watch?v=WkNNnkkcsiQ>, aos 2,54 min.
- (78) <https://www.youtube.com/watch?v=hLNH4AodKRM>. aos 1,07 minutos.
- (79) *Ibidem*
- (80) <https://www.youtube.com/watch?v=HKC1kKMSFFw>, aos 01,53 min.
- (81) <https://www.youtube.com/watch?v=QFKjTkzIMB0>, aos 50,25 min.

- (82) Este debate dentro da "AfD" pouco foi abordado no mainstream burguês; por isso a correspondente votação dos membros da "AfD" pouco foi referida nos média. Pode-se vê-la no jornal de direita "Junge Freiheit": <https://jungefreiheit.de/politik/deutschland/2015/AfD-mitgliederentscheid/>.
- (83) <http://www.alternativefuer.de/bernd-lucke-AfD-grundsatzrede-2/>.
- (84) <http://pedram-shahyar.org/2014/05/fur-einen-humanistischen-grundkonsenp.html>.
- (85) *Ibidem*
- (86) <https://www.youtube.com/watch?v=zZLmISiaUGU>, aos 01,39 minutos.
- (87) <https://www.youtube.com/watch?v=9ObscrY8J0w>, aos 0,00 min.
- (88) *Ibidem*, aos 1,08 min.
- (89) Ver Das Elend der Aufklärung: Antisemitismus/Antizionismus, Rassismus und Antiziganismus bei Immanuel Kant.
- (90) Roswitha Scholz abordou criticamente este *boom* de colonização em abstracto: *Zur Kritik heutiger Landnahme-Theorien*, in: Exit! 13, Bad Honnef, 2016.
- (91) [https://www.youtube.com/watch?v=ipZ0cS1wiA0&feature=player\\_detailpage#t=155](https://www.youtube.com/watch?v=ipZ0cS1wiA0&feature=player_detailpage#t=155), aos 02,44 minutos.
- (92) <http://www.daserste.de/unterhaltung/talk/maischberger/videos/mann-muslim-macho-was-hat-das-mit-dem-islam-zu-tun-102.html>, ab, 35,34.
- (93) Ver a conversa entre Rieger e Oliver Janich sobre „Islão e capitalismo. Amigos ou inimigos?": <https://www.youtube.com/watch?v=BC6fJcALrMg>.
- (94) <https://juergensaesser.wordpress.com/2015/02/03/aber-hallo-faz-widmet-sich-der-spaltung-elsasserjebesen/>
- (95) <https://www.youtube.com/watch?v=ziN7dn5IbLA>, aos 11,38 min.
- (96) *Ibidem*, aos 10,19 minutos.
- (97) *Ibidem*, aos 13,55 min.
- (98) <https://www.youtube.com/watch?v=YjxQ1g8yoTQ>, aos 15,10.
- (99) *Ibidem*, aos 15,49 min.
- (100) <https://www.youtube.com/watch?v=x-7M3vFSwc0>, aos 0,21 min.
- (101) *Ibidem*, aos 01,21 min.
- (102) [https://www.youtube.com/watch?v=s\\_os6-AWZK8](https://www.youtube.com/watch?v=s_os6-AWZK8), 1,52 min.
- (103) *Ibidem*, 5,56 min.
- (104) <https://www.youtube.com/watch?v=wknmbGZ1b8I>, aos 0,26 min.
- (105) [https://www.youtube.com/watch?v=vl7yf\\_T\\_TkY](https://www.youtube.com/watch?v=vl7yf_T_TkY), aos 0,20 min.
- (106) *Ibidem*, aos 01,26 min.
- (107) *Ibidem*, aos 08,05 min.
- (108) <https://www.youtube.com/watch?v=ZtfAvJvWLGs>, aos 38,09.

## **Nota Final**

*O texto continua no próximo número da EXIT! com os seguintes capítulos:*

*Continuação da Parte I: A Emergência da "Novíssima Direita"*

*Sexismo na "Novíssima Direita"*

*A disposição psicossocial do neofascismo*

*Parte II: A Emergência da "Novíssima Esquerda"*

*A esquerda na pós-modernidade inicial – Ideologia anti-alemã e ideologia anti-imperialista: a eliminação da crítica radical do capitalismo*

*O pós-feminismo de esquerda e a eliminação da crítica da socialização do patriarcado produtor de mercadorias*

*A simbiose antinacional da administração pós-moderna tardia de esquerda do estado de necessidade: frente transversal de esquerda e estado de exceção na esquerda [Die Linke] em Tübingen*

*Parte III: Frente transversal em toda a parte! Frente transversal entre a “novíssima esquerda” e a “novíssima direita”*

*Frente transversal entre a “novíssima esquerda” e a “novíssima direita”*

*A esquerda e a imanência totalizada da crise: a eliminação da transcendência da crítica social*

## **Bibliografia:**

Robert Kurz, *Das Weltkapital* [O Capital Mundial], Berlin, 2005.

Robert Kurz, *Weltordnungskrieg*, Bad Honnef, 2003. Tradução portuguesa a publicar pela Antígona, Lisboa: A Guerra de Ordenamento Mundial. O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização.

Robert Kurz, *Die Antideutsche Ideologie* [A Ideologia Anti-alemã], Munster, 2003.

Robert Kurz, *Schwarzbuch Kapitalismus* [O Livro Negro do Capitalismo], Frankfurt am Main, 1999.

Robert Kurz, *Der Tod des Kapitalismus* [A Morte do Capitalismo], Hamburg, 2013.

Robert Kurz, *Das Ende einer endlosen Geschichte*, in Robert Kurz: *Der Tod des Kapitalismus*, Hamburg, 2013. Tradução portuguesa *O fim de uma história sem fim*, <http://www.obeco-online.org/rkurz321.htm>

Robert Kurz, *Das letzte Stadium der Mittelklasse*, in: Kurz, Scholz, Ulrich, *Der Alptraum der Freiheit*, Ulm, 2005. Tradução portuguesa *O Último Estádio da Classe Média*, <http://www.obeco-online.org/rkurz173.htm>

Roswitha Scholz, *Zur Kritik heutiger Landnahme-Theorien*, in: *Exit! 13*, Bad Honnef, 2016. Tradução portuguesa: *Cristóvão Colombo Forever? Para a Crítica das Actuais Teorias da*

*Colonização no Contexto do "Colapso da Modernização",*  
[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz24.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm)

Roswitha Scholz, *Die Ruckkehr des Jorge*, in: Exit!, Bad Honnef, 2006. Tradução portuguesa: *O Regresso do Jorge. Notas sobre a "Cristianização" do Espírito do Tempo Pós-Moderno e Sua Viragem para o Decisionismo Autoritário*,  
[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz5.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz5.htm)

Claus Peter Ortlieb, *Bewusstlose Objektivität*, 1998, auf:  
<http://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=20>. Tradução portuguesa: *objectividade inconsciente. Aspectos de uma crítica das ciências matemáticas da natureza*,  
[http://www.obeco-online.org/cpo\\_pt.htm](http://www.obeco-online.org/cpo_pt.htm)

Daniel Späth, *Das Elend der Aufklärung: Antisemitismus, Antizionismus, Rassismus und Antiziganismus bei Immanuel Kant* [A Miséria do Iluminismo: Anti-semitismo, Anti-sionismo, Racismo e anticiganismo em Immanuel Kant], in: Exit 10, Berlin, 2012.

Michel Foucault, *Sicherheit, Territorium, Bevölkerung. Geschichte der Gouvernementalität*, Frankfurt am Main, 2006. Tradução portuguesa: *Segurança, Território, População*, São Paulo, Martins Fontes, 2008.

Ulrich Bröckling, *Das unternehmerische Selbst* [O eu empresarial], Frankfurt am Main 2007.

Luc Boltansky und Ève Ciapello, *Der neue Geist des Kapitalismus*, Konstanz, 2006. Tradução portuguesa: *O Novo Espírito do Capitalismo*, São Paulo, Martins Fontes, 2009.

Original *QUERFRONT ALLERORTEN! Oder: Die „Neueste Rechte“, die „neueste Linke“ und das Ende gesellschaftskritischer Transzendenz. Teil I: Die Entstehung der „Neuesten Rechten“*. Publicado na revista EXIT! n° 14, Maio de 2017, p. 95-212. Tradução de Boaventura Antunes.

<http://www.obeco-online.org/>

<http://www.exit-online.org/>